



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CAROLINE CORDOVA BICUDO DA COSTA

**Ética em Suspenso: Análise Ético-Weberiana no Contexto das Práticas de
Pesquisa Questionáveis no Campo da Administração.**

Brasília
2025

CAROLINE CORDOVA BICUDO DA COSTA

Ética em Suspenso: Análise Ético-Weberiana no Contexto das Práticas de Pesquisa Questionáveis no Campo da Administração.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília como requisito final à obtenção do título de Doutora em Administração.

Orientadora: Professora Doutora Patrícia Guarnieri

Brasília
2025

Ética em Suspensão: Análise Ético-Weberiana no Contexto das Práticas de Pesquisa Questionáveis no Campo da Administração.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova a tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília pela discente

Caroline Cordova Bicudo da Costa

Professora Doutora Patrícia Guarnieri
Orientadora

Professor Doutor Leonardo Silveira Conke
Avaliador Externo ao Programa (UnB)

Professor Doutor Anielson Barbosa da Silva
Avaliador Externo à Instituição (UFPB)

Professor Doutor Marcelo Souza Bispo
Avaliador Externo à Instituição (UFPB)

Brasília, 21 de agosto de 2025

*Para Matheus, meu companheiro
de vida.*

*Só aquele que se coloca pura e
simplesmente ao serviço de sua
causa possui, no mundo da
ciência, personalidade.
(Max Weber)*

Agradecimentos

Agradeço à Caroline do passado por ter sido resiliente e não ter desistido. Agradeço por ela ter acreditado que dias melhores viriam e que as lágrimas voltariam a ser de alegria.

Agradeço ao meu amor Matheus, por ter ficado ao meu lado, em todos os momentos, durante o enfrentamento ao maior desafio da minha vida.

Agradeço ao eterno professor Edgar Reyes Júnior (*in memoriam*) por todos os seus ensinamentos, pelos debates, pelas risadas, pelo incentivo e eterna motivação. Repito o que te disse, quando ainda em vida: és um orientador especial, de primeira!

Agradeço à Patrícia Guarnieri, que me adotou enquanto sua orientanda e que, com muita sensibilidade, me permitiu viver um dia de cada vez no processo de ressignificação da jornada do doutorado.

Agradeço à Júlia e à Sara, minhas amadas cunhadas, por não terem desistido de mim, apesar de tantas vezes em que eu precisei estar ausente.

Agradeço às integrantes do PhDWinesday, por todos os momentos que compartilhamos juntas. Guardo, com muito carinho, a lembrança daquelas noites, quando tudo ficava mais leve.

Agradeço à Patrícia e à Rafaela, psicólogas que me acompanharam durante a jornada do doutorado, pela escuta sensível e pelo acolhimento.

Agradeço à Universidade de Brasília, minha casa por longos 10 anos, pela transformação por meio da educação.

Agradeço aos pesquisadores juniores participantes desta pesquisa, pela abertura, disponibilidade e pelos ricos debates.

Agradeço, enfim, à vida, por todas as suas magníficas possibilidades.

Resumo

Práticas de pesquisa questionáveis têm recebido cada vez mais atenção na literatura científica. Exemplos dessas ações envolvem reportar apenas casos que funcionaram ou apenas hipóteses não rejeitadas, hipotetizar após saber os resultados e arredondar para baixo o *p*-valor em um teste de hipóteses. Estudos da área de Administração encontraram níveis altos de envolvimento em práticas questionáveis e tais resultados fomentaram extenso debate sobre danos à construção do conhecimento científico, produção de falsas alegações e potencial a desorientar estudantes, professores e profissionais que utilizam o conhecimento científico para desenvolver pesquisas e projetos. No entanto, pressões sistêmicas, incentivos que se relacionam à estrutura da carreira acadêmica e critérios de avaliação com foco em quantidade em detrimento da qualidade fomentam, crescentemente, o uso de práticas questionáveis. Ainda, fatores como o posicionamento ético do pesquisador possuem relevante papel frente a decisões éticas que envolvem as publicações acadêmicas. Esse cenário torna-se crítico para pesquisadores juniores, em estágios como Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, dado que ainda estão em fase de aprendizado e desenvolvimento ético. Tendo isto posto, considerou-se a perspectiva ética proposta pelo teórico alemão Max Weber como opção para orientar teoricamente a investigação do fenômeno. Assim, o objetivo com o presente estudo foi analisar a percepção ética de pesquisadores juniores em relação ao uso de PPQs no campo de Administração. Para tanto, foi conduzida uma pesquisa de campo qualitativa, exploratória e descritiva no contexto do Brasil em atenção às sugestões que reforçam a necessidade de pesquisas sobre práticas questionáveis para além do contexto norte-americano e europeu, devido às particularidades e diferenças culturais existentes entre países. Os dados coletados envolveram fontes de informação múltiplas, englobando documentos de acesso público e grupos focais com pesquisadores juniores em diferentes níveis de formação da área de Administração de uma universidade pública brasileira. A análise de dados foi realizada com a técnica de análise de conteúdo, utilizando como apoio o *software* IRAMUTEQ. Foi possível verificar resultados relevantes em relação ao entendimento e julgamento de pesquisadores juniores sobre o uso de práticas de pesquisa questionáveis, a depender da etapa de formação em que se encontravam. Percebeu-se que em que pese tenha sido identificada a ética da convicção como perspectiva importante nos debates, em especial para pesquisadores juniores em níveis de graduação e mestrado, a ética da responsabilidade esteve mais amplamente presente nos relatos, em especial de doutorandos e egressos. Nesse sentido, foram mapeados quatro perfis éticos principais, com maior prevalência em cada grupo, a saber: ética da convicção (graduandos), posicionamento em formação (mestrandos), ética da responsabilidade (doutorandos), e, complexidade ética (egressos). Além disso, foi realizada a discussão de resultados importantes que apontam, de forma ampla, diversas disfuncionalidades do sistema acadêmico atual em termos de incentivos perversos ao uso de práticas questionáveis, considerando a percepção dos pesquisadores juniores participantes deste caso, tais quais: expectativas irreais de desempenho, pressão por produtividade, naturalização comportamentos questionáveis, limitação de espaços institucionais para a reflexão ética estruturada, emergência da sistematização da formação ética de pesquisadores juniores e assimetrias de poder em interações acadêmicas, especialmente em relação aos professores orientadores. Por fim, foram também apresentadas as contribuições da pesquisa à teoria, à prática acadêmica e à formação de novos pesquisadores da área de Administração.

Palavras-chave: Formação Acadêmica; Pesquisadores Juniores; Práticas de Pesquisa Questionáveis; Convicção; Responsabilidade.

Abstract

Questionable research practices have drawn growing attention in academic literature. These practices include reporting only successful cases or only hypotheses that were not rejected, creating hypotheses after knowing the results, and rounding down p-values in hypothesis testing. Research in the field of Management has shown high levels of engagement in these practices. Such findings have sparked important discussions about the damage they can cause to the development of scientific knowledge, the creation of false claims, and the risk of misleading students, faculty, and professionals who rely on research to guide their work. Even so, the academic system continues to promote questionable research practices through structural pressures, career-related incentives, and evaluation criteria that prioritize the number of publications over their quality. A researcher's ethical stance also plays an important role in decisions about what and how to publish. These challenges are especially critical for early-career researchers, such as undergraduate students, master's students, and doctoral candidates, who are still developing their research skills and ethical awareness. This study used the ethical framework proposed by the German sociologist Max Weber to explore how early-career researchers in the field of Management perceive questionable research practices. We conducted a qualitative, exploratory, and descriptive empiric research in Brazil. The study responds to growing calls for research on these practices beyond North American and European contexts, considering the cultural and institutional differences that may shape academic behavior in different regions. We collected data from multiple sources, including publicly available documents and focus groups with early-career researchers at different stages of academic training at a public university in Brazil. We analyzed the material using content analysis techniques supported by specialized software. The findings show that perceptions of questionable research practices vary according to the academic stage of the participants. Undergraduate and master's students more often referred to the ethic of conviction, while doctoral students and recent graduates more frequently showed reasoning aligned with the ethic of responsibility. Based on these patterns, we identified four dominant ethical profiles: ethic of conviction (undergraduates), developing stance profile (master's students), ethic of responsibility (doctoral students), and ethical complexity (graduates). The study also highlights several dysfunctions in the current academic system that, according to participants, encourage questionable research practices. These include unrealistic expectations of performance, pressure to publish, normalization of problematic behaviors, lack of institutional spaces for ethical reflection, a growing need for structured ethical training, and power imbalances in academic relationships, especially between students and their supervisors. In conclusion, this research offers contributions to theoretical discussions, academic practice, and the ethical development of new researchers in the field of Management.

Keywords: Academic Training; Questionable Research Practices; Ethic of Conviction; Ethic of Responsibility; Early-Career Researchers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Site do ADM/UnB.....	54
Figura 2 - Site do PPGA/UnB.....	55
Figura 3 - Site da ANPAD	56
Figura 4 - Peça de divulgação para a coleta de dados da pesquisa	68
Figura 5 - Dendograma das categorias geradas na CHD	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição de PPQs populares no campo de Administração.	22
Tabela 2 - Lista de causas e justificativas para o uso de PPQs.....	28
Tabela 3 - Documentos coletados	60
Tabela 4 - Definições <i>ex-ante</i> do roteiro de perguntas	63
Tabela 5 - Juízes do roteiro semiestruturado de perguntas e vinhetas	64
Tabela 6 - Critérios de aceitação Vali-Quali.....	65
Tabela 7 - Médias finais definitivas de validação conforme Vali-Quali	66
Tabela 8 - Detalhes sobre a realização dos grupos focais de aprofundamento.....	69
Tabela 9 - Protocolo de análise de conteúdo conforme Bardin	72
Tabela 10 - Protocolo da Pesquisa	77
Tabela 11 - CHD do <i>corpus</i> textual	81
Tabela 12 - Evidências empíricas da categoria 1	82
Tabela 13 - Evidências empíricas da categoria 2.....	85
Tabela 14 - Evidências empíricas da categoria 3	88
Tabela 15 - Evidências empíricas da categoria 4.....	92
Tabela 16 - Evidências empíricas da categoria 5.....	94
Tabela 17 - Evidências empíricas da categoria 6.....	96
Tabela 18 - Evidências empíricas da categoria 7.....	98
Tabela 19 - Síntese da categorização	100
Tabela 20 - Síntese do mapeamento e comparação de perfis éticos	124
Tabela 21 - Síntese da relação de resultados e objetivos específicos	125

LISTA DE SIGLAS

ADM	Departamento de Administração
ANPAD	Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQDAS	<i>Softwares</i> de Análises de Dados Assistidos por Computador
CEP/CHS	Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
ENANPAD	Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
ETC	Elaboração de Trabalho de Curso
FAP/DF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
IA	Inteligência Artificial
IC	Iniciação Científica
IRAMUTEQ	<i>Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires</i>
OCTI	Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação
PPA	Projeto de Pesquisa em Administração
PPGA	Programa de Pós-graduação em Administração
PPQ	Prática de Pesquisa Questionável
PQ	Produtividade em Pesquisa
ProIC	Programa de Iniciação Científica
ST	Segmento de Texto
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UnB	Universidade de Brasília
VALI-QUALI	Validação para Instrumentos de Pesquisa Qualitativa

Sumário

1. Introdução	14
1.1 Objetivos	20
<i>1.1.1 Objetivo Geral</i>	<i>20</i>
<i>1.1.2 Objetivos Específicos.....</i>	<i>20</i>
2. Referencial Teórico	21
2.1 PPQs na academia e no campo da Administração.....	21
<i>2.1.1 A Discussão sobre PPQs no contexto nacional</i>	<i>31</i>
2.2 Ética normativa.....	35
<i>2.2.1 Ética da Convicção e Ética da Responsabilidade</i>	<i>39</i>
3. Percurso metodológico.....	47
3.1 Classificação da pesquisa	47
3.2 Detalhamento sobre a pesquisa de campo	49
3.3 Coleta de dados	56
<i>3.3.1 Grupo focal exploratório com pesquisadores seniores</i>	<i>57</i>
<i>3.3.2 Documentos de acesso público e planos de ensino</i>	<i>59</i>
<i>3.3.3 Grupos focais de aprofundamento com pesquisadores juniores.....</i>	<i>61</i>
3.4 Método de análise de dados.....	70
<i>3.4.1 Iramuteq</i>	<i>74</i>
3.5 Ética da pesquisa.....	76
3.6 Protocolo da pesquisa	77
4. Apresentação e discussão de resultados	78
4.1 Categorização dos Dados.....	78
<i>4.1.1 Dinâmicas de Formação e Interação</i>	<i>82</i>
<i>4.1.2 Parâmetros Éticos</i>	<i>84</i>
<i>4.1.3 Uso de Inteligência Artificial.....</i>	<i>87</i>
<i>4.1.4 Publicações Científicas</i>	<i>91</i>
<i>4.1.5 Julgamento sobre PPQs.....</i>	<i>93</i>
<i>4.1.6 Transparência</i>	<i>96</i>
<i>4.1.7 Tomada de Decisão e Caminhos Metodológicos</i>	<i>97</i>
4.2 Síntese da categorização	99
4.3 Dados documentais	101
<i>4.3.1 Documentos do ADM/UnB</i>	<i>101</i>

4.3.2 Documentos do PPGA/UnB.....	103
4.3.3 Documentos da ANPAD	105
4.4 Relação entre os documentos e as categorias descritas	106
4.5 Relação dos resultados com objetivos específicos 1 e 2	108
4.6 Mapeamento e comparação de perfis conforme dimensão ética	109
4.7 Síntese do mapeamento e comparação de perfis éticos	123
4.8 Relação dos resultados com objetivos específicos 3 e 4	124
5 Considerações finais.....	126
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICES	142
ANEXOS.....	149

1. Introdução

Práticas de pesquisa questionáveis (PPQs) têm recebido cada vez mais atenção na literatura acadêmica (Allum et al., 2023; Bouter, 2023; Gopalakrishna et al., 2022; Kepes et al., 2022; Latan et al., 2021; Xie et al., 2021, Aguinis et al., 2020; Bergh et al., 2017; Byington & Felps, 2017). Argumenta-se que o envolvimento de pesquisadores em tais práticas pode resultar em evidências tendenciosas, além de favorecer um entendimento nebuloso sobre o limite entre boas práticas de pesquisa e má conduta acadêmica (Banks et al., 2016). Cabe esclarecer que, especificamente na má conduta científica, têm-se distinções claras das PPQs em termos de gravidade e de intenção.

PPQs nem sempre são entendidas como ruins ou essencialmente erradas, pois não são sinônimos de má conduta acadêmica, conceito que envolve ações deliberadas e claramente transgressoras de normas éticas fundamentais, com implicações legais e reputacionais mais severas (Resnik, 2003). Enquanto a má conduta se refere à fabricação, à falsificação e ao plágio, as PPQs fazem alusão à imprecisão ou viés, ou seja, uma zona cinzenta que flutua entre o aceitável e o inaceitável (Butler et al., 2017; O'Boyle et al., 2017). Assim, as PPQs consistem em comportamentos que, embora eticamente problemáticos, muitas vezes se situam em uma zona ambígua da prática acadêmica.

Algumas PPQs são citadas com frequência na literatura (Banks et al., 2016; Fanelli, 2009; John et al., 2012; Latan et al., 2021), tais quais: utilizar apenas casos que “funcionam”, reportar apenas hipóteses não rejeitadas, hipotetizar após saber os resultados e arredondar o *p*-valor. Resultados de uma meta-análise que analisou artigos de diversas áreas disponíveis em 24 bases de dados revelaram que aproximadamente 12,5% dos pesquisadores admitiram que se envolvem em PPQs e quase 40% admitiram saber sobre o envolvimento de pares (Xie et al., 2021). Na área de Psicologia, um estudo encontrou índices altos de envolvimento em PPQs, superando o nível de 60% a depender da prática analisada (John et al., 2012). Finalmente, na área de Administração, resultados empíricos indicaram índices de envolvimento que variam de 11% a 50%, a depender da prática (Banks et al., 2016).

Torna-se relevante investigar as PPQs, pois distintas pesquisas já verificaram que elas são mais frequentes que fabricação, falsificação e plágio (Fanelli, 2009; Latan et al., 2021; Xie et al., 2021). Além disso, evidências empíricas e argumentos teóricos apontam que o envolvimento em PPQs pode produzir falsas alegações (Sacco et al., 2019), causar danos à construção do conhecimento científico (Antonakis, 2017), além de desorientar profissionais de suas respectivas áreas de atuação (Honig et al., 2018; O'Boyle et al., 2017). No entanto, estudos empíricos corroboram com a ideia de que a existência de fatores contextuais tornaria a

utilização de PPQs uma ação justificável, a depender da lógica e justificativa empregada pelo pesquisador na tomada de decisão (Bruton et al., 2019; Sacco et al., 2018; Sacco et al., 2019).

Notícias dos últimos anos, publicadas no sítio eletrônico da *Nature*, reforçam que as PPQs têm sido entendidas como um crescente problema, frequentemente impulsionadas por incentivos perversos e pela pressão da cultura do *publish or perish* ou, em português, publicar ou perecer. Visando mitigar esse problema, a China, por exemplo, implementou uma política para suspender o bônus a pesquisadores pela quantidade de publicações, visando reduzir incentivos que priorizam número sobre qualidade (Mallapaty, 2020). No entanto, a pressão por constante produtividade ainda leva a resultados preocupantes, como o aumento do número de acadêmicos que publicam excessivamente, gerando suspeitas sobre a integridade e relevância de seus trabalhos (Conroy, 2023).

Esse cenário é refletido no recorde de 10.000 artigos retratados no ano de 2023, com altos índices de retratação em países como Arábia Saudita, Paquistão e China, indicando PPQs, como manipulação de dados e inadequação da etapa de revisão por pares (Van Noorden, 2023). Ademais, a China atualizou sua lista de periódicos predatórios, agora incluindo revistas que manipulam citações com o objetivo de inflar índices – outra prática questionável (Mallapaty, 2024). Tais discussões postas no cenário acadêmico ilustram como a pressão institucional por quantidade de publicações pode fomentar a utilização de PPQs.

O fenômeno das PPQs tem sido amplamente discutido na literatura científica e vem ganhando espaço em reportagens que revelam sua dimensão pública e institucional. Um exemplo é a investigação publicada pela *Wired*, que mostrou o crescimento acelerado do mercado paralelo de ciência falsa, sustentado por *papermills* que produzem e comercializam artigos fraudulentos ou manipulados em larga escala (Wired, 2025). Esse cenário explicita como a pressão por produtividade e impacto acadêmico gera incentivos “perversos” que favorecem a proliferação de PPQs, comprometendo a confiança na ciência e desafiando os mecanismos tradicionais de avaliação.

A gravidade dessas práticas também se manifesta em casos amplamente repercutidos, como o escândalo envolvendo uma pesquisadora de *Harvard*, acusada de manipulação de dados em diversos estudos. A repercussão significativa resultou na perda de sua estabilidade docente (*tenure*), fato inédito na instituição em quase oitenta anos (The Atlantic, 2025; Vox, 2025). Além de expor como PPQs podem permanecer ocultas por longos períodos, esse caso evidencia o impacto coletivo de tais práticas, já que questionamentos éticos recaem sobre o pesquisador, sobre redes colaborativas e sobre a credibilidade do próprio campo de pesquisa.

Assim, as reportagens supracitadas ilustram a relevância de compreender as PPQs como manifestações de tensões estruturais no sistema científico.

Na área de Administração em específico, há muito existe uma discussão sobre uma crise de credibilidade frente à falta de transparência de relatos metodológicos e envolvimento crescente de pesquisadores em PPQs (Aguinis et al., 2018; Banks et al., 2016; Bergh et al., 2017). Argumenta-se que os próprios pesquisadores da área ameaçam a legitimidade da ciência, pois a integridade do processo de pesquisa luta para lidar com a competição por publicações (Honig et al., 2018) fomentado pela cultura *publish or perish* (Sguissardi, 2010; Alcadipani, 2011b). No entanto, evidências revelam que pesquisadores que se envolvem em PPQs podem ter resultados melhores na carreira acadêmica frente aos que não se envolvem (Byington & Felps, 2017).

Existem pressões sistêmicas que fomentam a utilização de PPQs, e, consequentemente, impactam a carreira de pesquisadores (Bruton et al., 2020). Nesse cenário, se enquadram as exigências por desenvolvimento de teoria (Butler et al., 2017), negociações questionáveis de coautorias para elevar índices quantitativos de publicação (Byington & Felps, 2017; Rossoni, 2018; Allum et al., 2023), relações assimétricas de poder entre pesquisadores juniores e seniores (Horbach et al., 2020) e demandas questionáveis de revisores e editores (O'Boyle et al., 2017). Adicionalmente, critérios quantitativos de avaliação há muito utilizados em sistemas acadêmicos de países em específico, como o Brasil, podem ter colaborado para a impulsionamento de PPQs em contexto da produção realizada via pós-graduação (Bispo & Costa, 2016; Nascimento, 2010; Severiano Junior et al., 2021; Sguissardi, 2010; Silva, 2019).

Somados a isto, não se pode ignorar que o espaço social da academia é frequentemente sobreposto por questões éticas e, antes de pesquisador, o próprio sujeito possui posicionamentos éticos desenvolvidos em sua vida particular (Mattos, 2005). É razoável propor que a consciência moral de diferentes pesquisadores pode variar fortemente, pois essa se refere ao reconhecimento de que uma decisão ou ação pode entrar em conflito com padrões éticos (Butterfield et al., 2000). Portanto, é possível que posicionamentos éticos estejam em desacordo com os padrões éticos fomentados em determinados ambientes.

Considerando tal questão, existem duas abordagens da ética normativa que são contrastantes e costumam ser estudadas na literatura acadêmica: deontologia (Kant, 2002) e utilitarismo (Mill, 2009). Basicamente, a deontologia propõe que o valor moral de uma ação depende da ação em si e o utilitarismo propõe que o valor moral depende de resultados e consequências da ação. Assim, decisões que rejeitam danos seguem posicionamentos deontológicos e decisões que aceitam danos por um bem maior se relacionam com

entendimentos utilitaristas (Sosa & Rios, 2019, Brunn, 2016). Uma vez que posicionamentos éticos podem ser distintos, diferentes interpretações e justificativas podem emergir frente a decisões que envolvem PPQs.

Tendo isto posto, considera-se uma perspectiva ética mais contemporânea, proposta pelo teórico alemão Max Weber, como opção para orientar teoricamente a investigação do fenômeno das PPQs na área de Administração: as éticas da convicção e responsabilidade (Weber, 1998). A primeira, com bases da deontologia e, a segunda, entendida como uma ética das consequências, similar ao utilitarismo (Villiers, 2018). Essa opção justifica-se pelo fato de tais éticas e seus pressupostos permitirem uma análise sobre como o indivíduo lida com a tensão de equilibrar as demandas da racionalidade com as exigências de seus valores, sendo esse equilíbrio um dos determinantes de sua postura ética (Starr, 1999).

Ainda, acredita-se que as éticas da convicção e responsabilidade são opções mais acertadas para a investigação ética frente ao avanço da globalização e as novas demandas da sociedade em termos de complexidade (Villiers, 2018). Um ponto crítico dessas abordagens refere-se à possibilidade de uma análise em termos de racionalidade da ação, em que os meios utilizados para alcançar determinado fim podem gerar consequências contraditórias, ou seja, meios eticamente aceitáveis poderiam levar a resultados negativos e meios eticamente problemáticos poderiam produzir efeitos positivos (Bruun, 2016).

Esse contexto é especialmente aplicável às PPQs, visto a falta de uma definição ética que abarque todas as possibilidades que pesquisadores enfrentam em sua rotina de trabalho. Em última esfera, eles próprios acabam sendo os juízes morais sobre a adequação das PPQs. Porém, há evidências indicando que os próprios acadêmicos podem não ser a melhor opção para julgar a adequação de PPQs devido ao seu ponto de vista individualista (Linder & Farahbakhsh, 2020). Argumenta-se que estes podem entender as PPQs em termos de ampla liberdade de pesquisa, englobando diferentes abordagens, métodos e ferramentas analíticas; porém, há de se considerar que essa liberdade é limitada e possui consequências.

Esse cenário torna-se crítico para pesquisadores juniores, em estágios como Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado (Gopalakrishna et al., 2022), dado que estão em fase de aprendizado e desenvolvimento acadêmico. Tang e Liu (2012) ressaltam que a integridade e o caráter do orientador têm importante impacto na propensão de pesquisadores juniores se envolverem ou se absterem do uso de PPQs. Isto porque o respeito à autoridade acadêmica, aliado ao receio de prejudicar suas carreiras, pode torná-los mais vulneráveis à adoção de PPQs (Horbach et al., 2020).

Além disso, a falta de experiência com a pesquisa acadêmica pode levar a escolhas involuntárias e ingênuas por tais práticas (Haven et al., 2019). A pressão implícita nas universidades para que doutorandos desenvolvam "algo publicável" (Banks et al., 2016) e a ausência de fiscalização próxima e mais rigorosa do processo de pesquisa (Bruton et al., 2020; O'Boyle et al., 2017) agravam essa tendência. Assim sendo, em muitos casos a tentação de recorrer às PPQs é ampliada pela percepção de que as recompensas para a carreira ainda infante superariam os riscos de detecção (Bruton et al., 2019; Hall & Martin, 2019), além da relevância das justificativas apresentadas para esse comportamento (Latan et al., 2021).

Considerando o exposto, há também sugestões que revelam lacunas metodológicas a serem exploradas nesta temática. De início, existe a sugestão de que se investiguem as PPQs no âmbito da pesquisa qualitativa (Latan et al., 2021). Pesquisas empíricas já realizadas focaram a investigação de abordagens quantitativas, devido às pressões institucionais por publicações que apresentem resultados estatisticamente significativos no campo de Administração (Butler et al., 2017). No entanto, o processo de codificação e interpretação dos dados, por exemplo, também navegam na linha tênue entre boas práticas e PPQs (Linder & Farahbakhsh, 2020).

Adicionalmente, existe a sugestão de que pesquisas sobre PPQs utilizem a estratégia de estudo de caso para investigar a tomada de decisão acerca do envolvimento em PPQs (O'Boyle et al., 2017). Ainda que pesquisas com base quantitativa e com a estratégia de *survey* tenham sido realizadas em diferentes áreas (Banks et al., 2016, John et al., 2012; Latan et al., 2021), um estudo de caso pode contribuir por meio de uma pesquisa aprofundada do fenômeno em seu contexto real (Yin, 2010). As pesquisas quantitativas com base em questionários fechados captam apenas parcialmente os dados sobre o fenômeno. Logo, um estudo de caso, ou ainda, uma pesquisa qualitativa que permita aprofundamento, possui potencial para abranger a temática das PPQs de forma mais ampla.

Existem, também, sugestões para que se investiguem as PPQs e seus fatores relacionados considerando países além do eixo norte-americano e europeu (Latan et al., 2021) e em diferentes áreas e subáreas (Grant et al., 2018). As lacunas supracitadas remetem à necessidade de entendimento sobre particularidades, diferenças culturais e de critérios de avaliação aos quais os pesquisadores estão expostos em todo o mundo. Ademais, no contexto nacional que envolve essa discussão, sugere-se a identificação das diferenças contextuais e sistêmicas frente à literatura científica produzida considerando o cenário em outros países (Rabelo et al., 2020).

O estudo sobre PPQs focado no sistema acadêmico brasileiro pode agregar às discussões já postas. Nessa vertente, cabe ressaltar que o caso da área de Administração no Brasil é considerado uma anomalia criada a partir de sistemas de recompensas de instituições e de critérios de avaliação com foco quantitativo (Silva, 2019), imerso em contradições e confusões acerca do papel da pós-graduação sobre o foco em ensino *versus* pesquisa (Bispo, 2020). Nesse sentido, emerge a pergunta de pesquisa principal: como se configura a percepção ética sobre o uso de PPQs para pesquisadores juniores do campo de Administração?

Em busca à resposta deste questionamento, foram consideradas as principais PPQs relatadas na literatura acadêmica, bem como as principais justificativas para o envolvimento em tais práticas, além de abordagens da ética normativa que englobam raízes deontológicas e utilitaristas no contexto das éticas da convicção e responsabilidade propostas por Weber. A intenção foi a de que, com o estudo conjunto desses fatores, fosse possível fornecer uma compreensão mais refinada do fenômeno de interesse.

Finalmente, a metáfora da “ética em suspenso” foi empregada nesta pesquisa para retratar a condição vivida no campo da Administração, em que pesquisadores se veem entre a adesão a princípios éticos e a necessidade de responder às pressões institucionais e sistêmicas postas. Suspensa, a ética não desaparece, mas permanece em um estado de tensão, aguardando definição frente a contextos de incerteza e incentivos “perversos”. Essa noção, a ser detalhada na presente tese, sugere que a prática científica é atravessada por dilemas e negociações, que desafiam os sujeitos a refletirem, constantemente, sobre as consequências de suas escolhas. Tendo em vista o exposto, apresentam-se os objetivos da pesquisa.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção ética de pesquisadores juniores em relação ao uso de PPQs no campo de Administração.

1.1.2 Objetivos Específicos

1. Investigar o entendimento que pesquisadores juniores do campo de Administração possuem em relação às PPQs;
2. Descrever os julgamentos de pesquisadores juniores do campo de Administração sobre as justificativas apresentadas ao envolvimento em PPQs;
3. Mapear os perfis de pesquisadores juniores do campo de Administração em relação à dimensão ética;
4. Comparar os perfis de pesquisadores juniores do campo de Administração em relação à dimensão ética.

2. Referencial Teórico

Neste capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica necessária para a compreensão do fenômeno em estudo. Inicialmente, discute-se o conceito PPQs no contexto internacional, seguido por uma análise do produtivismo acadêmico no cenário nacional, em ambos os casos com ênfase no campo de pesquisa da Administração. Em seguida, são explorados aspectos éticos de decisões em nível individual, abordando a ética normativa e suas raízes deontológicas e utilitaristas. A base teórica ética desta pesquisa é, então, consolidada a partir das abordagens de ética de convicção e de responsabilidade, conforme propostas por Max Weber.

2.1 PPQs na academia e no campo da Administração

Pesquisadores discutiram as PPQs pela primeira vez no Código de Ética e Práticas Profissionais de Pesquisadores de Opinião Pública de 1958 (Banks et al., 2016). Mais tarde, um painel convocado em 1992 pelo Instituto de Medicina, a Academia Nacional de Engenharia e a Academia Nacional de Ciências formalizaram-nas como um conceito nos Estados Unidos (Resnik, 2003), que incluiu potenciais violações de normas científicas que diferem das que os acadêmicos conhecem como fabricação, falsificação e plágio. Mais recentemente, Latan et al. (2021) ofereceram um conceito mais detalhado de PPQs

Abordagens sistemáticas de antecipação utilizadas pelos pesquisadores para atender expectativas de partes interessadas (neste caso, revisores, editores, financiadores, supervisores, chanceleres e outros), alterando suas hipóteses iniciais, modelos de pesquisa, desenho do estudo, os resultados da análise inicial ou o original conjunto de dados, a fim de apresentar e relatar as evidências de uma forma mais desejável (Latan et al., 2021, p 3).

PPQs também incluem a flexibilização não justificada e não embasada em relação a números, modelos e hipóteses (Butler et al., 2017), práticas essas que podem levar a evidências questionáveis e tendenciosas (Banks et al., 2016). Alguns entendem as PPQs como a falta de relatórios completos ou a “ação estratégica” (Linder & Farahbakhsh, 2020) de deixar de relatar condições que poderiam gerar dúvidas sobre a validade dos achados. Além disso, é relativamente mais fácil entender a maioria das PPQs na pesquisa quantitativa, por causa da investigação abrangente sobre a pressão para publicação de resultados estatisticamente significativos no campo de Administração (Butler et al., 2017). No entanto, PPQs também

existem na pesquisa qualitativa (Latan et al., 2021), visto que esse tipo de pesquisa engloba a tarefa de análise de dados abundantes e nada ou pouco estruturados inicialmente – campo fértil para subjetivismos e relativismos (Demo, 1995).

Existem várias PPQs mencionadas na literatura, porém, não há uma lista definitiva e exaustiva de tais práticas (Bruton et al., 2019). Algumas delas, no entanto, são mais frequentemente discutidas e apresentadas como exemplos de condutas questionáveis no campo de Administração. Assim, a Tabela 1 apresenta 10 PPQs populares no campo de Administração e suas respectivas descrições, objetivando ilustrar uma breve lista de referência para contextualizar as discussões teóricas e empíricas postas nesta seção.

Tabela 1

Descrição de PPQs populares no campo de Administração.

PPQs	Descrição
1. Coletar mais dados após verificar se os resultados foram significativos	Não seguir o planejamento prévio de coleta de dados.
2. Relatar seletivamente as condições do estudo	Deixar de relatar condições que possam gerar questionamento.
3. Reportar estudos/casos de forma seletiva	Relatar apenas estudos ou casos que “funcionaram”.
4. Relatar hipóteses de forma seletiva	Evitar relatar hipóteses com resultados não significativos.
5. Incluir seletivamente variáveis de controle	Relatar apenas as variáveis de controle que permitem um resultado estatisticamente significativo.
6. Excluir dados <i>post hoc</i>	Após a remoção de potenciais <i>outliers</i> , alguns dos resultados iniciais tornam-se estatisticamente significativos.
7. Hipotetizar após saber os resultados (HARKing não reportado)	Desenvolver hipóteses <i>post hoc</i> que sugerem que os achados foram definidos <i>a priori</i> .
8. Arredondar o <i>p</i> -valor	Relatar que um <i>p</i> -valor de .054 é $p < .05$ em vez de $p = .054$.
9. <i>Data hoarding</i>	Recusar o compartilhamento de dados quando solicitado.
10. Negociações de coautoria fantasma	Pesquisadores são incluídos como coautores sem terem oferecido uma contribuição substancial à pesquisa.

Fonte: adaptado de John et al. (2012), Banks et al. (2016), Latan et al. (2021) e Allum et al. (2023).

Uma breve análise à Tabela 1 esclarece que boa parte das práticas questionáveis se referem a uma falta de transparência no relato das etapas de execução das pesquisas ou, ainda, a manipulação não relatada de informações e dados sensíveis. Considerando parte desta tabela adaptada e especificamente o campo da Administração, Banks et al. (2016) perguntaram a mais de 300 pesquisadores sobre a concordância acerca da adequação de PPQs, como arredondar para baixo um teste de significância ou HARKing. Os autores não encontraram consenso, haja vista que aproximadamente 50% dos pesquisadores admitiram relatar hipóteses seletivamente ou apresentar hipóteses *post hoc* como desenvolvidas previamente, 30% admitiram a exclusão *post hoc* de dados ou incluíram seletivamente variáveis de controle e cerca de 11% disseram

ter arredondado valores de p . Neste estudo, as justificativas para a utilização de PPQs foram a pressão por publicação, o interesse em atender a expectativa de periódicos e revisores por estudos confirmatórios e a ênfase em desenvolvimento de contribuições teóricas.

Posteriormente, também no campo da Administração, Latan et al. (2021) realizaram um estudo contando com 472 pesquisadores filiados a 250 universidades da Indonésia. Como principais achados, foi possível verificar que 93,22% dos pesquisadores reportaram a utilização de ao menos uma PPQ em suas pesquisas. Dentre as PPQs mais utilizadas, constaram o relato seletivo de variáveis de controle relevante aos achados, o relato seletivo das condições de um estudo, a coleta de mais dados depois de ver se os resultados foram significativos e relato seletivo de casos que “funcionaram”. Ainda, as principais justificativas relatadas para o alto índice de envolvimento em PPQs, foram a necessidade de atendimento às expectativas dos revisores, a pressão das universidades por publicações, medo de ter o artigo rejeitado, aumento de popularidade (*status*) e potenciais recompensas monetárias.

Considerando também outros campos de pesquisa, uma meta-análise sobre as estimativas agrupadas de PPQs, considerando artigos pesquisados em 24 base de dados, revelou que 12,5% dos pesquisadores admitiram envolvimento em uma ou mais PPQs e 39,7% tinham ciência do envolvimento de pares em tais práticas (Xie et al., 2021). Este último resultado foi superior a um trabalho anterior em que cerca de 29% dos pesquisadores admitiram a observação desse comportamento entre seus pares (Fanelli, 2009). Em outro estudo, acadêmicos entrevistaram 2 mil pesquisadores da área de Psicologia, encontrando um envolvimento surpreendentemente alto em PPQs (John et al., 2012). Quase 67% costumavam relatar apenas estudos que funcionavam, 42% não relatavam todas as condições do estudo e 39% admitiram arredondar os valores de p .

Gopalakrishna et al. (2022) estudaram a predominância de PPQs entre pesquisadores dos Países Baixos (Holanda, Bélgica e Luxemburgo), contando com a participação de mais de 6 mil respondentes de diferentes áreas de estudo via resposta a uma *survey*. Dentre os resultados, revelou-se que 51,3% dos respondentes realizavam, com frequência, ao menos uma PPQ. Achados deste estudo também sugerem que ser um pesquisador doutorando/recém titulado aumentaram as chances do engajamento em PPQs. A principal justificativa relatada pelos pesquisadores para esse comportamento foi a pressão por publicação.

Ainda, Allum et al. (2023) realizaram uma *survey* com 47 mil acadêmicos europeus e norte-americanos, revelando que quase 70% destes primeiros e 55% destes últimos estiveram envolvidos em pesquisas que incluíam autores que não contribuíram de maneira considerada suficiente ao trabalho. A prática de autoria fantasma, ou “por presente”, foi identificada como

a forma mais comum de PPQ neste estudo, e refere-se ao contexto em que pesquisadores são incluídos como coautores sem terem oferecido uma contribuição substancial à pesquisa. Assim, é sugerido que revistas científicas implementem declarações de contribuição dos autores, o que poderia tornar mais explícita uma possível falsificação de contribuições. No entanto, os próprios autores colocam que ainda não há consenso sobre o que define uma contribuição aceitável para a autoria, o que contribui para as divergências nas práticas de autoria acadêmica.

Tendo em vista os altos índices supracitados, alguns há muito entendem as PPQs como doenças que precisam de mitigação em prol da boa ciência (Antonakis, 2017), uma vez que aumentar a transparência na pesquisa é uma necessidade urgente no campo de Administração se o objetivo é elevar a confiabilidade nos resultados (Aguinis et al., 2018). Pesquisadores precisam confiar no trabalho uns dos outros, pois, caso não haja confiança, torna-se inviável a colaboração em termos de pesquisa e citação de achados de estudos anteriores (Bouter, 2023). No entanto, pesquisas empíricas já revelaram que justificativas (Latan et al., 2021) e fatores contextuais (Sacco et al., 2019) são relevantes ao envolvimento em PPQs, pois essas podem ser mais defensáveis a depender do contexto.

Um destes contextos engloba os procedimentos que pesquisadores juniores testemunham e aprendem com seus orientadores. Tang e Liu (2012) expõem que a integridade pessoal e o caráter de um orientador têm efeitos significativos na propensão subsequente de pesquisadores juniores se envolverem ou se absterem de comportamentos antiéticos. Uma vez que pesquisadores juniores respeitam a senioridade acadêmica – pelo medo de prejudicar suas carreiras devido às relações de poder implícitas na academia (Horbach et al., 2020) – estes podem ser mais propensos a optar por PPQs.

De certa forma, é plausível que pesquisadores juniores sejam mais suscetíveis a realizar PPQs, até mesmo involuntariamente, pois possuem pouca ou nenhuma experiência com pesquisa (Haven et al., 2019). Essa questão torna-se ainda mais preocupante ao considerar evidências empíricas que apontam discursos implícitos fomentados em universidades sobre a necessidade de que doutorandos escrevam “algo publicável” (Banks et al., 2016). Ainda, a falta de fiscalização aprofundada de suas pesquisas facilita a opção por PPQs pela sensação de que dificilmente serão confrontados (Bruton et al., 2020; O’Boyle et al., 2017).

Assim, a tentação para se envolver em PPQs pode ser elevada, seguindo pelo pensamento de que as recompensas para uma carreira iniciante superariam os riscos de uma possível detecção (Hall & Martin, 2019). No entanto, é importante reforçar que pesquisadores juniores não são os únicos que se envolvem em PPQs. Mesmo pesquisadores seniores também realizam práticas questionáveis, tendo como objetivo inflar o significado de suas descobertas.

Porém, evitando fabricação, falsificação e plágio (Byington & Felps, 2017). Algumas PPQs (por exemplo, *data hoarding*) podem ocorrer devido a motivações relacionadas à carreira, como negociação de coautoria futura em troca do banco de dados e impedimentos de reanálises que poderiam exigir correções após a publicação (Byington & Felps, 2017).

Considerando uma causa mais sistêmica, os pesquisadores também se engajam em PPQs devido à ênfase exagerada no desenvolvimento da teoria, fomentada especialmente por demandas de periódicos de primeira linha (Butler et al., 2017), visto que contribuições teóricas substanciais são uma exigência para publicação na maioria deles. Alguns estudiosos veem essa necessidade constante de desenvolver contribuições teóricas como uma obsessão no campo de Administração (Evans & Tourish, 2017; Tourish, 2020). Argumenta-se que, embora o desenvolvimento de novas teorias seja importante para a compreensão de trabalhos científicos, esse desenvolvimento nem sempre possui justificativas convincentes.

Sobre esse assunto, Tourish (2020) coloca que as revistas acadêmicas, especialmente as de prestígio, priorizam a construção teórica em seus artigos, o que tem levado a uma proliferação de teorias superficiais e sem relevância. Esse autor pontua que o foco na produção teórica, aliado às ambições profissionais dos acadêmicos, resulta em artigos que elaboram questões triviais, muitas vezes incompreensíveis para o público e de pouco interesse para os leitores. Como consequência, a busca incessante por novas teorias tem gerado uma escrita prolixa e desprovida de real inovação.

Considerando o contexto apresentado, alguns encontram nas PPQs uma maneira mais fácil de atingir os requisitos necessários para que seus artigos sejam publicados. A questão é: tais práticas podem ser disfuncionais, especialmente no que se refere à construção do conhecimento (Latan et al., 2021). Em um estudo, tentou-se reproduzir os resultados de 88 artigos publicados em um periódico internacional reconhecido no subcampo da Administração estratégica, com o objetivo de abordar os problemas consequentes do uso de PPQs (Bergh et al., 2017). Porém, não foi possível testar quase 70% dos artigos da amostra por não haver dados suficientemente transparentes relatados sobre as pesquisas conduzidas. Dos artigos testados, muitos relataram resultados não significativos como significativos.

Estudiosos também abordaram as mudanças entre teses de doutorado e suas respectivas publicações em periódicos da área da Administração (O'Boyle et al., 2017). Revelou-se um aumento de 21% nos resultados estatisticamente significativos no documento da publicação em periódicos em relação ao documento de tese. Posteriormente, outro estudo verificou que artigos publicados em periódicos de primeira linha, prestigiados pela comunidade acadêmica do

campo de Administração, estiveram mais fortemente associados ao uso de PPQs em relação a artigos publicados em periódicos de menor prestígio (Kepes et al., 2022).

As situações supracitadas costumam estar relacionadas ao envolvimento em PPQs, como exclusão ou adição de dados após testes de hipóteses, exclusão seletiva ou adição de variáveis e reformulação de hipóteses para apoiar os dados – ou seja, pesquisa indutiva disfarçada de pesquisa dedutiva. Assim, revela-se a preocupação para o caso de artigos publicados em periódicos de primeira linha talvez não serem tão confiáveis como se espera de início (Kepes et al., 2022). É urgente a necessidade de relatos mais detalhados e transparentes de métodos e achados nos artigos, uma vez que não relatar todas as condições de um estudo fomenta a crise de credibilidade posta no campo de Administração (Aguinis et al., 2020; Byington & Felps, 2017; Tourish, 2020).

Na ausência de um olhar crítico e atento à questão, há grandes chances de que pesquisadores utilizem descobertas e modelos desenvolvidos por meio de PPQs em seus futuros trabalhos de pesquisa. Nesse contexto, esse conhecimento realmente representaria o que diz que representa? Como postulado por Honig et al. (2018), outros acadêmicos, estudantes e profissionais costumam aceitar que publicações em periódicos de primeira linha são válidas. No entanto, se PPQs foram utilizadas para alcançar os resultados, revelando validade duvidosa, aplicações no mundo real provavelmente desorientariam a prática.

As PPQs conduzem a um sistema de produção de pesquisa aquém do ideal, destacando a necessidade de mudar as estruturas de incentivo à publicação e repensar a avaliação dos padrões de pesquisa (Antonakis, 2017), o que significa uma mudança sistêmica significativa (Honig et al., 2018). No entanto, seria tal ação possível, considerando a estrutura de recompensa da carreira do pesquisador? Em primeiro lugar, “as instituições são lentas para promover mudanças e muitas vezes protetoras do *status quo*” (Bruton et al., 2020, p. 14). A carreira de um pesquisador depende, inicialmente, de publicações e citações em periódicos (Grant et al., 2018), sendo recomendável publicar em periódicos de primeira linha (Aguinis et al., 2020; Tourish, 2020). Esse contexto aumenta a necessidade contínua de produtividade, além da pressão para publicar (O’Boyle et al., 2017).

É sabido que métricas de quantidade de artigos publicados em periódicos, especialmente nos de primeira linha, podem ser determinantes fundamentais para compor vários aspectos da carreira de um pesquisador, como a contratação em si, salário, subsídios, decisões de promoção, aprovação para financiamento a pesquisas, status e prestígio social (Hall & Martin, 2019; Latan et al., 2021; Nosek et al., 2012). Dessa forma, alguns podem ter a percepção de que fazer o que é preciso para garantir a qualidade e confiabilidade de uma

pesquisa nem sempre é bom para a carreira acadêmica (Bouter, 2023). Como resultado, pesquisadores podem decidir escrever artigos com o único objetivo de impulsionar suas carreiras em detrimento do avanço do conhecimento (Butler et al., 2017; Byington & Felps, 2017). Ou seja, quanto mais pressão para publicar, desenvolver contribuições teóricas e obter citações, mais as PPQs podem se tornar uma opção aos pesquisadores.

Pode-se argumentar que o problema é um cenário 'não odeie o jogador, odeie o jogo', pois “a causa das PPQs provavelmente é o sistema, não o indivíduo” (O'Boyle et al., 2017, p. 377). Pesquisadores apontam para o papel institucional dos periódicos, revisores e editores na promoção de PPQs (Butler et al., 2017), assim como pesquisas empíricas constataram que as práticas dos periódicos científicos são as mais citadas como carentes de reforma (Bruton et al., 2020). Logo, o paradoxo começa quando a pressão para se envolver em PPQs pode vir, indiretamente, daqueles supostamente responsáveis por preservar a integridade da pesquisa no campo (O'Boyle et al., 2017).

Periódicos de primeira linha costumam ter políticas de ética relacionadas a fabricação, falsificação e plágio, citações coercitivas e armazenamento de dados; no entanto, muitas PPQs não foram amplamente abordadas (Banks et al., 2016). Além disso, acredita-se que o aumento da qualidade da revisão realizada por pares em tais periódicos ajudaria a promover mais transparência e integridade nas pesquisas (Bouter, 2023). Porém, a possível resistência em adotar práticas mais rígidas para mitigar as PPQs pode estar inserida em um dilema social relacionado ao desejo de melhorar o status do periódico – a fetichização do Fator de Impacto (Honig et al., 2018).

Cabe destacar que “melhorar o fator de impacto do periódico ou outras métricas de nível individual não são metas em si; fazer boa ciência, é” (Antonakis, 2017, p. 16). Porém, essa fetichização acontece porque a adoção unilateral de práticas éticas mais rígidas possivelmente diminuiria o fator de impacto dos periódicos. Afinal, alguns pesquisadores se engajaram em PPQs no processo de pesquisa gerando “bons” resultados para publicação e esse contexto poderia gerar novas citações. No entanto, diante de critérios muito rígidos, os autores podem buscar uma opção menos rigorosa entre os periódicos de primeira linha para submeter seus artigos (Byington & Felps, 2017).

O problema de tal situação é que a flexibilidade na aceitação de PPQs pode levar à normalização, até mesmo, de fabricação, falsificação e plágio – desde que os pesquisadores se sintam recompensados (Byington & Felps, 2017). Alguns defendem que próprios pesquisadores ameaçam a legitimidade da ciência, pois a integridade do processo de pesquisa luta para lidar com a competição por publicações em periódicos de primeira linha (Honig et

al., 2018). Ressalta-se que pesquisadores mais puristas quando se trata de evitar PPQs podem ter resultados piores na carreira quando comparados aos menos puristas (Byington & Felps, 2017).

Em suma, apesar de existir a discussão na literatura acadêmica sobre disfuncionalidades e consequências das PPQs para a ciência, está posto um contexto em que pesquisadores se envolvem em PPQs, aceitam-nas e podem, até mesmo, encorajá-las devido às vantagens percebidas para a carreira. Por outro lado, existem também pesquisadores mais restritos, porém sensíveis a um contexto justificável ao uso de PPQs dentro das pressões do sistema acadêmico (Sacco et al., 2019). Assim, a Tabela 2 foi elaborada para apresentar uma lista de referência (não exaustiva) com as principais justificativas apresentadas por pesquisadores da área de Administração e de outras áreas similares para o uso de PPQs.

Tabela 2

Lista de causas e justificativas para o uso de PPQs

Causa ou Justificativa	Base Teórica
1. Pressão por publicações	(Banks et al., 2016; O'Boyle et al., 2017; Latan et al., 2021; Gopalakrishna et al., 2022;)
2. Necessidade contínua de produtividade	(O'Boyle et al., 2017)
3. Atender expectativas de partes interessadas	(Banks., 2016; Latan et al., 2021; Linder & Farahbakhsh, 2020)
4. Medo da rejeição do artigo	(Latan et al., 2021)
5. Recompensas monetárias e/ou de carreira	(Bouter, 2023; Butler et al., 2017; Byington & Felps, 2017; Grant et al., 2018; Hall & Martin, 2019; Horbach et al., 2020; Latan et al., 2021; Nosek et al., 2012)
6. Inflar os resultados / descobertas	(Byington & Felps, 2017)
7. Aumento de popularidade e status	(Latan et al., 2021; Nosek et al., 2012)
8. Ênfase na exigência por contribuição teórica	(Banks et al., 2016; Butler et al., 2017; Evans & Tourish, 2017; Tourish, 2020)
9. Competição por publicações de 1ª linha	(Aguinis et al., 2020; Honig et al., 2018; Tourish, 2020)
10. Fetichização de fator de impacto (periódicos)	(Antonakis, 2017; Byington & Felps, 2017; Honig et al., 2018)
11. Baixa qualidade do processo de revisão	(Bouter, 2023; Bruton et al., 2020; O'Boyle et al., 2017)
12. Políticas éticas que não focam PPQs	(Banks et al., 2016)
13. Pouca experiência com pesquisa	(Haven et al., 2019)
14. Falta de fiscalização aprofundada da pesquisa	(Bruton et al., 2020; O'Boyle et al., 2017)
15. Integridade do pesquisador orientador	(Tang & Liu, 2012)

Fonte: elaborado pela autora.

Considerando as justificativas compiladas na Tabela 2, Sacco et al. (2019) investigaram a sensibilidade de pesquisadores em relação às justificativas para o uso de PPQs. Para tanto, foi aplicada uma *survey* on-line com 107 pesquisadores, na qual foi avaliada a adequação ao uso de PPQs em diferentes situações, acompanhadas de uma justificativa que poderia ser considerada como plausível ou não. Os resultados da pesquisa indicaram que os respondentes tendiam a perceber as PPQs como mais aceitáveis e eticamente defensáveis quando acompanhadas de uma justificativa razoável, em comparação com uma justificativa claramente antiética. Assim, tais achados corroboram com a ideia de que pesquisadores são influenciados por fatores contextuais ao avaliar a adequação de PPQs.

Um das sugestões para pesquisas futuras realizadas por Sacco et al. (2019) foi a de investigar de forma mais aprofundada os fatores que tornam uma justificativa para o uso de PPQs aceitável, a fim de esclarecer quando essas práticas, embora ambíguas, poderiam ser entendidas como necessárias e justificáveis. Os autores argumentam que compreender os critérios que tornam uma PPQ justificável pode ajudar a prever a disposição dos pesquisadores em adotá-las. Por exemplo, se uma PPQ for vista como legítima em determinada circunstância, é mais provável que seja empregada. Em contrapartida, quando as motivações para a prática forem consideradas injustificáveis, o engajamento com tais comportamentos pode diminuir, o que contribuiria para o fortalecimento da integridade na pesquisa científica.

Nesse sentido, é relevante detalhar um estudo empírico (Bruton et al., 2019) que partiu do objetivo de mitigar a aprovação dos pesquisadores em relação PPQs e sua disposição autorrelatada em se envolver nessas práticas, por meio de um experimento de leitura de declarações escritas sobre integridade na pesquisa e motivações éticas. Os participantes do grupo experimental foram aleatoriamente designados para a leitura de tais declarações sobre ética em pesquisa. O grupo controle leu uma definição de má conduta em pesquisa, que inclui falsificação, fabricação e plágio. Ao todo, foram quatro intervenções experimentais para testar a possível alteração de atitudes dos participantes em relação às PPQs.

Os achados do estudo de Bruton et al. (2019) mostraram que uma dessas intervenções, a de consistência, apresentou impacto positivo em pesquisadores em início de carreira, porém não mostrou similar efeito em pesquisadores mais experientes. Essa intervenção específica incentivou os pesquisadores juniores participantes da pesquisa a refletirem sobre sua identidade ética como cientistas, fundamentando-se na teoria da autopercepção e em estudos que indicam que a rememoração de comportamentos morais passados pode fortalecer o desejo de manter coerência com valores éticos anteriores.

Dessa forma, Bruton et al. (2019) sugerem que pesquisadores menos experientes podem ser mais suscetíveis a mudanças atitudinais, possivelmente devido à maior vulnerabilidade de estarem em uma fase da carreira em que têm mais a ganhar do que perder ao contornar normas éticas. Esses pesquisadores, com uma compreensão ainda em formação das normas científicas, poderiam ser mais propensos a adotar PPQs. Os autores argumentam, ainda, que se incorporada de forma repetida nos programas de formação, esse tipo de intervenção de consistência poderia promover maior coerência entre a identidade do pesquisador e seus ideais éticos.

No entanto, os próprios acadêmicos, em especial os juniores, podem não ser a melhor opção para julgar a adequação de PPQs devido ao seu ponto de vista individualista. Eles podem entender essas práticas como liberdade de pesquisa em relação a diferentes abordagens, métodos e ferramentas analíticas; porém, é importante ressaltar que essa liberdade não é ilimitada (Linder & Farahbakhsh, 2020). A exemplo, um estudo realizado com mais de 11 mil pesquisadores suecos revelou como acadêmicos de diferentes campos, incluindo as Ciências Sociais Aplicadas, possuem crenças infladas sobre suas concepções éticas, classificando a si próprios como melhores que seus pares e seu campo de pesquisa como melhor que os demais em seguir boas práticas de pesquisa (Lindkvist et al., 2024).

Ainda, a argumentação ética como interpretação da moral se relaciona intimamente com a retórica, de modo que é possível o sujeito concordar ou discordar (Graham, 2004). Não há consenso em relação a diversas decisões éticas as quais os seres humanos são expostos. Logo, a questão das PPQs engloba não só o quão ético o pesquisador é, mas também a própria percepção ética da comunidade acadêmica e quão perversos os incentivos do sistema acadêmico são em determinado contexto (Bouter, 2023). Ou seja, o ponto crítico de toda a discussão envolvendo PPQs pode ser a decisão individualista que os pesquisadores tomam, considerando sua própria visão ética, independentemente da ética prevalente ou das normas fomentadas em seu campo (Latan et al., 2021).

A discussão apresentada refere-se ao contexto internacional, que tem gradualmente focado no estudo do envolvimento de pesquisadores em PPQs, bem como seus antecedentes. Grande parte das pesquisas realizadas sobre essa temática considera os sistemas acadêmicos norte-americano e europeu. Porém, os sistemas acadêmicos de cada região do mundo diferem em relação a métricas e critérios de avaliação. Assim, torna-se essencial entender o contexto brasileiro na área de Administração e como a discussão nacional se assemelha ou se diferencia da internacional.

2.1.1 A Discussão sobre PPQs no contexto nacional

Essa subseção esclarece que os desenvolvimentos da literatura científica brasileira da área de Administração que abordam as PPQs utilizam, para tanto, um caminho indireto. Não há muitas publicações expressivas abordando especificamente as PPQs, como acontece no cenário internacional, porém, tais práticas são indiretamente endereçadas no contexto de consequências de uma pressão institucional por publicação da qual derivou-se o produtivismo acadêmico. Este último, é amplamente entendido como uma prática nociva e que faz parte de um sistema de busca quase obsessiva por produção (Severiano Junior et al., 2021), que acontece não apenas no Brasil, mas em todo o mundo.

Sguissardi (2010) expõe que o produtivismo acadêmico é um fenômeno originado pelos processos formais ou informais de regulação e controle, muitas vezes voltados para avaliação, e se caracteriza pela ênfase excessiva na quantidade de produção acadêmica, em detrimento da qualidade. O autor coloca que essa abordagem surgiu nos Estados Unidos na década de 1950, ganhando notoriedade mundial por meio da expressão “*publish or perish*” – significando que pesquisadores que não publicassem conforme as exigências acadêmicas e/ou de mercado poderiam ter suas carreiras prejudicadas.

Uma das justificativas para o produtivismo acadêmico especificamente no Brasil advém do sistema de regulação e avaliação da pós-graduação utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) após os anos 1996 e 1997 (Patrus et al., 2015). A partir do período supracitado, ocorreu o fortalecimento da CAPES, fato que impulsionou diversas exigências a programas de pós-graduação (Bispo & Costa, 2016). Apesar de em 2018 terem sido aprovadas mudanças que envolvem a avaliação da CAPES, enfatizando processos de formação e com foco em resultados a partir de avaliação de impacto, entendia-se que o produtivismo tendia a continuar ocorrendo devido à pressão por resultados (Silva, 2019).

Diversos foram os questionamentos postos sobre potenciais consequências do sistema de avaliação à formação de pesquisadores, ao chamado surto produtivista e à qualidade das publicações (Nascimento, 2010). Exemplos consequentes no contexto brasileiro são a prática de má conduta denominada *salami-slicing*, ou seja, o “fatiamento” de um estudo que deveria ser único em vários artigos sem contribuição consistente, e a PPQ que concerne a manipulação da lista e ordem de autoria em artigos (Sguissardi, 2010). Essa última pode acontecer em forma de coautoria cerimonial, quando ainda que caracterizado como autor, a contribuição do pesquisador no desenvolvimento da pesquisa é superficial ou inexistente (Rossoni, 2018). Essa prática ocorre em redes de coautoria desenvolvidas a partir da ideia de uma colaboração vazia entre pares para aumentar suas produções individuais (Severiano Junior et al., 2021).

Peruzzo (2023, p. 80) argumenta que a pressão crescente para publicar em revistas de alto impacto tem gerado uma "cultura do artiguismo", em que a quantidade de artigos submetidos é priorizada em detrimento da qualidade e da profundidade da pesquisa. Tal cultura frequentemente resulta em PPQs, como a coautoria cerimonial, que a autora define como a falta de contribuição efetiva de todos os assinantes do artigo, muitas vezes também incentivada pela exigência de que os artigos sejam coassinados por doutores. Ainda, a autora coloca que essa prática seria uma tentativa de atender aos critérios de produtividade acadêmica, o que pode levar à manipulação de autoria e à distorção das normas éticas de forma ainda mais ampla.

Considerando outras consequências do produtivismo acadêmico, um estudo empírico visou entender o perfil de pesquisadores brasileiros do campo de Administração e suas publicações (Imasato et al., 2017). Foram analisadas mais de 40 mil publicações, provenientes de quase 2 mil currículos de pesquisadores da área cadastrados na plataforma Lattes. Verificou-se que o percentual de publicações classificadas em estratos elevados do Qualis (A1 e A2) diminuiu sistematicamente entre 1990 e 2014. Os autores ressaltam a mudança de aproximadamente 50% de publicações da área em estratos superiores em 2001, para apenas 17% em 2013. Ainda, configurou-se a concentração de publicações, uma vez que aproximadamente 17% dos pesquisadores analisados foram responsáveis por quase 50% do total de publicações. Tais resultados sugerem que a quantidade de publicações tem sido um critério mais considerado do que a qualidade no contexto brasileiro da área da Administração.

Em relação às políticas de avaliação da CAPES, também foram analisados os posicionamentos de pesquisadores com grande quantidade de publicação na área de Administração (Magnin et al., 2020). Os resultados descrevem que o pesquisador da área afirma não se preocupar com publicações, pois essas seriam meras consequências do trabalho. No entanto, a publicação é a principal meta citada. Muitos expressaram surpresa ao serem informados sobre seus altos índices de publicação, fato que sugere a sensação de insuficiência diante das próprias expectativas e diante do jogo 'publique ou pereça'. Por fim, houve no discurso dos pesquisadores a naturalização das condições de trabalho e expectativas de produção, pois 'faz parte do jogo'. Entretanto, foram relatados fatores desmotivadores da carreira, como: atritos políticos, quantidade de tarefas administrativas, gestão de revistas brasileiras, dificuldade na obtenção e execução de financiamento e desvalorização profissional.

Outro estudo empírico analisou como processos sociais de influência podem aumentar o produtivismo acadêmico na área de Administração (Severiano Junior et al., 2021). Os autores constataram que a influência social direciona a produção científica da área, prevalecendo um produtivismo acadêmico consequente de pressões normativas e institucionais. Verificou-se que

programas de pós-graduação que possuem alta produção influenciam seus pesquisadores credenciados a terem produção compatível. Ainda, foi possível caracterizar a consolidação de uma rede para publicação entre os mesmos coautores para aumentar níveis individuais de publicação, inclusive de forma indevida.

Alguns dos motivos para que o produtivismo seja tão difundido e perdure ao longo dos anos, apesar de todas as suas consequências, foram citados por Alcadipani (2011b)

ele atende a interesses; ele serve para alguém; ele tem ambiguidades que lhe permitem existir; ele oferece esperanças às pessoas. Nenhuma forma de dominação que seja apenas opressiva perdura. O produtivismo é útil ao fazer uma suposta "objetificação" da mensuração da "qualidade" de um pesquisador. Ele coloca um critério aparentemente claro: quem mais produz, melhor é. Ele atende, antes de mais nada, ao ego dos pesquisadores que querem ver seu nome no topo da lista dos mais produtivos. Permite que programas de pós-graduação e professores sejam avaliados e fomenta a ilusão de reputação para os "produtivos" (Alcadipani, 2011b, p. 1176).

Ou seja, houve a invasão da lógica gerencialista no mundo acadêmico, o que acabou por distorcer o real significado da formação de pesquisadores e produção de conhecimento científico (Alcadipani, 2011a).

Nessa vertente, Bispo e Costa (2016) argumentam sobre a associação entre o produtivismo e a eventual utilização de artigos elaborados por discentes para a avaliação em disciplinas de pós-graduação da área de Administração. É utilizada a metáfora da criação de um subsistema de linha de montagem de artigos para problematizar essa situação. Os autores são objetivos ao apontar que nem todos os casos em que essa prática acontece visam atender interesses produtivistas. No entanto, explicam que a avaliação realizada por tais meios pode perder seu sentido pedagógico e educativo, impactando a formação de jovens pesquisadores. Existe o risco da distorção do real papel de mestres e doutores, além do entendimento, por parte de discentes, que a única ação relevante é a publicação. Além disso, estão postas relações assimétricas de poder entre docentes e discentes, o que torna a situação ainda mais sensível.

Uma discussão ainda mais ampla foi posta por Bispo (2020) apontando contradições existentes na pós-graduação em Administração do contexto brasileiro. O autor argumenta que existe uma confusão entre os conceitos de ensino e pesquisa, confusão essa que torna nebuloso o papel de formações em nível de mestrado e doutorado, bem como distorce as práticas da pós-graduação em Administração. Assim, a pós-graduação é entendida como o espaço foco da

pesquisa, quando, de fato, é o espaço para a formação de pesquisadores mestres e doutores. Sendo assim, é, então, um espaço de ensino. Derivado desse argumento, emerge outra contradição: a avaliação de um espaço que deveria ser destinado ao ensino é realizada com critérios de pesquisa.

Considerando este tema, Peruzzo (2023) adiciona que a lógica do produtivismo permeia de maneira sutil os programas de pós-graduação, especialmente quando estes exigem que os pós-graduandos publiquem artigos de tese em coautoria com seus orientadores, ou ainda que a própria tese seja estruturada com grande parte do conteúdo já apresentado em artigos coassinados. Tais práticas, para a autora, comprometem os princípios éticos e a qualidade da pesquisa, criando um ambiente acadêmico que desconsidera a reflexão crítica e o amadurecimento necessário para a construção de um trabalho robusto. Assim, a pressão pela rápida publicação, com foco em quantidade e fluxo contínuo, dificultaria a realização de revisões teóricas aprofundadas, prejudicando o desenvolvimento adequado dos textos.

Em suma, a crítica de Bispo e Costa (2016) sobre o produtivismo nas práticas de avaliação na pós-graduação em Administração destaca como a ênfase excessiva na produção de artigos pode distorcer o papel pedagógico da formação acadêmica. Ao criar um "subsistema de linha de montagem", essa dinâmica prejudica a qualidade do ensino, pois reduz a pesquisa a uma mera atividade de publicação, sem considerar o processo reflexivo e formativo essencial para o desenvolvimento de pesquisadores. Bispo (2020) e Peruzzo (2023) ampliam essa análise, apontando que a confusão entre ensino e pesquisa, somada à pressão pela produtividade, pode comprometer os princípios éticos e a reflexão crítica.

Como exemplo de possível impacto à formação discente, cabe destacar o conceito que Bispo e Vieira (2024) apresentam como pirataria intelectual, relacionando-o com as consequências ético-legais e formativas no campo de Administração. Os autores explicam que a pirataria intelectual, semelhante ao plágio, acontece quando pesquisadores copiam trabalhos de outros autores sem citá-los, porém, de uma forma mais sutil e de difícil detecção. Tal cópia envolveria a semelhança na escolha de fontes de citação, citações diretas e indiretas semelhantes ao documento plagiado e semelhança na ordem de apresentação de ideias e conceitos. Essa prática pode acontecer de forma intencional, assemelhando-se ao plágio, ou não-intencional.

Considerando, então, as PPQs no contexto do produtivismo e das contradições da pós-graduação, Rabelo et al. (2020) investigaram o envolvimento de pesquisadores brasileiros da área de psicologia no contexto de um estudo comparativo entre países. Os autores utilizaram o instrumento de John et al. (2012) que lista 10 PPQs, tais quais manipulação de dados coletados

e/ou de análises estatísticas e seleção intencional de casos que funcionaram. Um dos resultados do estudo mostrou que esses pesquisadores apresentaram altas taxas de envolvimento em PPQs, o que foi considerado surpreendente pelos autores frente a atuais debates mundiais sobre ética em pesquisa e dados abertos. Além disso, foi enfatizada a importância de que ações concretas visando a conscientização ética fossem realizadas.

Em atenção ao colocado também por Rabelo et al. (2020) de que não há estudo anterior que tenha investigado PPQs no Brasil, é razoável sugerir que pesquisadores de demais áreas de conhecimento além da psicologia podem, de forma similar, vir a se engajar em tais práticas. Essa sugestão considera o fato de que todos os programas de pós-graduação *strictu sensu* têm sido avaliados conforme mesmo sistema aplicado pela CAPES há décadas. Assim, independentemente da proposta epistemológica e metodológica utilizada, pesquisadores de demais áreas também enfrentam a pressão por resultados relacionada ao padrão de avaliação imposto (Severiano Junior et al., 2021; Silva, 2019).

Apesar da discussão teórica posta sobre produtivismo e suas potenciais consequências no contexto brasileiro, ainda há espaço para estudos que adotem a perspectiva empírica com o pesquisador como sujeito (Magnin et al., 2020). Ao seguir carreira acadêmica, o pesquisador adentra o espaço social da academia que é continuamente sobreposto por questões éticas, e, antes de pesquisador, já é um ser humano com posicionamentos de teor ético e moral (Mattos, 2005). Assim, torna-se relevante o aprofundamento da discussão ética para a execução da presente pesquisa.

2.2 Ética normativa

A ética normativa tenta, principalmente, discutir o viver e o agir, defendendo princípios morais básicos (Kagan, 2018). Duas tradições significativas surgiram na mesma época e devem ser reconhecidas na ética normativa: a deontologia e o utilitarismo. Immanuel Kant (1724 – 1804) foi o principal precursor da ética deontológica baseada no dever. Seu trabalho, intitulado *Groundwork for the metaphysics of morals*, foi publicado pela primeira vez em 1785 e, ainda atualmente, Kant é visto como um dos teóricos morais mais influentes (Graham, 2004; Wood, 2002). Graham (2004) oferece uma visão ampla da deontologia, considerando as tentativas de Kant (2002) de descobrir o significado essencial da ética.

Graham (2004) explica que, na perspectiva deontológica conforme Kant (2002), o sentimento não determina o valor moral, mas a ação sim. Ainda, a vontade é a única coisa pela qual alguém pode ser culpado – no que diz respeito a uma perspectiva moral. Portanto, apenas

a boa vontade pode ser inqualificavelmente boa, pois a boa vontade refere-se a cumprir o dever pelo dever, não como uma forma de alcançar a felicidade (Scarre, 1996). Deve-se agir não apenas para cumprir o dever, mas porque é um dever; ou seja, é preciso reconhecer o dever (Beauchamp & Bowie, 2014). Em uma perspectiva kantiana, a ética deontológica considera a conformidade de uma pessoa a uma determinada regra ou o que se pode chamar de “comportamentos que parecem ‘certos’ por sua própria natureza” (Letwin et al., 2016, p. 4). Deve-se fazer o que é certo porque é simplesmente certo.

Kant desenvolveu uma base de razão pura para a validade das regras, priorizando o certo sobre o bem (Macdonald & Beck-Dudley, 1994). O valor moral está na ação em si, não nas consequências. Como resultado, uma escolha não é justificável por seus efeitos porque a ética deontológica só se preocupa com razões razoáveis para se agir de maneiras específicas (Gaus, 2001). Neste ponto, pode-se perguntar: Como saber se uma determinada ação é a coisa certa a se fazer? A resposta está no que Kant (2002) chamou de teste de universalização e descreveu como imperativo categórico. Beauchamp e Bowie (2014, p. 25) afirmam que “é categórico porque não admite exceções e é absolutamente vinculante. É imperativo porque dá instruções sobre como se deve agir”. Nos termos de Kant, só se pode realizar uma ação se essa pudesse ser realizada por outra pessoa na mesma situação, considerando as mesmas razões. Assim, para que uma ação seja ética sob uma lógica deontológica, deve ser tomada como a coisa certa a fazer universalmente (Graham, 2004).

Enquanto a deontologia propõe que o valor moral depende da própria ação (Kant, 2002), o utilitarismo propõe que esse depende dos resultados e consequências da ação (Mill, 2009). Jeremy Bentham (1748-1832) e John Stuart Mill (1806-1873) foram os precursores do utilitarismo durante os séculos XVIII e XIX. Mill baseou seus desenvolvimentos no trabalho anterior de Bentham e é visto como o maior escritor utilitarista (Scarre, 1996). A base de suas recomendações éticas é o conceito de utilidade.

O bem é anterior ao dever na visão consequencialista do utilitarismo; logo, nenhum critério de ação correta pode ser estabelecido antes de uma concepção do bem (Scarre, 1996). O único bem intrínseco, para um utilitarista, é a felicidade – e essa deve ser considerada como uma questão de utilidade. O Princípio da Maior Felicidade postula que uma ação é certa quando tende a resultar em felicidade e errada se resultar no inverso da felicidade (Gensler et al., 2003), sendo a felicidade a presença de prazer e ausência de dor. Assim, avaliar as consequências como boas ou ruins permitiria a inferência de normas que orientariam as ações corretas (Macdonald & Beck-Dudley, 1994). Para utilitaristas, deve-se realizar o ato que resultaria no maior bem-estar, ou felicidade, em relação às alternativas disponíveis (Kagan, 2018).

Timmermann (2014) explica que uma razão particular pela qual o utilitarismo difere da visão deontológica kantiana é que, para essa última, os meios não são justificáveis pelos fins. Nos termos de Kant (2002), a atividade humana deve ser guiada pelo imperativo categórico; não há obrigação de promover a felicidade se ela só puder ser alcançada pela violação de um dever. Os deontologistas defendem a afirmação de que fatores normativos adicionais geram restrições, erguendo barreiras morais à promoção do bem (Kagan, 2018). Em contraste, a lógica utilitarista diz respeito à quantidade de bem-estar gerada pela ação, mesmo que envolva a violação de um dever (por exemplo, causar dano a um inocente ou quebrar uma promessa). Basta que a ação siga o Princípio da Maior Felicidade. Além disso, decisões de rejeição de danos seguem visões deontológicas e decisões de aceitação de danos seguem argumentos utilitaristas (Sosa & Rios, 2019).

Embora as tradições deontológica e utilitarista desempenhem um papel essencial na ética normativa, elas não foram isentas de críticas ao longo dos anos (Beauchamp & Bowie, 2014; Kagan, 2018; Scarre, 1996), que, há muito, alguns consideram irrelevantes (Urmson, 1976). Em relação à ética é possível concordar ou discordar, pois o “argumento ético é uma questão de retórica” (Graham, 2004, p. 1). Apesar disso, pesquisadores costumam contrastar essas tradições para entender como enfrentar dilemas morais (Sosa & Rios, 2019). A pesquisa empírica se baseia em tradições da ética normativa para estudar diversas temáticas, como tomada de decisão moral (Conway & Gawronski, 2013; Craft, 2013; Drašček et al., 2021; Lämsä & Takala, 2000), comportamento moral (Xu & Ma, 2016), estereótipos comportamentais de cientistas (Sosa & Rios, 2019), plágio estudantil (Granitz & Loewy, 2007) e o desenho de programas de ética corporativa (De Colle & Werhane, 2008).

Essas tradições podem permitir uma compreensão detalhada sobre os diferentes posicionamentos éticos de pesquisadores da área de Administração em relação ao envolvimento em PPQs. Por exemplo, um pesquisador que segue uma perspectiva ética deontológica para decidir se deve se envolver em PPQs pode evitar tais práticas devido ao dever de fazer o que é certo. Os pesquisadores devem ser transparentes; logo, deixar de relatar todas as condições do estudo seria incorreto. Em contrapartida, pesquisadores que seguem princípios éticos utilitaristas podem entender que o envolvimento em PPQs permitirá melhores chances de aprovação de um artigo em periódicos de primeira linha, gerando visibilidade para seu grupo de pesquisa ou universidade.

Como já discutido, as pressões sistêmicas de periódicos, editores, revisores de periódicos de primeira linha, bem como motivações relacionadas à carreira, podem impulsionar o envolvimento em PPQs. Além disso, enquanto alguns estudiosos afirmam que vários

contextos podem justificar as PPQs (Sacco et al., 2018; 2019) e reconhecem a falta de consenso sobre essas práticas (Banks et al., 2016), outros afirmam que as PPQs devem ser mitigadas pelo bem da ciência e pelo valor do esforço acadêmico (Antonakis, 2017; Grant et al., 2018; Honig et al., 2018).

Tal dualidade de entendimentos e julgamentos em relação ao uso de PPQs poderia estar relacionada com a contraposição entre posicionamentos deontológicos e utilitaristas. A perspectiva ética que orienta o agir e o viver desempenha um papel vital na legitimação (ou não) de determinada ação (Kagan, 2018). Partindo de tal ponto de vista, decisões éticas orientadas por distintas tradições da ética normativa poderiam levar a entendimentos e julgamentos distintos, visto que essas tradições funcionam como dimensões orientadoras de ações e comportamentos.

Poderia essa dualidade de julgamentos, ainda, estar relacionada com as diferentes fases de experiência de um pesquisador frente às decisões éticas necessárias na carreira acadêmica? Como mencionado anteriormente, pesquisas empíricas apontaram que justificativas (Latan et al., 2021) e fatores contextuais (Sacco et al., 2019) são relevantes para o envolvimento em PPQs, pois essas práticas podem ser mais defensáveis a depender do contexto. Além disso, há evidências de que a fase da carreira do pesquisador possui um papel importante em termos de atitudes e avaliação de adequação ética de PPQs (Bruton et al., 2019). Porém, qual é a base de interpretação utilizada para avaliar e julgar o quão defensável é a prática questionável em determinado contexto?

Pode-se argumentar que nenhuma ética possuiria o poder de decretar o momento em que um fim considerado bom justificaria a utilização de meios questionáveis (Weber, 1998), ou seja, fatores contextuais diversos são considerados pelo tomador de decisão em cada situação. Uma vez que a compreensão de fatores contextuais parece ser imprescindível à questão do envolvimento de pesquisadores em PPQs, estaria, também, o grau de experiência do pesquisador relacionado à sensibilidade de seu julgamento sobre o uso de tais práticas? Ou ainda, seriam suas próprias convicções as bases para essa sensibilidade?

Para Weber (1998), teórico alemão considerado um dos fundadores da sociologia, as atividades orientadas segundo a ética estariam subordinadas a duas máximas distintas: a da convicção e a da responsabilidade. Em primeira instância, haveria profunda oposição entre as atitudes de tomadores de decisão orientados por cada uma dessas máximas. Isto se deve ao fato de a ética da convicção estar próxima a uma ética absoluta, baseada em ações por dever e, até mesmo, por convicções religiosas, similar à deontologia. Já a ética da responsabilidade partiria

do entendimento de que não se pode ignorar as consequências previsíveis de uma ação, apesar das convicções pessoais do tomador de decisão, similar ao utilitarismo.

Assim, Weber também adentra o campo acadêmico da ética normativa, na medida que propõem uma abordagem ética específica para orientar decisões (Villiers, 2018). Considerando as similaridades e um possível espelhamento da abordagem ética de Weber com as tradições deontológicas e utilitaristas já apresentadas, optou-se por ancorar a base teórica ética da presente pesquisa em termos de convicção e responsabilidade. Portanto, essas duas máximas da ética de Weber serão apresentadas de forma mais aprofundada a partir deste ponto.

2.2.1 Ética da Convicção e Ética da Responsabilidade

A obra de Max Weber (1864 – 1920) influenciou diversas áreas de conhecimento, tais quais Economia, Ciência Política e Administração, com títulos como *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, *Metodologia das Ciências Sociais e Economia e Sociedade*. Além destes desenvolvimentos, Weber ministrou duas importantes palestras ao fim de sua vida, entre 1917 e 1919: “A ciência como vocação” e “A política como vocação”. Estas foram direcionadas a estudantes que integravam a Associação Livre de Estudantes da Baviera e ocorreram na Universidade de Munique, na Alemanha. Posteriormente, foram transformadas em ensaios e, no Brasil, publicadas em conjunto sob o título “Ciência e Política: duas vocações”.

Weber (1998) introduziu os conceitos de ética da convicção e ética da responsabilidade na parte final da segunda palestra, referindo-se ao posicionamento que o líder político deveria ter em relação à ética, pois há um modo de agir particular em tal contexto que se distinguiria de outras éticas possíveis. Para Villiers (2018), a primeira palestra intitulada “A ciência como vocação”, focou em apresentar conselhos éticos profissionais relacionados às virtudes que se fariam necessárias para a vivência na profissão de cientista. Já a segunda, “A política como vocação”, iria além, apresentando quais seriam as virtudes éticas corretas para a tomada de decisão política, baseando-se em uma ética da responsabilidade.

Porém, antes de apresentar de forma mais aprofundada as definições das éticas da convicção e responsabilidade, cabe introduzir a definição de ação social conforme desenvolvido por Weber. A compreensão das ações sociais funciona como base para o aprofundamento nas referidas éticas. Assim sendo, Weber (1982) define a ação social como uma ação que considera e é orientada pela ação e comportamento de outra(s) pessoa(s) e, portanto, possui sentidos diversos para quem a realiza e para quem é impactado por seus efeitos.

Logo, uma ação social se refere a uma reação com intenção e significados atribuídos pelos indivíduos.

As ações sociais são classificadas conforme 4 tipos não excludentes entre si (Weber, 1982), sendo eles: *i.* ação racional em relação aos fins, quando considera condições ou meios para alcançar determinado fim escolhido, ou seja, orientando-se pelos resultados; *ii.* ação racional em relação a valores, orientada pela crença consciente no valor absoluto da ação e medida por um padrão – como a religião; *iii.* ação afetiva, especialmente emocional e derivada de um conjunto de sentimentos e emoções do indivíduo e; *iv.* ação tradicional, em termos de costumes e/ou hábitos geracionais que levam o indivíduo a agir de forma obediente.

Em análise sobre a ética da convicção e a ética da responsabilidade, Correa (2016) explica a distinção entre os dois primeiros tipos de ação, que seguem certo padrão de racionalidade e, os dois últimos tipos de ação, que derivam de fatores que nem sempre dependem do poder de escolha racional do indivíduo. Como os tipos não são excludentes entre si, é possível, ainda, que uma ação social seja classificada como pertencente a mais de um tipo ao mesmo tempo. Tais tipos ideais de ação racional raramente aparecem em sua forma pura em casos concretos, sendo as ações sociais orientadas apenas por um dos tipos ideais vistas como casos limite (Weber, 2012).

Considerando o tipo *i.* ação racional em relação aos fins, Starr (1999) explica que não há preocupação com valores, pois esta diz respeito apenas às consequências e à eficácia dos meios para atingir objetivos. Já no tipo *ii.* ação racional em relação a valores, esse mesmo autor aponta que seu significado ou sua racionalidade está dentro do ato em si, sem consideração das consequências do ato. Logo, quando racional em relação a valores, a ação envolveria demandas que são interpretadas como vinculativas pelo indivíduo (Weber, 2012).

Para Starr (1999), ambos os tipos *i.* e *ii.* de ação racional envolvem uma demanda, porém esta demanda é posicionada de maneira distinta na ordem de deliberação em cada caso. Na ação racional em relação aos fins, a demanda emerge após cuidadosa análise de opções, orientando o tomador de decisão ao conjunto mais eficiente de fins, meios e resultados. Por outro lado, na ação racional em relação a valores não se permite essa escolha, visto que o tomador de decisão deve obedecer à demanda de valor antes de qualquer deliberação racional. Assim, este autor pontua que a definição do que constituiria uma ação racional depende, fundamentalmente, da orientação relativa da ação.

Também se faz relevante ao entendimento das éticas de convicção e responsabilidade desenvolver brevemente as ideias do antagonismo de valores e o desencantamento do mundo, abordados em especial na obra intitulada *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Weber

(1996) desenvolve o conceito de desencantamento do mundo – resultante da ascensão da racionalidade e do pensamento científico – a partir da argumentação sobre o antagonismo entre valores racionais e irracionais, e a forma com que este afeta a ação social. Para o autor, conforme ocorre um afastamento de explicações “mágicas”, espirituais e/ou religiosas, a ação social passa a ser orientada por princípios cada vez mais racionais, desconsiderando explicações espirituais que guiavam o comportamento humano.

Ainda que tal processo promova organização social, Weber (1996) acreditava que poderia também levar ao empobrecimento de motivações que conferem sentido à vida em sociedade. Assim, a tensão entre as convicções pessoais e as exigências da racionalidade passam a exercer papel fundamental nas interações sociais contemporâneas. No contexto deste estudo, espera-se que o conceito de ação social e seus conceitos tangenciais facilitem a análise da interação entre as convicções pessoais dos indivíduos, as consequências de suas ações e a realidade social a que estão imersos – considerando o fenômeno das PPQs no campo acadêmico.

Uma vez apresentados o conceito de ação social e as ideias de antagonismo de valores e desencantamento do mundo, cabe iniciar o aprofundamento nas definições de ética da convicção e responsabilidade. De início, Weber (1998) afirma que não cabe recomendar a atuação específica de determinado indivíduo conforme a ética da convicção ou ética da responsabilidade, tampouco prescrever o momento em que os indivíduos devam atentar-se a uma ou outra visão. Ainda, tais perspectivas são descritas considerando uma interpretação do valor eticamente negativo da esfera política (Brunn, 2016).

Sobre a ética da convicção, Villiers (2018) explica que se discute a inspiração na deontologia kantiana, ainda que existam fatores diferenciadores entre essas éticas. Para o autor, Weber nunca se convenceu de que qualquer ética conseguiria elaborar princípios universais, ou seja, aplicáveis a todas as relações e culturas, diferentemente da perspectiva da universalização proposta por Kant (2002). Porém, Weber (1998) também estabelece certa fronteira de limites quando afirma que a ética não se trata de um recurso que poderia ser moldado a bel-prazer.

O indivíduo que aceita a ética da convicção rejeitará qualquer outro critério para julgar suas ações que não seja aquele baseado em seu valor ético. Se este indivíduo for forçado a escolher entre ter a consciência tranquila eticamente e a obtenção de algum objetivo, ele sacrificará o objetivo para preservar o caráter eticamente correto de sua conduta (Bruun, 2016). O critério moral não se encontra nos resultados das ações, pois o indivíduo não seria

responsável por eles; sua responsabilidade se limitaria a obedecer a ordem das coisas, ou seja, a intenção de agir corretamente torna-se o principal indicador de valor moral (Starr, 1999).

No entanto, essa ética vai além de ser apenas uma questão de crenças internas, pois é intrinsicamente ligada à ação. Enderle (2007) pontua que seria um equívoco confundir a ética da convicção com uma ética puramente subjetiva. Em vez disso, este autor explica que as convicções devem se manifestar em ações concretas no mundo, refletindo o compromisso do indivíduo com seus princípios e com a realidade social. Ademais, a ética da convicção pode ser interpretada em três formatos, a depender da combinação de ações sociais racionais: religiosa-absoluta, pacifista-política e radical-revolucionária (Bruun, 2016; Starr, 1999; Villiers, 2018).

A primeira e mais extrema forma da ética da convicção, denominada por Weber (1998) como "ética absoluta do Evangelho", é exemplificada no Sermão da Montanha. Nesse contexto, rejeita-se não apenas o uso da força para o atingimento de convicções, mas a própria noção de meios – métodos ou estratégias utilizados para alcançar objetivos – como um conceito ético. Essa abordagem enfatiza que a postura ética deve ir além de qualquer expectativa de resultados, focando na realização de uma vontade maior que orienta a vida (Starr, 1999).

Na segunda forma da ética da convicção, a combinação de diferentes tipos de ação social racional torna-se evidente. Essa perspectiva, diferentemente de uma ética absoluta, permite o uso de cálculos e escolha de meios para o atingimento de convicções, desde que potenciais fins sejam buscados sempre por meios não violentos (Bruun, 2016). Já a terceira forma é representada pelo “revolucionário”, que sente a demanda constante por ação fundamentada em suas convicções (Starr, 1999) e aceita o uso da força para o alcance de objetivos (Bruun, 2016). Tais revolucionários, ou “profetas do milênio” (Weber, 1998), afirmam que a responsabilidade pelas consequências de suas ações não são deles, mas sim das pessoas a que servem, desconsiderando a própria responsabilidade por suas escolhas.

Em verdade, a visão ética em relação aos fins das ações existe nas três formas da ética da convicção. Bruun (2016) pontua que os indivíduos que se orientam por essa ética podem, por exemplo, substituir a análise dos resultados esperados por uma reflexão sobre os valores em si. O autor explica que essa postura se baseia na crença de que não se têm o direito, ou o dever, de justificar as ações pelas consequências que produzem. Assim, nega-se qualquer responsabilidade pelos resultados das ações, pois a responsabilidade se concentraria apenas nos valores envolvidos para a tomada de decisão.

Em contraste com a ética da convicção, existe a abordagem conhecida como "ética das consequências", que é referida como ética da responsabilidade. Segundo Bruun (2016), essa ética poderia ser interpretada como passiva, uma vez que não fornece diretrizes claras sobre como as pessoas devem se comportar. Sua aplicação limita-se à aceitação teórica do direito que outros têm de julgar as ações com base em suas consequências externas. Porém, a ética da convicção não implica irresponsabilidade; logo, a principal diferença entre essas duas éticas reside na disposição do indivíduo que toma decisões em assumir a responsabilidade pelos **resultados** de suas ações (Weber, 1998). Portanto, antes de agir, seria necessário realizar uma avaliação dos efeitos das escolhas (Starr, 1999).

O conhecimento é fundamental no contexto da ética da responsabilidade, pois depende-se da compreensão sobre fatos que podem influenciar o resultado das ações. Diferentemente da ética da convicção, que se baseiam em princípios fixos, nesta ética é relevante que se compreendam os aspectos empíricos e os valores subjacentes às escolhas (Villiers, 2018). Nesse cenário, é preciso reconhecer que os meios utilizados para alcançar determinado fim podem gerar consequências contraditórias, ou seja, meios eticamente aceitáveis podem ter resultados negativos e meios eticamente problemáticos podem, por vezes, produzir efeitos positivos (Bruun, 2016). Assim, a análise dos fins e meios enseja uma reflexão crítica sobre conflitos éticos e suas implicações.

Villiers (2018) adiciona que as principais interpretações teóricas da ética da responsabilidade se dividem em duas categorias: em termos de uma ética que se enquadra exclusivamente como consequencialista – similar ao utilitarismo de Bentham e Mill – ou enquanto uma ética de responsabilidade tanto por convicção quanto por consequência. Neste ponto, é preciso esclarecer que Weber (1998, p. 142) coloca, inicialmente, que “toda a atividade orientada segundo a ética pode ser subordinada a duas máximas inteiramente diversas e irreduzivelmente opostas”, referindo-se às éticas da convicção e responsabilidade. Porém, mais adiante em sua palestra, Weber (1998, p. 155) afirma que essas éticas “não se contrapõem, mas se complementam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à vocação política” – contexto foco da discussão àquele momento.

Aqui, cabe destacar que as éticas de convicção e de responsabilidade de Weber possuem bases de racionalidade distintas, de forma similar às ações sociais. Assim, a interação entre as diferentes formas de racionalidade das ações sociais – instrumental voltada aos fins ou conforme valores – depende de constantes negociações e decisões práticas e essa dinâmica não aconteceria de forma passiva, pois seria construída ativamente (Weber, 1998). Logo, as duas éticas de Weber não se distinguem pela presença ou ausência de uma orientação racional de

ação social, mas sim pelo modo de inter-relação determinado pela visão de mundo de cada indivíduo (Starr, 1999). A questão sobre como regular a interseção entre as diferentes racionalidades das ações sociais, em busca do “homem autêntico” é relevante à academia, especialmente para pesquisadores, visto que estes precisam realizar decisões éticas frequentes em sua prática cotidiana.

A pesquisa científica exige uma análise rigorosa e objetiva, guiada por uma racionalidade na busca por eficiência e precisão. No entanto, a prática acadêmica de pesquisa está imersa em um contexto de valores que envolve a responsabilidade ética do pesquisador em relação aos impactos de suas pesquisas e ao seu compromisso com a integridade. Ainda, existem diversos fatores antecedentes já listados anteriormente, que impactam nas decisões cotidianas dos pesquisadores. Logo, a maneira como o pesquisador – neste exemplo – lida com essa tensão, equilibrando as demandas da racionalidade com as exigências de seus valores, atuaria como determinante de sua postura e conduta ética (Starr, 1999).

Assim, a consciência de que as racionalidades instrumental e de valores são simultaneamente opostas e complementares seria um dos aspectos centrais da ética da responsabilidade de Weber, pois em vez de enfraquecer o sentido de dever moral, exige um tipo de moderação que implica assumir a responsabilidade de forma direta, sem transferi-la para um determinismo externo (Starr, 1999). Tendo isto posto, Villiers (2018) explora a validade e relevância da ética da responsabilidade a partir de um ponto de vista atual, haja vista a diferente fase de modernização que se vive no mundo. O autor coloca que a modernização e seu principal desdobramento – a globalização – têm sido apontadas como ameaças à dimensão ética.

Villiers (2018) argumenta que, embora ambas as éticas de Weber tenham seu lugar, a ética de responsabilidade se revela mais adequada para contextos complexos e incertos, onde as escolhas podem gerar resultados imprevistos. Para o autor, essa abordagem seria relevante em situações em que o impacto de uma ação não se limita ao indivíduo, afetando a coletividade e exigindo um compromisso com a moralidade imediata, além da responsabilidade pelos efeitos de longo prazo das decisões. Considerando o campo da Administração, que engloba o estudo de organizações, mercados e políticas públicas, as implicações de um achado podem afetar diretamente práticas empresariais e estruturas sociais. Frente à decisão sobre o uso de PPQs, a ética de responsabilidade demanda que os pesquisadores considerem não apenas a relevância de seus achados para benefícios pessoais, mas também as possíveis consequências sociais, econômicas e políticas da aplicação de tais resultados.

Porém, inicialmente, as orientações éticas de Weber (1998) não abordaram o campo acadêmico interesse da presente pesquisa. No entanto, pesquisadores vêm utilizando a ética da convicção e a ética da responsabilidade em pesquisas científicas, empíricas inclusive, com aplicações em contextos distintos do político. Encontram-se aplicações práticas destas éticas em diversos cenários, como demonstrado nos estudos de Oliveira e Silva (2012), Cruz et al. (2022) e Jones (2022), detalhados na sequência. Tais exemplos ilustram como as éticas de convicção e responsabilidade podem guiar decisões em situações em que valores se confrontam com responsabilidades (sociais, institucionais etc.).

De início, Oliveira e Silva (2012) abordaram a questão da racionalidade da ação em conjunto com as éticas da convicção e responsabilidade para avaliar os dilemas éticos presentes no contexto de sucessão de uma empresa familiar brasileira. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e não estruturadas voltadas à história de vida e à recomposição da trajetória familiar, evidenciando-se que os valores do fundador da empresa constituíam antecedentes da cultura da organização. Foi identificada uma sobreposição de valores que causava tensões e conflitos, devido às diferentes racionalidades, fato que lançou luz à ética da responsabilidade aliada à ética da convicção como uma opção viável ao cenário posto.

Também no contexto empresarial, Cruz et al. (2022) estudaram a relação entre uma tipologia de avaliadores e suas associações de convicção ou responsabilidade em avaliações on-line de serviços gastronômicos em restaurantes brasileiros. Os autores partiram de quatro grupos possíveis de avaliadores: especuladores, *pseudoexperts*, críticos amadores e *real experts*. Uma análise de cluster com 6.344 avaliações evidenciou que os dois primeiros grupos tendem a avaliar apresentando notas discretas e baseando-se em preconceções, seguindo uma ética de convicção. Já os dois últimos grupos demonstram responsabilidade e experimentação na descrição da experiência gastronômica, aproximando-se de uma ética de responsabilidade.

Já Jones (2022) explorou como a ética de responsabilidade pode contribuir para resolver os desafios enfrentados pelas escolas sul-africanas, em termos das graves deficiências nos serviços de água e saneamento. A partir do Relatório da Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos, publicado em 2021, o autor apontou que 366 escolas não possuíam fornecimento de água e 3.297 utilizavam banheiros improdutivos, afetando mais de 1 milhão de alunos e 37 mil professores. O autor propõe uma ética de responsabilidade para motivar políticas públicas eficazes, defendendo que, para enfrentar esses problemas, é necessário um compromisso ético com a justiça social e o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Em relação ao contexto acadêmico, é fato que o pesquisador vivencia momentos que envolvem decisões éticas importantes para a condução de seu trabalho e, tais decisões, podem influenciar pares e estudantes na prática de suas carreiras, até mesmo devido às relações de poder postas na academia (Tang & Liu, 2012; Horbach et al., 2020). A própria decisão pela utilização ou não de PPQs pode estar relacionada com fatores que remetem a convicção e/ou responsabilidade. Logo, parte-se do entendimento de que essas éticas seriam aplicáveis também a este cenário, em especial porque a tomada de decisão ética existe para todos os seres humanos na convivência em sociedade (Starr, 1999; Thiry-Cherques, 1997).

Em comparação com as abordagens deontológica e utilitarista apresentadas inicialmente como contexto, é possível aprofundar a compreensão sobre as justificativas para julgamentos para escolhas éticas, considerando maior flexibilidade e um possível olhar para contextos e circunstâncias em relação às convicções pessoais e responsabilidades das consequências das ações. Entende-se que esse diálogo entre diferentes éticas oferece uma base pertinente para as reflexões que serão postas na presente pesquisa sobre os desafios éticos enfrentados por pesquisadores em diferentes momentos de carreira face às PPQs.

Dessa forma, a articulação entre os estudos sobre PPQs, as abordagens clássicas da ética normativa e a perspectiva weberiana de convicção e responsabilidade fornecem o alicerce teórico desta tese. As PPQs são compreendidas como fenômeno ambíguo, situado entre boas práticas e má conduta, cuja recorrência é favorecida por pressões institucionais e demais incentivos perversos. A ética normativa contribui ao delimitar diferentes formas de julgar essas condutas, seja pelas ênfases no princípio e no dever (deontologia) ou pelas consequências (utilitarismo). Já a ética de Weber se mostra especialmente adequada para este estudo ao permitir interpretar a forma como os pesquisadores negociam, tensionam e reconstroem seus posicionamentos éticos em meio à realidade prática da pesquisa.

Logo, a combinação dessas três perspectivas possibilita compreender, de maneira mais abrangente, como os sujeitos da pesquisa percebem, avaliam e justificam as PPQs, iluminando tanto os dilemas individuais quanto os condicionantes estruturais que atravessam suas trajetórias acadêmicas. Tendo isto posto, será apresentado e detalhado, na sequência, o percurso metodológico utilizado para viabilizar o estudo dos objetivos propostos.

3. Percurso metodológico

Esta seção descreve as escolhas realizadas e os procedimentos utilizados na condução da pesquisa. A primeira subseção apresenta a classificação da pesquisa, seguida de um detalhamento sobre a pesquisa de campo, em termos de *locus* e sujeitos de interesse, justificando a relevância destes para os objetivos do estudo. As subseções posteriores descrevem os procedimentos de coleta de dados, que envolveram fontes de dados primários e secundários. A análise dos dados, por sua vez, foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo, com o apoio do *software* IRAMUTEQ. São, por fim, colocados os cuidados éticos adotados, incluindo a submissão e aprovação do projeto da pesquisa por comitê de ética.

3.1 Classificação da pesquisa

Optou-se pela execução de uma pesquisa de abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa foi entendido como conveniente ao estudo das PPQs, haja vista as particularidades de sistema acadêmico do Brasil. Acredita-se que podem existir características e justificativas distintas das postas no contexto da discussão internacional e, além disso, há de se considerar aspectos colonialistas que moldaram a cultura de construção de conhecimento científico brasileiro, por vezes visto como insuficiente ou inadequado quando comparado ao conhecimento produzido internacionalmente (Magnin et al., 2020).

Tal justificativa considera que a pesquisa qualitativa se refere a um conjunto de práticas interpretativas; em que o pesquisador estuda o fenômeno em seu contexto real, para melhor entendê-lo (Denzin & Lincoln, 2005; Creswell, 2010). Para tanto, utiliza o texto como principal material empírico, focando a perspectiva dos participantes, bem como seus conhecimentos e práticas (Flick, 2009a). O raciocínio se baseia na percepção e compreensão humana (Stake, 2011) permitindo o entendimento profundo de significados e características de determinado fenômeno (Richardson, 1999). Dessa forma, as características da pesquisa qualitativa permitirão a elaboração de um quadro complexo do fenômeno estudado, considerando seus múltiplos fatores relacionados (Creswell, 2010).

A presente pesquisa qualitativa foi desenvolvida sob a forma de uma pesquisa de campo, conforme a delimitação de Marconi e Lakatos (2016) de que nesse tipo de investigação a coleta de dados ocorre diretamente no ambiente em que os fenômenos se manifestam, possibilitando captar percepções e experiências de maneira mais próxima à realidade vivida pelos sujeitos. Ainda, conforme Vergara (2007), a investigação empírica em forma de pesquisa

de campo ocorre no local em que ocorre ou ocorreu um fenômeno de interesse, dispondo, assim, de elementos para explicá-lo. Tal enfoque mostrou-se adequado diante da natureza do problema investigado, que exige compreender significados e interpretações construídas pelos sujeitos em sua vivência acadêmica. A adoção da pesquisa de campo, articulada à abordagem qualitativa, visou possibilitar a compreensão de reflexões éticas atribuídas pelos participantes às PPQs, permitindo uma análise aprofundada, ancorada nos referenciais teóricos apresentados.

Em relação aos fins, a pesquisa se classifica, primeiramente, como exploratória, pois sua execução considera o cenário científico brasileiro, que possui pouca sistematização no conhecimento científico acerca do fenômeno estudado (Vergara, 2007). As discussões sobre PPQs no âmbito internacional focam em mapeamentos que consideram sistemas acadêmicos distintos do brasileiro. Nacionalmente, desenvolve-se a discussão sobre produtivismo e, embora esta seja pertinente, não foi identificado aprofundamento focado na percepção do pesquisador brasileiro em relação ao envolvimento em PPQs, assim como não foram sistematizadas as relações com posicionamentos éticos destes na área de Administração. No que tange à comparação ao perfil da discussão de PPQs em nível internacional, o contexto nacional carece de uma compreensão mais refinada.

Essa justificativa considera a realização prévia de pesquisas empíricas em países específicos quando o foco é compreender o envolvimento de pesquisadores em PPQs, haja vista os diferentes sistemas acadêmicos e características culturais que podem impactar percepções e atitudes dos sujeitos. Como exemplo, Latan et al. (2021) investigaram a prevalência de PPQs considerando a percepção de pesquisadores da área de Administração na Indonésia, ressaltando a importância de resultados considerando a região asiática para além do eixo norte americano e europeu. De forma similar, entende-se que são necessários estudos focados na América do Sul, para prover refinamento à temática.

Por mais que Rabelo et al. (2020) tenham investigado a prevalência de PPQs considerando pesquisadores da área da psicologia no Brasil, a literatura ainda carece de uma sistematização acerca de como as PPQs são utilizadas e/ou interpretadas especificamente por pesquisadores juniores da área de Administração, além da relevância do aprofundamento sobre a dimensão ética. Assim, seria possível adquirir mais familiaridade com o problema apresentado, esclarecendo conceitos e ideias, visando a formulação de proposições ou construção de hipóteses para testes posteriores (Gil, 2019).

Ainda em relação aos fins, a pesquisa classifica-se como descritiva, pois visa descrever as características de determinada população ou fenômeno (Vergara, 2007; Gil, 2019). Em pesquisas descritivas, o pesquisador observa, registra e analisa fatos ou fenômenos para

identificar ou destacar suas características (Cervo et al., 2007). Tal classificação é pertinente, pois embora existam diversos antecedentes ao envolvimento em PPQs, há possibilidade de múltiplos posicionamentos éticos individuais que podem impactar as decisões e interpretações sobre envolvimento (ou não) em PPQs. Por fim, a pesquisa descreverá informações a partir de uma coleta de dados em um único ponto no tempo, ou seja, utilizando recorte transversal.

3.2 Detalhamento sobre a pesquisa de campo

A opção pela condução de uma pesquisa de campo qualitativa no contexto do Brasil considerou, primeiramente, o fato de o Brasil ter alcançado crescimento maior que a média mundial em quantidade de publicações científicas, segundo relatório do Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação (OCTI) desenvolvido em 2021. As análises desse relatório revelaram que a média mundial de crescimento da produção científica em 2020 em relação a 2015 foi de 27,1%, enquanto o Brasil cresceu 32,2% no mesmo período. Ainda que o Brasil tenha sido responsável por apenas 3,2% da produção científica mundial (OCTI, 2021), a tendência acima da média mundial de crescimento mostra que, cada vez mais, os pesquisadores do país se inserem no campo internacional de publicações científicas. Logo, ficam expostos às pressões sistêmicas que podem levar ao envolvimento em PPQs não somente no cenário acadêmico nacional, mas também internacional.

Ainda sobre a influência do cenário internacional, aproximadamente um terço da produção científica do Brasil foi realizada em coautoria com pesquisadores de outros países e, dessas colaborações internacionais, quase metade são realizadas com pesquisadores dos Estados Unidos ou da Inglaterra (OCTI, 2021; 2023). Uma vez que a literatura científica sobre PPQs considera especialmente o sistema acadêmico norte-americano, é razoável sugerir que pode ocorrer influência no comportamento de tomada de decisão de pesquisadores brasileiros sobre PPQs. Ademais, como já discutido, o sistema acadêmico brasileiro possui particularidades que incentivam, mesmo indiretamente, o produtivismo e as PPQs.

Considerando o sistema acadêmico brasileiro, cabe ressaltar a existência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituição reguladora do sistema acadêmico de pós-graduação, que nasceu em 1951 com o objetivo de formar pessoal qualificado para atender a necessidade do país, em termos de empreendimentos públicos, privados e do desenvolvimento científico (CAPES, 2012). Uma de suas atribuições é a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* nacional. Seu sistema de avaliação busca um padrão de excelência acadêmica para programas de pós-graduação, sendo base para o

dimensionamento de ações de fomento, como disponibilização de bolsas de estudo e auxílios financeiros a pesquisadores (CAPES, 2012).

Especificamente na área de Administração, ocorreu um desenvolvimento que se baseou no modelo orientado quase que totalmente à produção científica, em especial após os anos 2000, pois foi adotado no contexto brasileiro um sistema de avaliação movido basicamente por publicação (Costa et al., 2022). Existiu, nesse cenário, a pressão institucional pela publicação de artigos científicos por meio de normas e regulamentações da CAPES que fomentavam, cada vez mais, a cultura do produtivismo acadêmico no Brasil (Mattos, 2008). Conforme explicado por Patrus et al. (2018), a avaliação quadrienal aplicada pela CAPES nesse contexto considerava diferentes pesos distribuídos em cinco critérios, quais sejam: proposta do programa (peso 0); corpo docente (peso 20); corpo discente, teses e dissertações (peso 35); produção intelectual (peso 35) e inserção social (peso 10).

Diante desse cenário de priorização de produção intelectual, Mattos (2008) argumenta que, na área de Administração, existiu até mesmo a inviabilidade aritmética acerca do volume de publicação que era esperado pelo sistema. Esse autor explica que a quantidade de periódicos nacionais bem avaliados não atendia o número total de professores de programas de pós-graduação da área, impossibilitando, inclusive, que todos conseguissem publicar em periódicos bem avaliados anualmente. Dados públicos revelam a existência de 191 programas de pós-graduação da grande área de avaliação da CAPES denominada “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”, considerando instituições de ensino públicas e privadas (GEOCAPES, 2024), frente a relativamente poucos periódicos nacionais da área avaliados como superiores conforme Qualis Periódicos, desenvolvido pela CAPES.

Segundo informações disponíveis na página da Plataforma Sucupira (2024), o Qualis Periódicos foi idealizado para classificar os periódicos científicos em diferentes estratos de qualidade de acordo com a avaliação dos comitês de consultores de cada área de conhecimento da CAPES. Os estratos de qualidade foram divididos em categorias entre A1 (a mais alta) até C (a mais baixa), considerando impacto e relevância dos periódicos. A atualização dessas classificações ocorria periodicamente, considerando as avaliações quadrienais, para orientar a avaliação da produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e determinar o prestígio das publicações neste contexto.

O Conselho Técnico Científico da Educação Superior da CAPES implementou uma reformulação na avaliação quadrienal da pós-graduação *stricto sensu*, com ênfase na classificação da produção intelectual (CAPES, 2024). A partir do ciclo avaliativo 2025-2028, a avaliação deixará de se concentrar na classificação dos periódicos e passará a focar nos artigos

publicados, marcando a substituição do sistema Qualis Periódicos por uma nova abordagem. Essa mudança reflete a tendência de aprimorar a análise da produção científica ao considerar as qualidades de cada artigo, em vez de priorizar o impacto da revista em que foi publicado.

Para tanto, foram definidos três procedimentos de classificação, que poderão ser aplicados de maneira isolada ou combinada, conforme as especificidades de cada área de avaliação (CAPES, 2024). O primeiro ainda considera os indicadores bibliométricos do periódico, porém, a classificação recairá sobre o artigo. O segundo, avalia os indicadores quantitativos do artigo, como as citações, e aspectos qualitativos, como indexação e acesso aberto. O terceiro foca na análise qualitativa do artigo, considerando relevância, avanço conceitual e contribuição científica. A nova abordagem visa aprimorar a avaliação da qualidade das pesquisas.

Porém, tendo em vista o formato do sistema de avaliação da produção acadêmica até então, persistiu por anos a inviabilidade aritmética e a competição acirrada na área de Administração, fatores que podem ter levado ao envolvimento em PPQs em vias de alcançar a necessária publicação. Há de se considerar que esteve posto um cenário em que integrantes do sistema acadêmico brasileiro confundiram produtividade com produtivismo, potencialmente comprometendo o rigor metodológico de produções intelectuais e abandonando o caráter educativo de programas de pós-graduação (Patrus et al., 2018; Peruzzo, 2023; Bispo, 2020).

Neste contexto, delimitar os **sujeitos** da pesquisa entre os **pesquisadores juniores**, considerando a área de Administração, se revelou frutífero, primeiramente por estes, em geral, estarem imersos e terem como professores, orientadores e mentores docentes também formados em tal cultura, sistema, requisitos, expectativas e pressões. Tais sujeitos, nesta pesquisa, são vinculados, em sua maioria, a um Programa de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, incluindo alunos de mestrado, doutorado e egressos de doutorado inseridos no meio acadêmico recentemente. Além disso, considerou-se, também, a vinculação ao curso de graduação em Administração, desde que em etapa de iniciação científica ou elaboração de trabalho final, ou seja, desde que mantida a interação com a frente de pesquisa.

Esses sujeitos apresentam diferentes níveis de experiência acadêmica e científica, mas compartilham o estágio inicial de construção de sua trajetória como pesquisadores, caracterizado por intenso contato com processos de produção e avaliação científica, formação metodológica e socialização acadêmica. No contexto analisado, os pesquisadores juniores lidam simultaneamente com as expectativas institucionais de produtividade e com os desafios éticos decorrentes da pressão por publicações e resultados, sendo, portanto, público particularmente sensível às PPQs e às normas que regem a integridade científica.

Cabe destacar que o respeito pela senioridade acadêmica e preocupação com a carreira, ainda infante, se fazem presentes (Horbach et al., 2020) entre tais sujeitos, fatores estes que deixam o pesquisador júnior em posição desfavorável nas relações de poder postas na academia. Como já colocado anteriormente, Tang e Liu (2012) reforçam que a integridade pessoal do orientador têm efeitos significativos na propensão subsequente de pesquisadores juniores se envolverem ou se absterem de comportamentos antiéticos.

O fato de serem pesquisadores juniores ressalta que o aprendizado sobre normas da pesquisa científica ainda está em andamento, existindo possibilidade de mudanças atitudinais (Bruton et al., 2019), além de variadas dúvidas que podem levar ao uso de PPQs por mero desconhecimento ou equívoco (Haven et al., 2019). Mesmo no grupo de pesquisadores juniores, é possível abrir subníveis, uma vez que pesquisadores em iniciação científica podem apresentar conhecimento e percepções distintas de pesquisadores em elaboração de TCC. De forma similar, pesquisadores mestrandos podem diferir em suas convicções em relação a doutorandos. Logo, é razoável inferir que pode haver variação no entendimento e interpretação sobre PPQs e normas éticas neste grupo. O refinamento do estudo de tais questões foi considerado pertinente ao avanço do conhecimento sobre PPQs.

Em termos de *locus* da pesquisa, foi escolhida a Universidade de Brasília (UnB). Tal opção é justificada, de início, por fatores que atestam a sua relevância no cenário acadêmico nacional e internacional. De acordo com o ranking universitário da Folha de São Paulo (2024), a UnB figura como a oitava melhor universidade do país em critérios como ensino, pesquisa e empregabilidade. A UnB também foi considerada a quinta (QS World University Rankings, 2025) e oitava (Times Higher Education Latin America, 2024) melhor universidade federal do país em rankings internacionais. Ainda, foi considerada a terceira melhor universidade federal brasileira nos cursos de Administração e Economia (Times Higher Education Latin America, 2023). Logo, considera-se que tal posição de destaque da UnB reforça sua relevância e credibilidade como ambiente de ensino e pesquisa em Administração no Brasil.

A opção por uma universidade pública para o estudo das PPQs considera que estas são responsáveis por mais de 90% das publicações acadêmicas brasileiras, a partir de informações da base de dados *Web of Science* (Clarivate Analytics, 2018). Destas, mais da metade são, em geral, realizadas por apenas 15 universidades públicas do país, estando a UnB entre elas (Clarivate Analytics, 2019). Nesse cenário, os critérios de acessibilidade e conveniência (Vergara, 2007) também foram considerados para a escolha do *locus* da pesquisa, haja vista a facilidade e colaboração para a divulgação do estudo e captação de respondentes, muito devido ao acesso facilitado da pesquisadora a esta universidade em específico dentre as demais.

Sendo a UnB o *locus* da pesquisa, seguiu-se com a delimitação dos departamentos e/ou programas que seriam o foco para acessar os sujeitos da pesquisa, tendo em vista que a área de Administração. Para tanto, faz-se necessária a apresentação da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da UnB. Esta foi criada em 2003, por meio da reestruturação da antiga Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados. Em 2009, o curso de Gestão em Políticas Públicas foi integrado à Faculdade e, atualmente, a FACE é composta pelos Departamentos em Administração, Contabilidade, Economia e Gestão de Políticas Públicas, além de abrigar grupos de pesquisa e programas de pós-graduação acadêmica nas áreas de Administração, Contabilidade e Economia (FACE, 2024).

Especificamente o curso de graduação em Administração da UnB está vinculado ao Departamento de Administração (ADM/UnB), integrado à FACE. O curso teve início em 1962, foi reconhecido oficialmente em 1969, teve seu currículo pleno estabelecido em 1971 e, ao longo das décadas, passou por alterações curriculares, como a primeira reformulação em 1988 e a implementação do curso noturno em 1989 (ADM/UnB, 2024). O curso de Administração da UnB é estruturado em seis diferentes eixos temáticos, sendo eles: (i) Administração Pública e Gestão Social; (ii) Estratégia e Inovação, (iii) Finanças, (iv) Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas, (v) Marketing e; (vi) Produção, Logística e Gestão da Informação.

A partir destes eixos temáticos, os estudantes de graduação em Administração têm a oportunidade de envolverem-se em iniciativas de iniciação científica, não-obrigatórias, por meio do Programa de Iniciação Científica (ProIC) da UnB. Este programa tem como objetivo promover o despertar da vocação científica entre os estudantes de graduação, identificando novos talentos e incentivando sua participação em projetos de pesquisa. Dessa forma, busca prepará-los para o ingresso na pós-graduação, ao mesmo tempo em que contribui para a redução do tempo médio de titulação nos cursos de mestrado e doutorado (ProIC, 2024).

Os estudantes interessados são selecionados para participar da iniciação científica por meio de chamadas públicas e, ao longo do programa, atuam como bolsistas ou voluntários em projetos de pesquisa orientados por docentes da UnB. Alguns projetos oferecem também a possibilidade de recebimento de bolsas financiadas por agências de fomento à pesquisa. O acompanhamento dos projetos é feito pelos docentes orientadores, com avaliações periódicas dos resultados, além da apresentação das pesquisas conduzidas por meio de um pôster no Congresso de Iniciação Científica da UnB, com periodicidade anual (ProIC, 2024).

Outra maneira de os estudantes envolverem-se com a pesquisa é por meio da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), de caráter obrigatório no curso de Administração da UnB, composto por duas etapas cumulativas: Projeto de Pesquisa em Administração (PPA)

e Elaboração de Trabalho de Curso (ETC), sendo cada etapa realizada em um semestre. Para tanto, os estudantes contam com um docente orientador durante o processo, devendo, após, apresentar o TCC para uma banca pública composta por ao menos outros dois professores do departamento para avaliação. As informações necessárias para condução do processo estão disponibilizadas aos estudantes em endereço eletrônico institucional (Figura 1).

Figura 1

Site do ADM/UnB



Fonte: Site Institucional.

Já o Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da UnB, também vinculado à FACE, teve início em 1976 com a implementação do mestrado acadêmico, seguindo com a criação do mestrado profissional em 2004 e do doutorado acadêmico em 2006. Ao longo de sua trajetória, consolidou-se como um dos programas de pós-graduação mais tradicionais no Brasil, alcançando a nota 5 na avaliação da CAPES. O PPGA da UnB tem como missão a formação de pesquisadores e gestores, buscando promover a criação e disseminação de conhecimento. Em relação aos seus valores, preza pelo pluralismo acadêmico, a equidade no tratamento, o respeito mútuo e a meritocracia, além de destacar a importância da transparência e a cordialidade nas interações entre docentes e discentes (PPGA, 2024).

O PPGA da UnB conta, no momento atual, com 4 linhas de pesquisa, a saber: (i) Administração Pública e Políticas Públicas, (ii) Estratégia, Marketing e Inovação, (iii) Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas e (iv) Finanças e Métodos Quantitativos; além de 17 grupos de pesquisa de temáticas específicas no contexto das 4 linhas de pesquisa supracitadas.

Conforme Planejamento Estratégico 2021-2025 (PPGA, 2021), busca proporcionar a formação de excelência para pesquisadores e gestores, focando no desenvolvimento de investigações empíricas inovadoras e que desafiem as normas existentes. A inovação é incentivada em termos de novas ferramentas de ensino e tecnologias, além de métodos que favoreçam a aplicação do conhecimento em órgãos públicos, iniciativa privada e sociedade civil. Essas e demais informações poder ser encontradas no site institucional do programa (Figura 2).

Figura 2
Site do PPGA/UnB



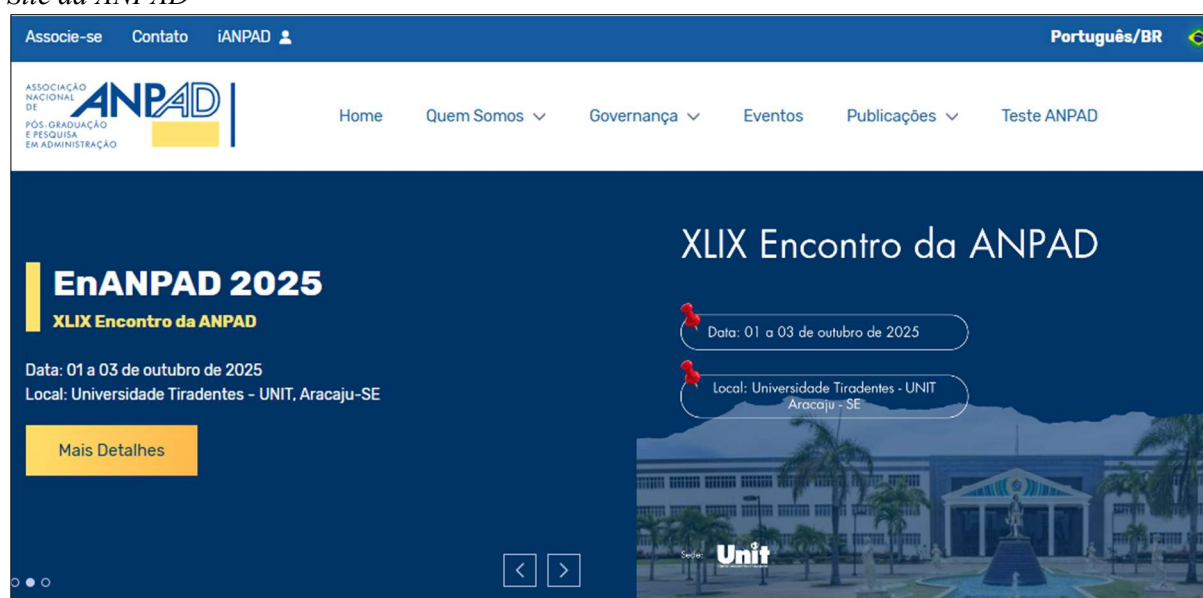
Fonte: Site Institucional.

A admissão de discentes no PPGA é feita por seleção pública regulada por edital específico, em processo conduzido por uma Comissão de Seleção composta por docentes credenciados (PPGA, 2024). Cada discente admitido é vinculado a um docente orientador e pode ter, ainda, um coorientador. Os requisitos para diplomação de mestrado e doutorado são disponibilizados em regulamento de acesso público, em endereço eletrônico institucional e contemplam, entre outros, a integralização de créditos e apresentação de dissertação ou tese para uma banca pública (PPGA, 2022). Cabe destacar também a exigência de comprovar a submissão de um artigo, durante o período do curso, com conteúdo relacionado ao tema de sua dissertação, em periódico científico classificado em estrato superior para o mestrado e comprovar, de forma similar, um artigo publicado ou aceito para publicação para o doutorado.

Por fim, cabe ressaltar a existência da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). Essa associação foi criada em 1976, sendo, desde então, o principal órgão responsável por promover a articulação entre PPGAs, grupos de

pesquisa e comunidade acadêmica nacional e internacional (ANPAD, 2022a). Com o objetivo de fomentar o debate e disseminação do conhecimento científico produzido, a associação promove desde 1977 o Encontro da ANPAD – EnANPAD em formato anual (Figura 3), segundo maior evento acadêmico da área de Administração no mundo (ANPAD, 2022b). Nesse encontro e nacional, pesquisadores e estudantes da área participam de atividades em diversas divisões temáticas, assim como comparecem a palestras e *workshops*, inclusive envolvendo a temática de ética em pesquisa, conforme ilustrado em site específico. Logo, pesquisadores da área de Administração do Brasil possuem este grande momento anual destinados a discutir a pesquisa acadêmica produzida no país e promover o desenvolvimento de habilidades técnicas.

Figura 3
Site da ANPAD



Fonte: Site Institucional.

Tendo em vista o exposto, conclui-se o detalhamento sobre o *lôcus* da pesquisa de campo, seus sujeitos e seu contexto, seguindo para descrições da coleta de dados realizada.

3.3 Coleta de dados

A coleta de dados da presente pesquisa foi composta por três etapas, a saber: exploratória, por meio de um grupo focal com pesquisadores seniores; documental, envolvendo o acesso a documentos secundários de relevância à pesquisa; e de aprofundamento, por meio de cinco grupos focais com pesquisadores juniores. As etapas serão apresentadas e descritas seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, conforme a pesquisa se desenvolveu e avançou.

3.3.1 Grupo focal exploratório com pesquisadores seniores

Na etapa inicial deste estudo, durante a elaboração de ensaio teórico sobre as PPQs, foi verificada a ampla discussão a nível internacional na área de Administração envolvendo tal temática. Porém, essa profundidade de discussão não foi verificada a nível nacional. Julgou-se necessária a realização de um grupo focal exploratório com pesquisadores brasileiros da área de Administração para debater o fenômeno, no sentido de orientar os próximos passos da pesquisa e fornecer insumos à tomada de decisão no planejamento das etapas documentais e de aprofundamento da coleta de dados. A opção pelo grupo focal considerou a possibilidade de entendimento de percepções e opiniões formadas a partir da interação no grupo, bem como a identificação de temas relevantes ao contexto brasileiro.

Basicamente, o grupo focal refere-se a uma técnica para coleta de dados por meio da interação do grupo sobre um tópico determinado pelo pesquisador (Morgan, 1996). Há de se considerar que o ambiente de um grupo focal pode ser visto como um espaço mais natural para a coleta de dados, quando em comparação com uma entrevista individual, pois permite a obtenção de *insights* adicionais a partir do diálogo e da interação entre os participantes (Abrams & Gaiser, 2017). Um dos propósitos de um grupo focal é a melhora no entendimento sobre como as pessoas se sentem em relação a algum assunto, ou seja, essa técnica é, primariamente, utilizada para a coleta de opiniões (Krueger, 2014).

Ainda, considerando o foco na temática das PPQs, uma das vantagens da interação mediada por grupos focais em formato *on-line*, especificamente, é a aparente redução da ansiedade dos participantes em relação à percepção do moderador sobre eles, o que tende a facilitar discussões que poderiam ser embaraçosas presencialmente (Schröder & Klerin, 2009). Àquele momento, ainda em 2021, já era considerada a condução de uma pesquisa futura na UnB abordando a temática de PPQs, fator que motivou a priorização do convite a docentes pesquisadores desta universidade para participação. Porém, visando garantir características diferenciadoras entre os participantes (Gatti, 2005), também foram convidados pesquisadores da área de Administração afiliados a outras instituições de ensino, bem como pesquisadores com atuação prévia em comitês de ética.

Seguindo orientações da literatura, o interesse foi o de compor o grupo focal com 6 a 8 participantes, para garantir uma interação adequada (Gatti, 2005). Porém, limites mínimos e máximos variando entre 4 até 12 participantes também são citados como possíveis (Krueger, 2014; Schröder & Klerin, 2009). Assim, foram convidados, via e-mail, 10 potenciais participantes, tendo sido recebidas 7 confirmações de participação. Os participantes enquadraram-se como pesquisadores doutores, com as seguintes afiliações: 4 à UnB, sendo 1

deles com atuação prévia em comitê de ética, 1 à Universidade Federal de Santa Catarina, 1 à Universidade do Vale do Rio dos Sinos e 1 pesquisador aposentado com afiliação anterior à Universidade Federal da Bahia e atuação prévia em comitê de ética, todos atuantes na área de Administração.

O grupo focal exploratório foi conduzido em formato *on-line*, via plataforma *Teams*, na data de 27/07/2021, às 17h. Anteriormente à realização do grupo focal exploratório foi enviado um e-mail adicional com as informações para participação, além do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme modelo do [Apêndice 1](#). Todos os participantes confirmados estiveram presentes na sala virtual. Foi elaborado previamente um plano de condução ([Apêndice 2](#)) para o grupo focal, considerando o momento inicial de orientações, a contextualização sobre o tema, o questionamento de abertura, além dos questionamentos de aprofundamento e a finalização. A base para as questões amplas e abertas partiu da necessidade de entendimento sobre a discussão a nível nacional, previamente observada pela pesquisadora quando em elaboração de seu ensaio teórico. Foi, também, apresentado um breve conjunto de *slides* sobre o tema, no início do grupo focal, para garantir que os participantes estivessem cientes do conceito de PPQs e diferença em relação ao conceito de má conduta.

O tempo inicial previsto de duração do grupo focal *on-line* foi de 1h30 minutos, tempo este respeitado e que contou com alto engajamento dos participantes durante a discussão da temática. Esta própria pesquisadora foi responsável pela moderação da discussão, além de o grupo focal exploratório ter contado também com dois observadores, doutorandos do PPGA/UnB à época. Os dados foram transcritos com apoio da ferramenta da *web* denominada Cookatoo (<https://www.cockatoo.com/>). Após, os dados foram revisados, as correções necessárias foram observadas e realizadas manualmente, possibilitando a leitura dos textos e uma posterior análise exploratória em busca dos temas mais relevantes abordados.

Uma vez que este foi um grupo focal exploratório, realizado com o objetivo de iniciar o debate da pesquisadora responsável sobre o tema das PPQs considerando o contexto nacional, seus dados provenientes não foram considerados para a análise de dados oficial da tese. No entanto, cabe relatar que as discussões realizadas no grupo geraram, primeiramente, a percepção de dúvida e confusão em relação às PPQs e sua diferenciação em relação ao conceito de má conduta. Para além disso, uma ampla discussão sobre a relação entre orientador e orientando também ocorreu, relevando percepções e entendimento distintos entre os participantes sobre o limite de atuação do orientador em um trabalho de seu orientando a depender de aspectos como perfil, histórico e nível de titulação do estudante. Foram, ainda, levantadas questões sobre a ética dos pesquisadores que utilizam PPQs na condução de

pesquisas com financiamento governamental, também sobre bolsas de produtividade em pesquisa e um breve debate sobre o papel da pesquisa científica considerando os paralelos entre produtivismo e pesquisa enquanto ofício, realizado em sua plenitude.

Após a realização desta etapa exploratória e reflexão sobre as temáticas tratadas e entendidas como importantes aos pesquisadores seniores, foram realizadas novas buscas específicas de literatura pela pesquisadora responsável por esta pesquisa. De início, foi estruturado um projeto de pesquisa que visava entrevistar membros da comunidade acadêmica de Administração, considerando diferentes variáveis, como afiliação a distintas universidades, diferentes níveis de titulação e recebimento ou não de bolsa de produtividade em pesquisa. Porém, após etapa de banca de qualificação do projeto de tese, em atenção à necessidade de recorte da pesquisa e possibilidade de elaboração de uma contribuição relevante ao campo de pesquisa sobre as PPQs, foi realizada a opção pelo foco na temática envolvendo como sujeitos os pesquisadores juniores, no contexto de uma pesquisa de campo qualitativa. Esta opção considerou o grupo focal exploratório conduzido, as sugestões dos professores avaliadores da banca de qualificação do projeto de tese, além de nova literatura acessada após esses eventos.

3.3.2 Documentos de acesso público e planos de ensino

Uma pesquisa qualitativa se baseia em interpretações que possuem potencial a falhas, e, para remediá-las, é sugerida a técnica de triangulação (Stake, 2011). Essa última se refere a um processo em que são utilizadas múltiplas percepções para esclarecer significados e verificar a repetição de interpretações (Stake, 2008). Quando aplicada à coleta de dados, a triangulação pode fazer com que a validade da pesquisa conduzida seja aumentada (Voss et al., 2002). Portanto, a coleta de dados englobou a técnica de triangulação de fontes de dados, englobando a coleta de dados documentais secundários e dados primários via realização de grupos focais.

Os critérios para seleção de cada tipo de fonte foram estritamente intencionais, uma vez que, possivelmente, ajudariam no entendimento do fenômeno estudado (Creswell, 2010; Flick, 2009b). Nesta pesquisa, as decisões intencionais se basearam nos critérios de acessibilidade e tipicidade para definições específicas das fontes de dados, incluindo a de documentos. Vergara (2007) explica que o critério de acessibilidade se refere à seleção de elementos pela facilidade de acesso a eles; e, a tipicidade se refere à seleção de elementos que o pesquisador considera representativos ao contexto da pesquisa.

Nesse sentido, foram compilados variados documentos de acesso público e entendidos como pertinentes à pesquisa sobre PPQs na área de Administração, considerando o ADM/ UnB, o PPGA da UnB e a ANPAD. A intenção foi a de verificar a existência de informações ou orientações abordando as PPQs e as consequentes decisões éticas aplicadas a este contexto acadêmico. Durante o 1º e 2º semestres de 2024 foram acessados os sites públicos para coleta e primeiro filtro de documentos potencialmente relevantes à temática estudada. Buscou-se manter os documentos que se relacionavam a informações sobre pesquisa, publicação e bolsas de estudo, além de regulamentos e normativas.

Como complemento, foram acessados aos planos de ensino de disciplinas sobre metodologia científica, considerando os níveis de graduação e pós-graduação em Administração da UnB. O interesse foi o de verificar se eram previstas discussões e atividades envolvendo a temática de PPQs ou de ética em pesquisa nestas disciplinas. Para tanto, foram enviados, no 2º semestre de 2024, e-mails formais a 2 professores de graduação e 3 professores de pós-graduação em Administração da UnB com o pedido de compartilhamento dos planos de ensino utilizados em suas disciplinas. Após as solicitações formais por e-mail, foram obtidos retornos de 3 professores, sendo 1 de graduação e 2 de pós-graduação, ou seja, os documentos coletados englobaram 3 planos de ensino de disciplinas sobre metodologia de pesquisa. A Tabela 3 apresenta a lista de documentos coletados como fonte de dados secundários.

Tabela 3
Documentos coletados

Nº	Título do Documento	Referência
1	Guia para alunos em PPA e ETC: Dúvidas frequentes	ADM/UnB
2	Resolução do colegiado de graduação nº 02/2019 – PPA e ETC	ADM/UnB
3	Plano de ensino da disciplina Metodologia Científica Aplicada (graduação)	ADM/UnB
4	Orientações, dicas e regulamentos sobre o PPA e ETC (slides)	ADM/UnB
5	Boas Práticas da Publicação Científica	ANPAD
6	Código de Ética	ANPAD
7	Recomendações especiais aos autores	ANPAD
8	Regulamento do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração	PPGA da UnB
9	Resolução PPGA nº 01/2023 – Definição de estrato superior	PPGA da UnB
10	Resolução PPGA nº 05/2022 – Concessão e manutenção de bolsas de estudo	PPGA da UnB
11	Resolução PPGA nº 05/2015 – Regulamento de ensaio teórico	PPGA da UnB
12	Plano de ensino da disciplina Metodologia Científica (pós-graduação acadêmica)	PPGA da UnB
13	Plano de ensino da disciplina Metodologia Científica (pós-graduação profissional)	PPGA da UnB

Fonte: elaborada pela autora.

Logo, 13 documentos foram coletados inicialmente, conforme Tabela 3, sendo que estes ainda passaram por etapas de análise com critérios específicos, descritos na seção de detalhamento da análise de dados. Finalmente, a partir dos resultados analisados no grupo focal exploratório com pesquisadores seniores em conjunto com a análise inicial de documentos, foi possível realizar o planejamento da principal coleta desta pesquisa, a de aprofundamento, envolvendo a realização de grupos focais com pesquisadores juniores da área de Administração da UnB. As descrições e justificativas desta etapa serão apresentadas na próxima subseção.

3.3.3 Grupos focais de aprofundamento com pesquisadores juniores

Procedeu-se com o planejamento da coleta de dados primários da pesquisa por meio de grupos focais *on-line* com pesquisadores juniores da área de Administração da UnB, em 5 contextos distintos: iniciação científica e/ou elaboração de TCC, mestrado, doutorado e egressos de doutorado há até cinco anos. Foi considerado que a investigação de diferentes momentos de atuação de um pesquisador júnior, desde a iniciação científica até o momento brevemente após a titulação na pós-graduação *stricto sensu*, poderia ajudar na compreensão sobre como o julgamento da adequação de justificativas ao uso de PPQs varia ao longo do tempo. Isto porque cada etapa da trajetória acadêmica representa um estágio distinto de experiência e é razoável supor o desenvolvimento contínuo e cumulativo da percepção ética e metodológica deste pesquisador.

Durante a iniciação científica ou elaboração de TCC, por exemplo, o estudante pode estar mais vulnerável à pressão por resultados rápidos e pela aprovação do professor orientador, o que poderia levar a uma maior tolerância ou aceitação de PPQs. Já em estágios avançados, como durante a realização de doutorado, é razoável esperar que o pesquisador tenha desenvolvido uma compreensão mais aprofundada dos padrões éticos e metodológicos de sua área, o que poderia resultar em uma avaliação mais crítica das justificativas para o uso de PPQs. Dessa forma, a análise das diferentes fases da carreira acadêmica de pesquisadores juniores oferece uma oportunidade para descrever se e como as percepções éticas evoluem nesse contexto, além de possibilitar um mapeamento dos perfis éticos de pesquisadores em momentos distintos de atuação.

A opção pela condução de grupos focais também nesta etapa de coleta de dados considerou, primeiramente, o avaliado alto engajamento e aprofundada discussão advinda do grupo focal exploratório, previamente realizado. Foi considerado, ainda, que o tema foi bem

desenvolvido na perspectiva do grupo, uma vez que se trata de tema sensível e íntimo, pois engloba padrões éticos e de decisão dos participantes em sua carreira. Ademais, as possibilidades de interação geradas na discussão do grupo, além de variação de opiniões conforme os argumentos são apresentados e desenvolvidos foram consideradas essenciais para o aprofundamento do tema e à execução dos objetivos específicos propostos nesta pesquisa.

Seguindo por Finch e Lewis (2003), as contribuições de cada participante de um grupo focal são enriquecidas pelo que escutam dos demais, e o grupo, de forma sinérgica, opera de maneira colaborativa. Para as autoras supracitadas, esse formato favorece a espontaneidade, proporcionando um ambiente mais natural e contextualizado socialmente, o que enriquece a compreensão do fenômeno em questão. Nesse sentido, iniciou-se o planejamento do plano de condução para os grupos focais de aprofundamento com foco em pesquisadores juniores da área de Administração da UnB, incluindo, primeiramente, o roteiro semiestruturado de questões.

Optou-se por um roteiro semiestruturado pois, conforme Qu e Dumay (2011), este possibilita a realização de questionamentos elaborados a partir de temas previamente identificados, além de prever a possibilidade de intervenções específicas destinadas a evocar respostas detalhadas do entrevistado (Triviños, 1987). No contexto deste roteiro, foi adicionada uma questão que solicitava aos participantes que avaliassem e comentassem situações hipotéticas apresentadas pela pesquisadora mediadora do grupo focal, envolvendo a utilização de PPQs por pesquisadores juniores em cenários específicos. Assim, foram também elaboradas cinco vinhetas hipotéticas para apresentação e discussão do grupo.

A opção pela utilização de vinhetas considerou que estas incentivam respostas mais detalhadas e emocionais, promovendo discussões profundas sobre o tema em questão e reduzindo possíveis vieses nas respostas. Isso ocorre porque, ao introduzir um cenário comum para os participantes, as vinhetas garantem que todos tenham um ponto de partida semelhante, evitando interpretações divergentes sobre o tópico em discussão (Barter & Renold, 1999). Para a elaboração das vinhetas, prezando pela clareza e relevância, foram priorizados cenários aderentes ao perfil dos participantes enquanto estudantes de graduação e pós-graduação e os objetivos da pesquisa.

O processo da elaboração do roteiro semiestruturado utilizado no grupo focal, englobando também as vinhetas, foi realizado durante o 2º semestre de 2024 e contou com as seguintes etapas: elaboração de 1ª versão com base na literatura, validação de 1ª versão com juízes, elaboração de 2ª versão com ajustes após considerações de juízes. Para a etapa de elaboração de 1ª versão com base na literatura, foram considerados os quatro objetivos

específicos da presente pesquisa e a base teórica apresentada sobre PPQs e sobre ética, na perspectiva weberiana de convicção e responsabilidade.

Nesta etapa, foram elaboradas pela pesquisadora dez perguntas abertas base que também ofereciam ampla possibilidade para novos questionamentos conforme os participantes oferecessem suas respostas, característica esperada em roteiros semiestruturados (Triviños, 1987). Nesse sentido, a utilização de perguntas abertas (“Como foi sua experiência nesse contexto?”) priorizou a possibilidade de os participantes comentarem a temática abordada livremente (Stake, 2011). Também nesta etapa foram elaboradas, seguindo as mesmas sugestões da literatura, as cinco vinhetas hipotéticas. A Tabela 4 apresenta as definições *ex-ante* consideradas na elaboração inicial do roteiro de perguntas.

Tabela 4

Definições ex-ante do roteiro de perguntas

Tema	Estrutura Teórica e Conceitual	Referência
Entendimento sobre PPQs	PPQs nem sempre são entendidas como ruins ou essencialmente erradas, pois não são sinônimos de má conduta acadêmica. Enquanto a má conduta se refere a fabricação, falsificação e plágio, as PPQs fazem alusão a imprecisão ou viés – uma zona cinzenta que flutua entre o aceitável e o inaceitável.	Fanelli (2009) John et al. (2012) Banks et al. (2016) Bergh et al. (2017) Butler et al. (2017) Allum et al. (2023)
Análise situacional de justificativas	Compreender os critérios que tornam uma PPQ justificável pode ajudar a prever a disposição dos pesquisadores em adotá-las ou não. Considera-se que pesquisadores menos experientes podem ser mais suscetíveis a mudanças atitudinais em relação à adoção de PPQS, devido a uma compreensão ainda em formação das normas científicas.	Sacco et al. (2018) Bruton et al. (2019) Sacco et al. (2019) Latan et al. (2021)
Perfil ético	O pesquisador vivencia momentos que envolvem decisões éticas importantes para a condução de seu trabalho e, tais decisões, influenciam suas carreiras, até mesmo devido às relações de poder postas na academia (como na relação orientador-orientando). Assim, sugere-se que a decisão pela utilização ou não de PPQs estaria relacionada a questões éticas de nível individual, que englobam o contraste de racionalidades entre convicção e responsabilidade.	Weber (1986) Weber (1998) Starr (1999) Kant (2002) Mill (2009) Bruun (2016) Villiers (2018)

Fonte: elaborada pela autora.

A primeira pergunta do tema denominado “Análise situacional de justificativas”, conforme Tabela 4, foi elaborada de modo a requisitar a avaliação dos participantes do grupo focal em relação às vinhetas. Estas últimas foram elaboradas considerando, em especial, cenários com decisões éticas envolvendo pesquisadores juniores de pós-graduação e pesquisadores seniores – orientadores – no contexto das principais PPQs citadas na literatura, a saber: coautoria fantasma, relato seletivo de casos (em pesquisas qualitativas),

arredondamento de *p*-valor, HARKing e relato seletivo de condições da pesquisa (em especial as metodológicas).

Após a elaboração da 1ª versão do roteiro semiestruturado, englobando as vinhetas, procedeu-se à etapa de validação de conteúdo deste instrumento qualitativo por juízes. Essa escolha metodológica se baseia na possibilidade, já prevista, de que outros pesquisadores com *expertise* no tema tratado contribuam com a qualidade do processo de pesquisa (Flick, 2009a). O papel dos juízes foi o de verificar se as perguntas do roteiro estavam adequadas ao contexto de cada tema de interesse na pesquisa, sugerindo adaptações na configuração das perguntas propostas (Rubio et al., 2003). Cabe ressaltar que a literatura científica é diversa em relação à quantidade de juízes adequada para atuar nesse processo. No entanto, é sugerido o número mínimo de três juízes para a validação de conteúdo de instrumentos de pesquisa (Lynn, 1986; Rubio et al., 2003).

Para cumprir tal requisito, quatro juízes participaram da etapa de validação de conteúdo e semântica do instrumento de pesquisa. Os principais critérios de seleção dos juízes envolveram a atuação enquanto pesquisador da área de Ciências Sociais aplicadas e a titulação de doutor, priorizando-se a Administração. Na indisponibilidade de pesquisadores doutores, foi considerada a opção de pesquisadores doutorandos de universidades que não a UnB, desde que com atuação docente e experiência e pesquisa. De forma secundária, foram utilizados critérios de acessibilidade a pesquisadores doutores com disposição e interesse em atuar na avaliação do instrumento. Assim, instrumento foi enviado, inicialmente, a oito pesquisadores para apreciação e avaliação, sendo que foram recebidos quatro retornos. Os detalhes sobre os juízes atuantes na validação do roteiro semiestruturado estão descritos na Tabela 5.

Tabela 5

Juízes do roteiro semiestruturado de perguntas e vinhetas

Nº	Formação	Afiliação	Currículo Lattes
1	Doutora em Agronegócios	Universidade de Brasília	http://lattes.cnpq.br/2180503863633488
2	Doutor em Administração	Universidade de Brasília	http://lattes.cnpq.br/8479518094057050
3	Mestre em Administração	Universidade do Oeste Paulista	http://lattes.cnpq.br/5757242868108405
4	Doutora em Administração	Universidade Estadual de Montes Claros	http://lattes.cnpq.br/4909761295312765

Fonte: elaborada pela autora.

Os juízes listados na Tabela 5 receberam uma planilha de *Excel* com diferentes abas para procederem com a apreciação e avaliação do roteiro, sendo elas: dados da pesquisa, instruções para pontuação da avaliação para validação ([Anexo 1](#)), roteiro de perguntas e roteiro de vinhetas. A estrutura utilizada para o processo de validação considerou a diretriz proposta por Torlig et al. (2022), denominada Validação para Instrumentos de Pesquisa Qualitativa (Vali-Quali). Nesta diretriz, considera-se a média das pontuações dadas por cada juiz na avaliação das perguntas em cada dimensão, para a obtenção de uma média final definitiva de adequação da pergunta, derivada da soma das médias individuais. Para tanto, a Vali-Quali considera as dimensões de conteúdo denominadas “Alinhamento com objetivos” (DCO) e “Aderências às categorias” (DCC), bem como as dimensões de semântica denominadas “Clareza na linguagem” (DSL) e “Expectativa de resposta qualitativa” (DSR). Os critérios para aceitação das perguntas do roteiro, conforme pontuação média final definitiva, seguem a descrição da Tabela 6.

Tabela 6
Critérios de aceitação Vali-Quali

Critério de Aceitação da Pergunta	Indicador de Avaliação
Aprovação total	Pontuação média = 5,0
Modificação opcional	Pontuação média $\geq 4,5$ e $< 5,0$
Modificação necessária	Pontuação média $\geq 2,5$ e $< 4,5$
Exclusão	Pontuação média $\geq 1,0$ e $< 2,5$

Fonte: Torlig et al. (2022).

Para verificar a necessidade de modificação ou exclusão de perguntas do roteiro, conforme Tabela 6, foi realizada a média definitiva a partir das médias individuais de cada juiz em relação às dimensões de avaliação das perguntas. Nos casos em que a modificação foi considerada opcional ou necessária, foram avaliadas as sugestões dos juízes, preenchidas na planilha de *Excel* em campo específico destinado para tal. Em relação às vinhetas, foi considerada a pontuação recebida na pergunta 4 para validação de conteúdo e semântica. As médias finais definitivas conforme *Vali-Quali* estão descritas na Tabela 7, bem como a definição do critério de aceitação ou não de cada uma das dez perguntas da 1ª versão do roteiro semiestruturado.

Conforme Tabela 7, três perguntas enquadram-se na condição de modificação necessária. Para tanto, foram consideradas, primeiramente, as sugestões dos juízes. Em relação à questão de nº 1, um juiz colocou em sua avaliação que “Existe a possibilidade de o entrevistado não ter em um primeiro contato uma formalização clara do que são PPQs ou ter

conceitos distintos do proposto na literatura. Haverá uma contextualização anterior à pergunta para orientar o diálogo?”, ainda, um juiz pontuou que “O conceito de práticas de pesquisa, para estudantes, é de difícil compreensão sem que haja uma tratativa anterior sobre o tema”. Nesse sentido foi elaborada uma breve apresentação explicativa em *Power Point* para tratar do conceito de PPQs, fornecendo alguns exemplos, antes do início efetivo das perguntas aos participantes dos grupos focais. Ainda, a pergunta de nº 1 foi ajustada de modo a explorar o conhecimento prévio e entendimento dos participantes sobre as práticas apresentadas, além de permitir o espaço para que comentassem exemplos adicionais a partir da pergunta de nº 2.

Tabela 7

Médias finais definitivas de validação conforme Vali-Quali

Nº	Perguntas da 1ª versão	DCO	DCC	DSL	DSR	Média Final	Critério de Aceitação
1	O que entendem por práticas de pesquisa questionáveis?	4,75	4,75	4,25	4	4,4	Modificação necessária
2	Quais comportamentos consideram que se encaixam neste conceito?	5	4,75	4,25	4,25	4,6	Modificação opcional
3	Já soube da utilização de práticas de pesquisa questionáveis por outro discente? Explique como aconteceu.	5	4,5	4	4,25	4,4	Modificação necessária
4	Avaliem e comentem as situações a seguir (apresentação de vinhetas para discussão).	5	5	5	5	5	Aprovação total
5	O que distingue um comportamento correto de um comportamento questionável em uma pesquisa?	5	5	4,25	4,25	4,6	Modificação opcional
6	“Para uma prática ser considerada questionável ou não, depende das circunstâncias”. Comentem.	5	5	4,25	4	4,6	Modificação opcional
7	O que consideram importante ao tomar decisões de pesquisa, no sentido de guiar suas escolhas?	4	4,5	3	3,25	3,7	Modificação necessária
8	Como definir os limites entre o que é aceitável fazer ou não quando for preciso tomar essas decisões?	5	4,75	4,5	4,75	4,8	Modificação opcional
9	Em situações em que as normas de pesquisa não estão claras, você prefere seguir o que acredita ou as práticas da maioria? Por quê?	5	5	4,25	4,5	4,7	Modificação opcional
10	Como se sentem em relação às consequências futuras da pesquisa que conduzem e das práticas que adotam?	5	4,75	4,5	4,75	4,8	Modificação opcional

Fonte: elaborada pela autora com base em Torlig et al. (2022).

Em relação à pergunta nº 3, conforme Tabela 7, a sugestão realizada por um juiz foi a de tornar a pergunta mais aberta, deixando de restringir ao discente, tal qual a seguir: “Já soube da utilização de práticas de pesquisa questionáveis na academia?”. Tal sugestão foi considerada

pertinente e a questão foi modificada. Sobre a pergunta de nº 7, um juiz sugeriu a modificação para "Quais aspectos orientam suas decisões durante o trabalho de pesquisa acadêmica?" e outro juiz pontuou que "Considero que há um julgamento antecipado de valor. Sugiro modificar". Assim, a referida questão foi modificada. Finalmente, ainda que a opção por mudança tenha sido classificada como opcional na pergunta de nº 5, optou-se por trocar o termo "comportamento correto" pelo termo "boas práticas", em vistas de evitar julgamento de valor, seguindo sugestões.

Assim, foi elaborada a 2ª versão do instrumento qualitativo ([Apêndice 3](#)), após as adequações necessárias devido ao processo de validação, além da definição das cinco vinhetas a serem utilizadas ([Apêndice 4](#)) em vistas da total aprovação dos juízes. Neste ponto, é preciso ressaltar que a adoção da diretriz Vali-Quali foi parcial nesta pesquisa, pois limitou-se ao processo de validação com juízes conforme descrito. Não foi possível realizar a etapa seguinte, que se refere ao pré-teste do instrumento, devido a restrições de tempo hábil para a coleta de dados. No entanto, foi considerado que, ainda que parcial, a adoção da diretriz Vali-Quali agregou valor à condução da pesquisa e possibilitou o refinamento do instrumento utilizado para a coleta de dados.

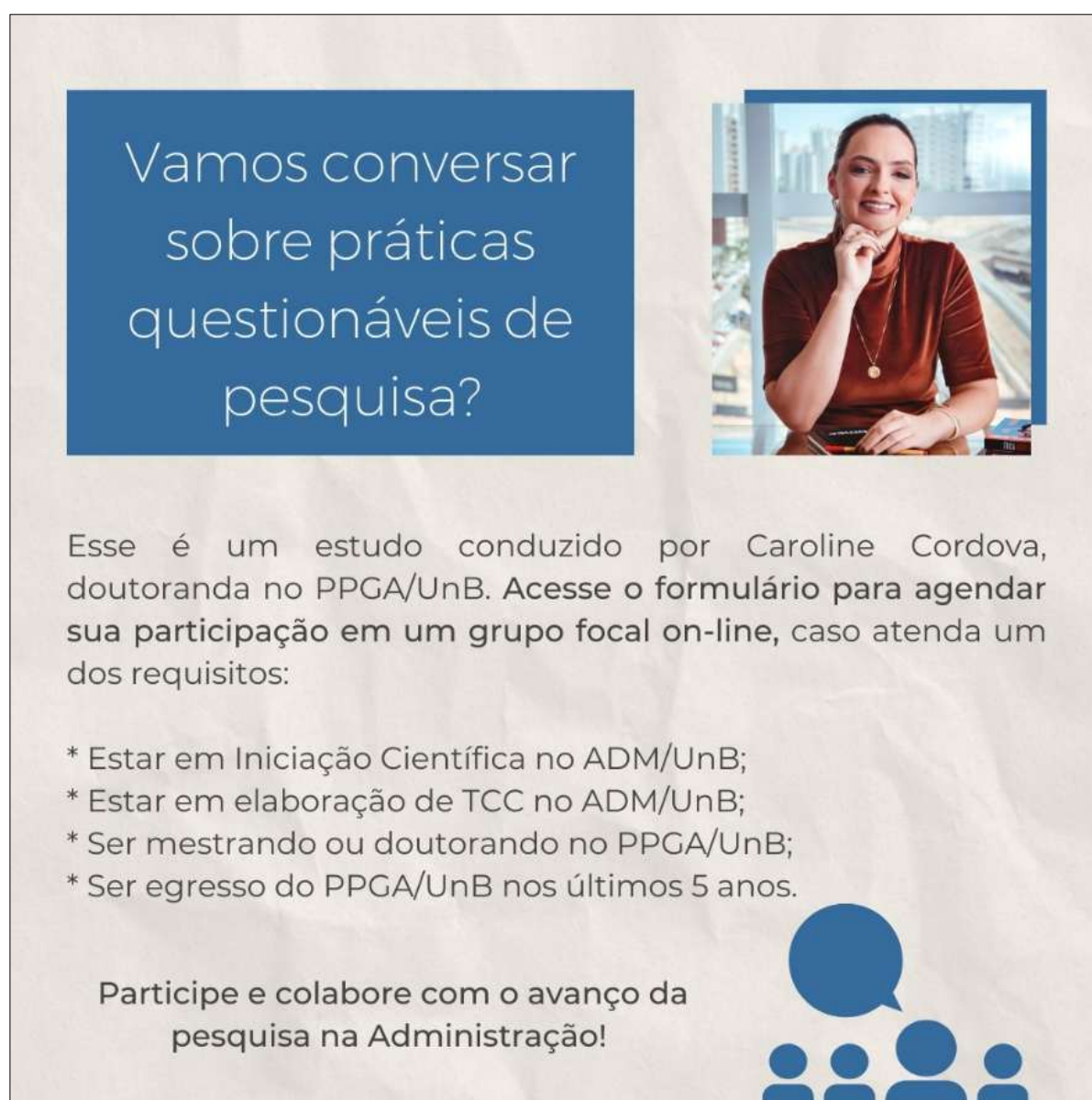
Uma vez finalizado o processo de validação e ajuste do instrumento para a coleta de dados, seguiu-se para a elaboração de um formulário na plataforma *Google Forms* para a inscrição de participantes interessados em colaborar com a pesquisa. Neste formulário, os participantes interessados forneciam alguns dados, tais quais nome completo, e-mail, telefone para contato, vínculo atual com a UnB, disponibilidade de dia e horário para participar do grupo focal on-line, além da confirmação de autorização para que a pesquisadora responsável entrasse em contato para organizar os grupos focais conforme diferentes níveis de titulação dos participantes. No início do formulário, foram inseridas informações sobre a pesquisa conduzida e seu objetivo, bem como os critérios de participação. Por fim, foi disponibilizado o e-mail da pesquisadora responsável para contato em caso de dúvidas.

No período de dois a dez de dezembro de 2024 o formulário de inscrição na pesquisa foi amplamente divulgado, junto a uma peça informativa, primeiramente em mídias e redes sociais como LinkedIn, Instagram e WhatsApp da pesquisadora responsável, contando com o apoio de interessados na pesquisa para o encaminhamento de formulário a seus pares. Além disso, a pesquisadora responsável divulgou a pesquisa em reuniões de grupos de pesquisa do PPGA/UnB e foi também solicitada a divulgação da pesquisa às secretarias do PPGA/UnB e do ADM/UnB para envio do formulário de inscrição e da peça de divulgação aos discentes do programa e do curso de graduação em Administração. Os critérios definidos para participação

na pesquisa foram: estar em iniciação científica ou em elaboração de TCC no ADM/UnB ou ser mestrando ou doutorando no PPGA/UnB ou ser egresso do PPGA/UnB, com conclusão do curso nos últimos cinco anos. Estes buscaram manter os participantes no enquadramento de pesquisadores juniores, ainda que em diferentes níveis, conforme objetivo da presente pesquisa. A peça utilizada durante a divulgação para inscrição de interessados pode ser visualizada na Figura 4.

Figura 4

Peça de divulgação para a coleta de dados da pesquisa



Vamos conversar
sobre práticas
questionáveis de
pesquisa?

Esse é um estudo conduzido por Caroline Cordova, doutoranda no PPGA/UnB. Acesse o formulário para agendar sua participação em um grupo focal on-line, caso atenda um dos requisitos:

- * Estar em Iniciação Científica no ADM/UnB;
- * Estar em elaboração de TCC no ADM/UnB;
- * Ser mestrando ou doutorando no PPGA/UnB;
- * Ser egresso do PPGA/UnB nos últimos 5 anos.

Participe e colabore com o avanço da
pesquisa na Administração!

Fonte: Elaborado pela autora.

Foram recebidas o total de 33 inscrições, considerando todos os níveis de ensino de interesse da pesquisa. Os inscritos foram contatados e informados sobre a realização do grupo focal em data e horário apontado no formulário de inscrição como melhor disponibilidade pela maioria em cada caso e, após, foi enviado ao e-mail informado por cada inscrito o TCLE conforme [Apêndice 5](#), além do *link* de acesso à sala virtual do *Microsoft Teams* para realização do grupo focal. Dos 33 inscritos, 27 participaram efetivamente dos cinco grupos focais conduzidos. Destes últimos, foram sete graduandos em IC ou em elaboração de TCC, quatro mestrandos, nove doutorandos e sete egressos de doutorado. Cabe destacar que foi necessária a realização de dois grupos focais para o nível de graduandos, em razão da falta de disponibilidade de um horário único para participação de todos. Nos outros casos, foi realizado apenas um grupo focal para cada nível de ensino.

Os cinco grupos focais foram realizados entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2024, conforme o plano de condução composto pela apresentação da pesquisadora mediadora, apresentação breve dos participantes, apresentação de *slides* em *Power Point* sobre o conceito de PPQs com exemplos, seguindo com as perguntas do roteiro semiestruturado e discussão do grupo. Ademais, todos os grupos focais contaram com a presença de uma pesquisadora observadora, graduanda e com experiência em pesquisa, que foi devidamente instruída e treinada pela pesquisadora responsável para essa atuação. Os detalhes referentes à realização dos grupos focais estão descritos na Tabela 8.

Tabela 8

Detalhes sobre a realização dos grupos focais de aprofundamento

Nº	Tipo	Quantidade de Participantes	Data de Realização	Horário de Realização	Duração Total
1	Graduandos I	4	09/12/24	18h	1 hora e 20 minutos
2	Graduandos II	3	12/12/24	18h	1 hora e 1 minuto
3	Mestrandos	4	10/12/24	10h	1 hora e 33 minutos
4	Doutorandos	9	11/12/24	10h	1 hora e 39 minutos
5	Egressos de Doutorado	7	12/12/24	10h	1 hora e 21 minutos

Fonte: Elaborada pela autora.

Assim como na etapa exploratória, para a etapa de aprofundamento o interesse foi o de compor o grupo focal entre os limites mínimos e máximos variando de 4 até 12 participantes, conforme indicações da literatura (Krueger, 2014; Schröder & Klerin, 2009). Ainda que a maioria dos grupos conduzidos tenham atendido essas indicações, o grupo focal de número 2, conduzido com graduandos, contou com apenas três participantes, haja vista a necessita já relatada de dividir os participantes devido à falta de uma disponibilidade única entre eles. Ainda

que este grupo focal tenha contado com apenas 3 participantes, a discussão realizada foi considerada pertinente e aderente aos interesses da pesquisa. Logo, ele também foi incluído para a etapa de análise de dados, foco da próxima seção deste trabalho.

3.4 Método de análise de dados

A análise dos dados consiste no exame, categorização e tabulação em vias de realizar conclusões com base empírica (Yin, 2010). Nesta pesquisa, essa etapa foi realizada por meio da condução de uma análise de conteúdo, técnica de análise que pode ser utilizada a partir de uma perspectiva quantitativa ou qualitativa (Triviños, 1987). Considerando essas duas, existem definições e entendimentos distintos. Alguns autores entendem que a análise de conteúdo só se caracteriza a partir de resultados quantitativos, derivados de valores numéricos, que foram atribuídos a símbolos, com regras de medidas válidas e testes estatísticos (Neuendorf, 2002; Riffe et al., 2014). Já outros autores, aceitam a existência de análises de conteúdo quantitativas ou qualitativas, a depender do foco adotado no conjunto de técnicas utilizadas durante o processo de análise (Krippendorff, 2004; Sampaio & Lycarião, 2021).

De qualquer forma, por meio da perspectiva quantitativa é possível quantificar a ocorrência de palavras ou conceitos para identificar seus níveis de importância com base numérica e estatística (Riffe et al., 2014). Já pela perspectiva qualitativa, é facilitado o aprofundamento nas análises de palavras ou conceitos, permitindo a identificação de relações de presença/ausência e com termos ou temáticas de interesse (Rossi et al., 2014). Dentre as possibilidades, optou-se pela realização de uma análise de conteúdo que mescla procedimentos quantitativos e qualitativos, pois tal formato consegue combinar as potencialidades das duas perspectivas. Quantitativamente, procedeu-se com as etapas de codificação e categorização em um formato que visa aumentar a confiabilidade dos resultados, com apoio do *software* IRAMUTEQ e base estatística. Já qualitativamente, foi buscado o aprofundamento sobre o fenômeno de interesse no contexto das categorias identificadas, por meio da investigação e análise minuciosa do material.

Para alguns, o manual de Bardin (2016) fornece orientações para a condução de uma análise de conteúdo com orientação mais qualitativa que outros manuais utilizados internacionalmente (Sampaio et al., 2021). Já em outro ponto de vista, o manual de Bardin (2016) é interpretado em uma posição de influência positivista e com foco em descrições quantitativas (Triviños, 1987). Para este trabalho, interpretou-se que tal manual possibilita utilização mais qualitativa ou mais quantitativa, pois suas etapas e procedimentos englobam

possibilidades de expansão e adequação à necessidade da pesquisa. A própria autora do manual explica que a existência de regras de base não visa enrijecer a condução da técnica, uma vez que essa pode ser reinventada e aprimorada para se adequar ao domínio e ao objetivo pretendidos (Bardin, 2016).

O manual de Bardin (2016) é amplamente utilizado no contexto brasileiro em diferentes áreas do conhecimento, em muito pela percepção de sua qualidade e por ser um dos poucos que possui tradução para a língua portuguesa (Sampaio & Lycarião, 2021). Entretanto, existem críticas à utilização praticamente única deste manual em específico aliado a problemas de interpretação dos usuários quanto às suas etapas componentes, gerando a utilização massiva de uma interpretação equivocada, além de descrição incompleta dos procedimentos utilizados (Sampaio et al., 2021).

Um estudo verificou que em oitenta e três artigos da área de psicologia indexados na base de dados SCIELO entre 2004 e 2009 não é possível encontrar descrições detalhadas sobre os procedimentos realizados durante o processo da análise de conteúdo (Castro et al., 2011). Outro estudo analisou cinquenta e dois artigos publicados em periódicos brasileiros da grande área de ciências sociais aplicadas entre 1997 e 2015, disponíveis nas bases SPELL e SCIELO, verificando que muitos pesquisadores citam a técnica de análise de conteúdo sem de fato tê-la utilizado e, em 75% dos artigos, procedimentos referentes a etapas principais do manual foram desprezados ou não descritos (Seramim & Valter, 2017).

Nesse sentido, Sampaio et al. (2021) realizaram extensa descrição de estudos que investigaram a adequação da utilização da técnica no Brasil em campos de pesquisa distintos, tais quais Administração, Comunicação, Contabilidade, Educação e Ciências da Saúde. Foi possível caracterizar a predominância da utilização do protocolo sugerido por Bardin (2016), mas pouca aderência aos seus procedimentos, como ausência de delimitação de unidades de registro e pouca ou nenhuma descrição da etapa de codificação dos dados. Logo, revela-se uma lacuna metodológica sobre a emergência de estudos que utilizem esse manual de forma acertada no contexto brasileiro e que possam servir de exemplo à aplicação correta da técnica.

Assim, a definição de análise de conteúdo a ser utilizada na pesquisa é a de que essa se refere a um conjunto de técnicas de análises das comunicações que visa obter, por meio de procedimentos sistemáticos, a descrição do conteúdo de mensagens (Bardin, 2016). As mensagens podem ser provenientes, de dados verbais transcritos ou documentais, como os que serão coletados nesta pesquisa. Ainda, ressalta-se a importância do amplo entendimento teórico sobre o fenômeno que se pretende estudar para a boa execução de uma análise de conteúdo.

Sem ele, o processo de codificação e categorização pode ser prejudicado pela falta de conhecimento básico dos conceitos presentes na teoria (Triviños, 1987).

Considerando o manual escolhido, é importante ressaltar que existem diversos procedimentos que se encaixam no contexto de três etapas orientadoras de uma análise de conteúdo, quais sejam: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/interpretações. Assim, a Tabela 9 apresenta um protocolo com detalhamento sobre cada etapa e subetapa necessária à condução da técnica no contexto da presente pesquisa.

Tabela 9

Protocolo de análise de conteúdo conforme Bardin

Etapas	Descrição	Objetivo	Subetapas
Pré-análise	Envolve a organização inicial do material e a preparação para a análise. Inclui a leitura exploratória dos dados, a escolha do corpus e a definição das questões de pesquisa.	Definir os parâmetros do estudo e organizar o material, preparando o terreno para a análise profunda.	Escolha do Corpus: Seleção do material que será analisado.
			Leitura Flutuante: Leitura exploratória do conteúdo para familiarização.
			Definição de Objetivos: Estabelecimento das questões de pesquisa.
			Planejamento: Estruturação do processo de análise, incluindo definição de categorias.
Exploração do Material	A exploração envolve a segmentação do material em unidades de análise (palavras, trechos), iniciando a codificação e categorização de informações.	Organizar as informações em unidades de análise, criando categorias que ajudem na interpretação do conteúdo.	Codificação: Identificação e marcação das unidades de significado.
			Construção de Categorias: Agrupamento das unidades em categorias temáticas.
			Classificação: Em grupos ou classes, de acordo com suas semelhanças.
Tratamento dos Resultados	Na fase de tratamento, o pesquisador organiza as categorias e analisa sua frequência ou intensidade, aplicando eventualmente métodos quantitativos.	Processar e sistematizar os dados para facilitar a interpretação dos resultados.	Tabulação dos Dados: Organização em tabelas ou gráficos, para posterior análise.
			Análise de Frequência: Verificação da frequência com que as unidades de significado aparecem no material.
			Verificação das Relações: Estudo das relações entre as categorias para entender padrões ou conexões.

Fonte: Adaptado de Bardin (2016).

Seguindo pela Tabela 9, a primeira grande etapa orientadora do manual de análise de conteúdo é a pré-análise. Essa é uma etapa que visa a organização do material (Triviños, 1987), por meio da elaboração de uma sistematização do processo inicial de análise. Neste ponto, o pesquisador possui algumas missões específicas: escolher os documentos a serem considerados na análise, elaborar hipóteses e/ou objetivos e elaborar indicadores que fundamentarão suas

interpretações finais (Bardin, 2016). A ideia é criar um desenho da análise, estipulando procedimentos orientadores à execução das etapas seguintes.

Os documentos que fizeram parte da análise deste estudo foram definidos *a priori* e referem-se aos já mencionados na descrição da etapa de coleta de dados. Cabe destacar que foram seguidas as regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência dos documentos para a composição do conjunto textual final a ser analisado, conforme descrições postas no manual adotado. Sobre a elaboração de objetivos, foram considerados os objetivos específicos elaborados *a priori* neste projeto de pesquisa. Considerando a referenciação dos índices, foi adotado como índice, primeiramente, a menção explícita de um dos temas de interesse. De modo complementar, foram considerados os documentos de regulamentos e normas com importância contextual para aprofundamento da análise. Os documentos foram analisados utilizando como apoio a ferramenta MapThis (<https://www.map-this.com/>) para a confecção de mapas mentais que possibilitaram a visualização das temáticas tratadas em cada documento. A partir disto, foi possível definir padrões e comparar, quando pertinente, com as percepções postas pelos pesquisadores juniores em relação ao tema e à UnB.

Em relação aos dados provenientes dos grupos focais, estes foram transcritos com apoio da ferramenta da *web* denominada Cookatoo (<https://www.cockatoo.com/>). Após, os textos foram revisados e adequados para as etapas de codificação e categorização. Quanto aos indicadores que guiaram a codificação, foram consideradas a palavra como **unidade de registro** e a frase como **unidade de contexto**. Como posto por Bardin (2016), a unidade de contexto contribui para o entendimento do sentido da unidade de registro. Assim, foi seguido o critério de coocorrência de duas ou mais unidades de registro em uma unidade de contexto. Tal escolha considera a utilização de um *software* textual como auxílio neste e em outros processos de análise de conteúdo. Os detalhes sobre os procedimentos realizados via *software* para a etapa de codificação encontram-se descritos na subseção intitulada ‘IRAMUTEQ’.

A segunda etapa orientadora de uma análise de conteúdo é a exploração do material, em que foram aplicados os procedimentos sistematizados na pré-análise (Bardin, 2016). Ou seja, nessa fase ocorreram, efetivamente, os procedimentos de codificação e classificação. A categorização, por sua vez, aconteceu em duas etapas e seguiu critérios semânticos (Bardin, 2016). A primeira etapa considerou a codificação realizada por meio do *software* IRAMUTEQ que dispõe as diferentes unidades de registro em categorias de distintas temáticas, por meio da operacionalização de uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Na segunda etapa, os *outputs* do *software* foram analisados criticamente, visando o entendimento aprofundado de cada categoria resultante da análise conduzida.

Na etapa de tratamento dos resultados foi realizada, primeiramente, a tabulação dos dados com uma síntese dos resultados, descrita na seção de Apresentação dos Resultados deste documento. Após, foram postas as inferências e interpretações, atreladas a provas de validação por meio de excertos de relatos provenientes de dados empíricos. Estes, foram selecionados conforme sistema de *score* do software IRAMUTEQ. Por fim, cabe ressaltar a opção pela não realização de testes estatísticos adicionais nesta etapa da análise. Essa escolha considerou que a codificação e categorização prévia a ser realizada com o apoio do *software* textual escolhido segue critérios estatísticos bem definidos e que agregam confiabilidade ao processo.

3.4.1 Iramuteq

Existem diversas opções direcionadas para a análise de dados textuais, tais como Atlas.ti, NVivo e IRAMUTEQ. Para a presente pesquisa, optou-se pela utilização do *software* IRAMUTEQ (Ratinaud, 2014) como apoio à execução da análise de conteúdo em atenção ao fato de que é o único *software* livre dentre os citados, ou seja, sua utilização não depende da compra de licença de uso. IRAMUTEQ é um nome proveniente do acrônimo de ‘*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*’. O formato pelo qual esse *software* funciona é baseado na linguagem de programação R e na linguagem python. Porém, o IRAMUTEQ possui uma plataforma considerada mais ‘amigável’, em especial para pesquisadores em início de carreira.

Ainda assim, cabe destacar que o conhecimento básico em estatística é indispensável para que seja realizada a correta interpretação de seus *outputs*. Por meio do IRAMUTEQ é possível agilizar a classificação da unidade de registro definida pelo pesquisador em uma análise de conteúdo, facilitando a etapa de codificação e a identificação de temáticas e categorias relevantes, haja vista que permite exploração profunda e detalhada de dados textuais (Loubère & Ratinaud, 2014).

Esse *software* foi desenvolvido por Pierre Ratinaud em 2009, inicialmente apenas realizando análises em língua francesa. A disponibilização de um dicionário de palavras em língua portuguesa possibilitou a utilização do *software* com mais frequência no contexto brasileiro a partir de 2013. Atualmente, o IRAMUTEQ conta com ampla abrangência de idiomas em sua base, possibilitando análises de dados textuais também em inglês, alemão, espanhol, italiano, entre outros idiomas. O *software* oferece uma amplitude de possibilidades ao pesquisador que trabalha com dados textuais. No entanto, o IRAMUTEQ não é um método de pesquisa em si, bem como não exclui o papel do pesquisador na análise e não torna

dispensáveis etapas a serem seguidas conforme técnica de análise escolhida (Chartier & Meunier, 2011; Lahlou, 2012).

Nesse sentido, uma ressalva importante é posta por Yin (2010, p. 156) sobre a utilização de CAQDAS em uma pesquisa: “o *software* não fará qualquer análise para você, mas pode servir como um auxiliar capacitado e uma ferramenta confiável”. O autor reitera que não se deve utilizar os *outputs* do *software* como a análise definitiva a ser apresentada nos resultados da pesquisa, sem a reflexão que um trabalho científico pede. Ou seja, é esperado que o pesquisador estude, questione e reflita sobre os *outputs* para determinar a existência ou não de padrões que sejam pertinentes conforme o entendimento teórico posto no campo, pois analisar envolve a busca por elementos e associações (Stake, 2011). Logo, para a completude da análise de base estatística dos dados textuais fornecida pelo IRAMUTEQ, faz-se necessário o aprofundamento analítico, por meio de um olhar interpretativo e qualitativo do pesquisador durante e após o processo de análise realizado com o auxílio do *software*.

Isso posto, o principal procedimento possível de ser realizado com o auxílio do IRAMUTEQ e que foi efetivamente utilizado na presente pesquisa foi a CHD. Esta foi utilizada durante a etapa de análise de dados, considerando o processo de codificação e categorização durante a análise de conteúdo. Esse procedimento, por realizar testes estatísticos que demandam maior quantidade de dados para fazerem sentido, foi realizado apenas após a realização dos cinco grupos focais descritos na seção sobre a coleta de dados.

Para a interpretação acertada do leitor acerca dos detalhes sobre a CHD, faz-se necessário o entendimento de alguns termos comuns em relatórios de pesquisa que utilizaram o *software* IRAMUTEQ. No contexto de uma CHD, os termos importantes são: *corpus* textual, texto e segmento de texto (ST) (Camargo & Justo, 2021). O *corpus* textual refere-se ao conjunto textual analisado, ou seja, se foram realizados cinco grupos focais, o *corpus* é o agregado de todos os dados textuais provenientes. O termo texto refere-se à unidade, ou seja, cada entrevista realizada é entendida como um novo texto. Já o ST refere-se a pequenos trechos, em geral compostos por duas ou três linhas, dimensionados em formato padrão pelo *software* em relação ao *corpus* textual de análise. Assim, a depender da quantidade de textos analisados, o IRAMUTEQ dimensiona quebras do texto em diversos ST para proceder com a análise de base estatística.

Sobre a CHD, Salviati (2017) explica que esse procedimento visa obter classes, ou categorias, de ST (unidade de contexto) que apresentem vocabulários semelhantes entre si, porém distintos de outras classes. A autora explica, ainda, que essa análise se baseia na proximidade léxica e no entendimento de que palavras que são utilizadas em condições

similares fazem parte de sistemas de representação específicos. Assim, a CDH utiliza o método descrito por Reinert (1987; 1990) e determina categorias de palavras ligadas a padrões similares entre si, permitindo a observação de sua relação hierárquica (Ratinaud & Marchand, 2012). Por meio desse método, são realizados sucessivos testes qui-quadrado (χ^2) para classificação das palavras (unidade de registro), considerando a significância conforme as condições de χ^2 igual ou maior que 3,84 e $p < 0,05$. Dessa forma, quanto maior o resultado do teste χ^2 , maior a aderência da palavra à categoria.

O *software* conta, ainda, com um sistema de *score* para seleção de trechos de textos, ou excertos, que podem ser utilizados como evidências empíricas para suportar interpretações postas pelo pesquisador. Esse sistema considera para cada ST um score, a partir da soma dos valores de χ^2 atribuídos às suas palavras pertencentes. Assim, em cada categoria, é possível acessar os ST com mais altos valores de *score*, ou seja, que mais se relacionam com o conteúdo atribuído à classe. Para essa pesquisa, optou-se pela utilização de tal sistema de *score* absoluto para a seleção das evidências empíricas apresentadas.

Finalmente, a utilização dos procedimentos aqui descritos só pode ser realizada com qualidade após a realização de ajustes no *corpus* textual. Manuais oficiais disponíveis no sítio eletrônico do IRAMUTEQ (<http://iramuteq.org/>) descrevem esses procedimentos (Camargo & Justo, 2021; Gourlay, 2019; Salviati, 2017), tais como junção de palavras compostas, unificação de expressões sinônimas e padronização de siglas. Visando garantir a transparência em relação às alterações realizadas, estas foram listadas no [Apêndice 6](#). As alterações não buscaram alterar o sentido do texto, mas ajustar a formatação e organização do *corpus* para que o auxílio oferecido pelo IRAMUTEQ pudesse ser otimizado.

3.5 Ética da pesquisa

O projeto de nº CAAE 67703623.3.0000.5540 foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais CEP/CHS da UnB, via plataforma Brasil, recebendo aprovação para condução dessa pesquisa, conforme parecer consubstanciado de nº 6.028.739 de 28 de abril de 2023.

3.6 Protocolo da pesquisa

A Tabela 10 resume o protocolo da pesquisa, englobando as informações descritas nesta seção sobre o percurso metodológico da pesquisa. Detalhamentos e justificativas de cada etapa podem ser encontradas em suas subseções específicas.

Tabela 10
Protocolo da Pesquisa

Seção	Etapas	Descrição
Introdução	Fenômeno	PPQs.
	Pergunta de pesquisa	Como se configura a percepção ética sobre o uso de PPQs para pesquisadores juniores do campo de Administração?
	Objetivo geral	Analisar a percepção ética de pesquisadores juniores em relação ao uso de PPQs no campo de Administração.
	Objetivos específicos	1. Investigar o entendimento que pesquisadores juniores do campo de Administração possuem em relação às PPQs. 2. Descrever os julgamentos de pesquisadores juniores do campo de Administração sobre as justificativas apresentadas ao envolvimento em PPQs. 3. Mapear os perfis de pesquisadores juniores do campo de Administração em relação à dimensão ética. 4. Comparar os perfis de pesquisadores juniores do campo de Administração em relação à dimensão ética.
Referencial Teórico	Temas de sustentação	PPQs, Ética da Convicção e Ética da responsabilidade.
Percurso Metodológico da Pesquisa	Classificação	Qualitativa, exploratória e descritiva.
	Estratégia	Pesquisa de campo.
	Fontes de evidência	Dados primários e secundários: grupos focais e documentos.
	Coleta de dados	Roteiro semiestruturado (Apêndice 3) e vinhetas (Apêndice 4).
	Análise de dados	Análise conteúdo pelo protocolo de Bardin (2016).
	Ética da pesquisa	Projeto aprovado por comitê de ética: CEP/CHS da UnB.
	Qualidade	Triangulação de fontes de informação.

Fonte: elaborada pela autora.

4. Apresentação e discussão de resultados

Nesta seção, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, organizados em subseções. Inicialmente, são descritas as sete categorias analíticas construídas a partir de dados empíricos. Em seguida, realiza-se a descrição e análise dos dados documentais pertinentes à pesquisa realizada. Após, são estabelecidas relações entre os documentos analisados e as categorias apresentadas. Por fim, é realizado o mapeamento e a comparação dos perfis dos participantes da pesquisa com base na dimensão ética, a partir da articulação teórica com as éticas da convicção e da responsabilidade de Max Weber.

4.1 Categorização dos Dados

Inicialmente, apresentam-se as estatísticas do *corpus* textual analisado com apoio do IRAMUTEQ para a subetapa de categorização da análise de conteúdo. Foram considerados à análise os 27 textos provenientes dos dados transcritos de 27 participantes dos 5 grupos focais. O *corpus* textual contou com 30.285 ocorrências de 2.023 diferentes formas lexicais, haja vista a opção por lematização na análise, determinando o lema de cada forma em atenção ao seu radical. Assim, formas verbais como “estudei” e “estudaria” foram consideradas ocorrências para a contagem de frequência da forma verbal “estudar”, por exemplo.

O número de hápax observado foi 851, ou seja, 42.07% das formas apareceram 1 vez apenas no *corpus* analisado. Tais formas lexicais foram checadas para mitigar a possibilidade de erros ortográficos. Em seguida, ocorreu o processamento da CHD pelo IRAMUTEQ, quando os 27 textos provenientes dos grupos focais conduzidos foram separados conforme procedimento padrão do *software* em 851¹ STs de aproximadamente 3 linhas, sendo que, destes, 840 foram classificados. Assim, foi possível obter o nível de 98,71% de retenção de STs, nível aceito conforme literatura que sugere a retenção de STs em, ao menos, 75% para a consideração da CHD (Camargo & Justo, 2013).

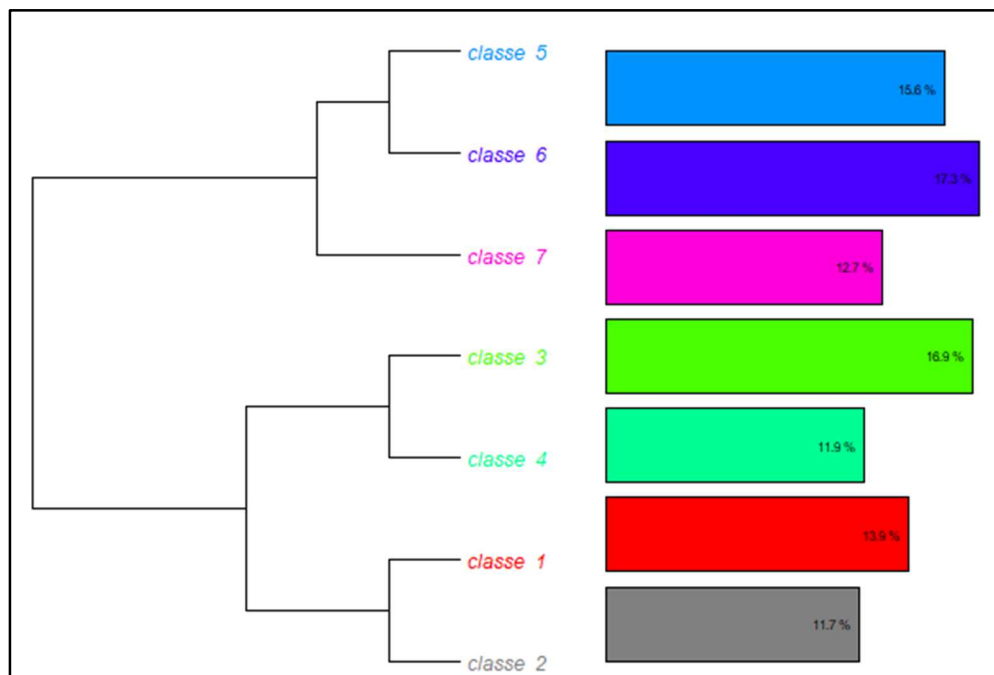
Para tanto, foram selecionadas como formas ativas na análise os substantivos, os verbos e os adjetivos. Demais formas tais quais advérbios, preposições, conjunções e artigos permaneceram na análise, porém de modo suplementar. Tal opção se deve ao fato de essas últimas, quando ativas, não terem contribuído ao aumento do nível de retenção de STs em testes exploratórios realizados. Após a CHD, o *corpus* textual foi categorizado em 7 classes de conteúdo, elencando as formas nominais, verbais e adjetivas mais associadas à cada classe e

¹ Coincidentemente, o número de hápax e o número de STs foi o mesmo para o *corpus* textual analisado.

representativas de seu conteúdo, considerando a classificação decrescente conforme χ^2 igual ou maior que 3,84 e $p < 0,05$. A Figura 5, *output* do *software*, representa as classes, ou categorias, geradas na CHD.

Figura 5

Dendograma de categorias geradas na CHD



Fonte: Dados da pesquisa.

Seguindo pela Figura 5, os valores percentuais relacionados às categorias referem-se à quantidade de STs classificados, considerando a totalidade do *corpus* textual analisado enquanto 100%. Para cada categoria, foi realizado o trabalho de aprofundamento e entendimento de seu conteúdo, em um processo qualitativo de investigação e de repetida leitura dos STs que a compunham. Assim, em um segundo momento, foi possível elaborar nomes às categorias, conforme o conteúdo identificado. Para otimizar a apresentação dos resultados descritivos desse conteúdo, optou-se por apresentar, a lista das 25 primeiras formas classificadas em cada categoria, seguindo pelos valores de qui-quadrado. Considerando os *outputs* do *software* e as análises críticas realizadas sobre tais resultados, foi elaborada a Tabela 11, em vias de facilitar a visualização dos dados da categorização final da análise de conteúdo operacionalizada na presente pesquisa. Cabe rememorar que, para a análise de conteúdo, foi considerada a palavra como unidade de registro e o ST como unidade de contexto à unidade de registro. Ambas as unidades serão apresentadas e descritas na sequência.

Tabela 11
CHD do corpus textual

Parâmetros Éticos		Dinâmicas de Formação e Interação		Sistema de Publicações		Uso de Inteligência Artificial		Tomada de Decisão e Caminhos Metodológicos		Transparência		Julgamento sobre PPQs	
Categoria 2 11,7% de ST	x^2	Categoria 1 13,9% de ST	x^2	Categoria 4 11,9% de ST	x^2	Categoria 3 16,9% de ST	x^2	Categoria 7 12,7% de ST	x^2	Categoria 6 17,3% de ST	x^2	Categoria 5 15,6% de ST	x^2
parâmetro	61,2	orientador	74,6	revista	187,4	usar	63,7	construir	79,6	claro	69,9	certo	58,5
depende	55,2	mestrado	71,0	artigo	171,9	texto	39,2	método	76,7	fato	42,1	omitir	41,3
trajetória	45,1	colega	62,4	publicar	126,7	IA	31,2	decisão	54,0	deixar	35,4	erro	39,9
opinião	38,6	qualificação	43,6	revisão	60,3	geralmente	29,7	caminho	49,0	transparência	30,3	trazer	35,8
doutor	38,1	doutorado	40,8	revisor	59,2	Administração	25,7	organização	48,4	norma	29,2	ponto de vista	33,7
até	36,2	conversar	40,6	mandar	51,4	plágio	23,8	tomar	48,1	limite	28,3	casos negativos	30,3
meio	35,2	começar	38,1	Qualis	37,2	pensar	22,3	qualitativo	48,1	tentar	23,4	hipótese	29,8
acadêmico	34,0	inicial	37,3	publicação	35,9	escrever	21,3	resultado	47,2	lugar	23,3	dar	28,7
profissional	30,1	sorte	37,3	citar	31,0	número	19,8	metodológico	41,2	corroborar	23,2	justificativa	26,4
comum	26,7	grupo de pesquisa	37,3	hoje	31,0	jeito	19,4	próprio	30,9	ético	21,7	<i>p</i> -valor	24,1
entender	22,9	disciplina	36,5	submeter	30,7	parar	19,0	pesquisa	29,3	dizer	19,5	intenção	22,9
papel	22,8	banca	33,7	qualidade	29,7	então	18,7	realizar	28,2	espaço	18,9	errado	22,3
direito	22,8	contato	24,8	editor	29,7	pessoa	17,9	seção	27,5	evitar	18,5	pesquisador	21,8
desconhecimento	22,8	reunião	24,8	concordar	29,7	área	17,6	impactar	27,5	má conduta	18,2	sustentar	21,8
jogo	20,3	aplicar	24,8	citação	29,7	necessariamente	16,4	básico	27,5	acreditar	18,1	enxergar	21,8
limite	18,9	participar	23,0	pedir	28,4	relevante	16,0	investigar	27,1	científico	17,0	contrário	21,7
circunstância	18,2	conversa	22,2	impacto	24,3	chamar	14,9	escolher	23,8	base	15,6	achar	21,5
aluno	16,6	falar	21,7	alto	22,3	óbvio	14,8	mostrar	22,8	atrapalhar	14,4	praticar	21,1
ético	16,3	professor	21,0	contextual	22,3	pesquisar	14,4	construção	22,8	resposta	14,4	talvez	20,5
mesmo	15,6	entregar	20,4	início	17,3	nunca	14,3	padrão	22,6	partir	14,2	novo	18,2
responsabilidade	15,2	pós-graduação	19,5	coautor	16,5	preocupação	14,3	justificar	21,9	manipular	13,9	arredondamento	18,0
questionável	14,5	aprender	19,4	aluno	15,9	perspectiva	14,3	processo	21,8	lado	13,9	validar	16,7
viver	14,4	olho	18,3	pagar	15,3	acesso	13,4	indutivo	20,6	atitude	13,9	limitação	16,7
funcionar	14,2	autoria	17,7	baixo	15,3	atenção	12,0	posicionamento	20,5	definir	12,9	rodar	16,7
grande	13,2	antes	17,2	assumir	15,3	cobrar	11,2	modelo	20,5	contribuição	12,6	frente	16,7

Fonte: Elaborada pela autora.

4.1.1 Dinâmicas de Formação e Interação

Conforme Tabela 11, a Categoria 1, intitulada **Dinâmicas de Formação e Interação**, englobou 13,9% dos STs classificados na análise do *corpus* textual e apresenta a dinâmica de interações entre os pesquisadores juniores, seus orientadores, colegas e grupos de pesquisa, destacando o impacto dessas relações na trajetória acadêmica. Os STs mais aderentes à classe indicam que a relação com o orientador é de grande relevância para o desenvolvimento da pesquisa, sendo descrita como uma parceria construtiva à formação dos participantes. A Tabela 12 agrega os 10 principais STs associados à classe, com a informação de seus respectivos *scores*, bem como detalhamento sobre os participantes que fizeram os relatos.

Tabela 12
Evidências empíricas da categoria 1

	Score	Segmento de Texto	Detalhes
Dinâmicas de Formação e Interação	292,87	Muito da inspiração veio direto do orientador, dos colegas de grupo de pesquisa e da conversa que você vai trocando com seus colegas de classe nas primeiras disciplinas.	Participante 15, sexo masculino, doutorando.
	259,65	Eu escuto colegas que passaram pelo mestrado e pelo doutorado dizendo que foi um caminho tortuoso, que foi difícil. Para mim, não. Foram 2 anos de parceria, de construção. Foi uma sorte me encontrar nesse grupo de pesquisa.	Participante 9, sexo feminino, mestranda.
	258,20	Eu tenho um grupo de colegas que fiz no mestrado. Nós somos um grupo de colegas que, se eu tenho uma dúvida, ou eu falo com a minha orientadora ou mesmo antes de falar com ela eu falo com esse grupo	Participante 19, sexo feminino, doutoranda.
	250,10	Eu não tive essa experiência como aluna nem no mestrado, nem no doutorado. O pouco que eu tive a oportunidade de conversar sobre ética, e eu nem estou falando de buscar conhecimento, foi em conversas com colegas.	Participante 18, sexo feminino, doutoranda.
	229,10	No doutorado eu seguia muito o meu orientador do mestrado, as orientações. Eu prefiro seguir o que eu aprendi do meu orientador, porque, no final das contas, o que eu levo em consideração é que é a minha pesquisa, é o meu nome.	Participante 25, sexo masculino, egresso.
	224,83	Eu não sei como é que é a experiência dos colegas, mas eu tive muita sorte de a minha orientadora ter me deixado muito livre para que eu propusesse aquilo que eu achasse pertinente. Foi uma construção muito inicial	Participante 1, sexo masculino, graduando.
	224,69	Fui descobrindo ao longo do caminho, conversando com outros colegas, ainda mais nesse encerramento de ciclo de IC, que teve aluno que precisou fazer tudo absolutamente sozinho porque alguns orientadores tinham esse aluno e mais 10 de orientações de IC.	Participante 1, sexo masculino, graduando.
	216,49	Misturei um pouco de tudo, sobre o PPGA com a orientação, mas é porque é tudo misturado. Se a orientadora não está disponível para te dar o suporte, você pode conversar com seus colegas	Participante 19, sexo feminino, doutoranda.
	213,02	Estou contando esse exemplo, que é dentro de uma pós-graduação, um trabalho de uma disciplina, para trazer esse tipo de reflexão para uma relação com um orientador, para uma orientação com seus colegas na hora de pesquisar.	Participante 9, sexo feminino, mestranda.
	188,60	A questão é com o meu orientador. Eu tento e ele vai falar se está errado e eu volto e refaço. Para coibir esse tipo de problema entre algo que não está realmente escrito seria mais uma conversa mesmo, uma sugestão dos colegas.	Participante 3, sexo masculino, graduando.

Fonte: elaborada pela autora.

De início, consideram-se os relatos da importância da figura do orientador para os pesquisadores juniores. Cumpre rememorar que a integridade pessoal e o caráter de um orientador têm efeitos significativos na propensão subsequente de pesquisadores juniores se envolverem ou se absterem de comportamentos antiéticos (Tang e Liu, 2012), e, seguindo por esse raciocínio, também pode-se pensar em termos do envolvimento (ou não) e características de julgamento das PPQs. Ainda, as PPQs não são um fenômeno isolado em relação a pesquisadores juniores, mas de pesquisadores em geral (Byington & Felps, 2017). Desse modo, é razoável inferir que a formação dos participantes envolve trocas e aprendizados éticos, mas pode também, no limite, envolver aprendizados questionáveis, uma vez que tal formação foi e é afetada por relacionamentos próximos a orientadores que possuem posicionamentos éticos específicos, que podem englobar julgamentos e entendimentos distintos sobre a utilização e aceitação (ou não) de PPQs.

Em momentos em que os orientadores não estão disponíveis, os colegas e grupos de pesquisa acabam assumindo um papel complementar, atuando como os primeiros pontos de contato para a resolução de dúvidas e compartilhamento de experiências, conforme relatos dos participantes. A formação de laços com colegas foi frequentemente descrita como um processo colaborativo e de apoio mútuo, no qual a troca de ideias e conselhos fortalece o desenvolvimento da pesquisa. Porém, tal socialização acadêmica informal pode reforçar boas práticas, mas também pode normalizar a aceitação de PPQs, a depender das referências e valores predominantes desses pesquisadores juniores. Em verdade, acadêmicos apontam que pesquisadores juniores são mais propensos a engajar-se em PPQs, em partes por sua formação ainda em andamento sobre as normas científicas (Bruton et al., 2019).

Além disso, o conteúdo desta categoria aponta que a experiência de pertencer a um grupo de pesquisa comprometido, além de uma orientação disponível, fez a diferença na trajetória acadêmica. Interpreta-se que a categoria destaca a importância das relações interpessoais no ambiente acadêmico, inclusive as informais, como um fator relevante ao desenvolvimento e fortalecimento de boas práticas de pesquisa. Porém, a falta de discussões institucionalizadas e estruturadas sobre temas como ética durante a jornada acadêmica foi mencionada em mais de um grupo focal, sugerindo que, embora as interações acadêmicas sejam essenciais, nem sempre essas trocas abordaram todos os aspectos necessários da formação de um pesquisador.

Sobre tal ponto, o relato de poucas discussões aprofundadas sobre ética na formação destes pesquisadores juniores pode estar relacionado às próprias características da pós-graduação em Administração no Brasil. Como apontado por Silva (2019), a área se

desenvolveu dentro de um sistema de recompensas e avaliação predominantemente quantitativo, no qual a produtividade acadêmica, mensurada em número de publicações, pode se sobrepôr a reflexões sobre a qualidade e integridade da pesquisa. Assim, esse modelo poderia contribuir para que questões éticas sejam deixadas em segundo plano, uma vez que os esforços dos pesquisadores precisam se concentrar em atender às exigências sistêmicas de produtividade, o que, por sua vez, pode gerar incentivos para a adoção de PPQs.

Além disso, a confusão entre ensino e pesquisa no papel da pós-graduação em Administração no Brasil, conforme discutido por Bispo (2020), reflete um cenário no qual os programas acadêmicos enfrentam desafios para equilibrar a formação de futuros docentes e a necessidade de produção científica. Esse contexto pode resultar na priorização do treinamento técnico e metodológico, levando as discussões sobre ética a um papel secundário. Embora as interações entre pesquisadores juniores, orientadores e grupos de pesquisa desempenhem um importante papel na trajetória acadêmica para os sujeitos participantes da pesquisa, o relato de ausência de reflexões institucionalmente estruturadas sobre ética enseja oportunidades de preparação sistemática de PPGAs e destes pesquisadores para lidar com decisões éticas, desenvolvendo uma postura mais crítica diante das PPQs. Tais interpretações reforçam a necessidade de repensar a estrutura da pós-graduação em Administração (Antonakis, 2017; Honig et al., 2018), promovendo um ambiente que valorize e propague a importância da produtividade científica, mas também da integridade na pesquisa – de modo estruturado ao longo da jornada acadêmica.

4.1.2 Parâmetros Éticos

Em uma perspectiva de aprofundamento das questões supracitadas, a categoria 2 da Tabela 11, intitulada **Parâmetros Éticos**, englobou 11,7% dos STs classificados na análise, refletindo sobre a complexidade de questões éticas e os desafios enfrentados por pesquisadores em diferentes estágios de formação. A relação com o orientador foi novamente destacada enquanto ponto chave para entender os limites nas práticas de pesquisa e os parâmetros que as guiam. STs abordam a necessidade de confiança nas orientações, apontando o orientador como a principal figura na definição do que é aceitável ou questionável. Porém, existe, ainda, a falta de clareza sobre parâmetros éticos específicos. A título de exemplo, os contextos de coautoria geraram incertezas entre os participantes, que pareceram divididos entre seguir orientações formais ou adotar uma postura flexível, conforme as circunstâncias. Os 10 principais STs

associados à categoria 2, com a informação de seus respectivos *scores*, bem como detalhamento sobre os participantes que fizeram os relatos, podem ser visualizados na Tabela 13.

Tabela 13
Evidências empíricas da categoria 2

Parâmetros Éticos	Score	Segmento de Texto	Detalhes
	247,32	Por que é questionável? Para quem é questionável? Nós voltamos àquela questão dos parâmetros. Eu não sou do meio acadêmico, o curso para mim tem uma outra vivência, uma outra realidade de quem é realmente um acadêmico, de qual a sua história, sua trajetória dependem disso.	Participante 13, sexo masculino, doutorando.
	216,50	Eu já convivi com alunos de IC que estiveram no grupo de pesquisa que, na minha opinião, acabam a depender do grupo. O grupo de pesquisa acaba nos ensinando muito mais sobre o fazer pesquisa do que muitas outras experiências acadêmicas que nós temos ao longo da trajetória de mestrado e doutorado.	Participante 18, sexo feminino, doutoranda.
	203,52	Eu nunca participei de coautoria cerimonial, mas eu não sou do meio acadêmico. Eu não preciso ficar acumulando pontos nesse jogo. O meu futuro profissional não depende disso. Talvez, se fosse, eu precisaria ter outra postura e saber fazer um jogo político.	Participante 12, sexo feminino, doutoranda.
	198,86	Eles [alunos] precisam ter essa inspiração e é nosso papel continuar passando o que nós entendemos como ética e como limite, porque é algo bem complexo e subjetivo. Nós precisamos de parâmetros, nós precisamos de padrões para poder entender melhor até que ponto eu posso ir ou não.	Participante 15, sexo masculino, doutorando.
	172,37	Se você pegar aluno de graduação, quando tem PPQ ou até má conduta nós relevamos muito mais do que se nós pegarmos um doutor porque nós entendemos que ele está começando. É muito comum nós vermos até má conduta mesmo.	Participante 22, sexo feminino, egressa.
	171,81	Até que ponto é ético? Até que ponto isso é má conduta? Nós vemos que não tem uma conclusão ainda, está todo mundo meio perdido, mas o nosso papel é entender como esses limites estão sendo colocados e como nós passamos isso para as outras pessoas.	Participante 15, sexo masculino, doutorando.
	166,31	Quem pode ser o grande parceiro confiável nessa trajetória é o orientador, dependendo da abertura que você ele dá para isso. Posso estar enganada, mas na academia é esperado inovar, porém não muito.	Participante 18, sexo feminino, doutoranda.
	162,73	São avaliações diferentes, dependendo do grau de conhecimento que aquele aluno tem sobre o assunto ou a pesquisa. Até mesmo alunos de graduação podem trazer um ponto de vista totalmente diferente do nosso, porque nós temos muito mais experiência e vivemos mais enraizado o que é a pesquisa.	Participante 22, sexo feminino, egressa.
	157,77	Como falar de algo que incomoda todo mundo? É difícil, nós pensamos até em relação de poder com seu orientador ou seus professores enquanto figuras que você depende para uma aprovação ou para continuar a sua vida acadêmica.	Participante 9, sexo feminino, mestranda.
	149,73	O papel do orientador é fundamental, pois é principalmente pelo orientador que nós chegamos num programa, num grupo de pesquisa, que nós entendemos quais são os parâmetros, quais são os limites, o que é aceito e o que não é.	Participante 12, sexo feminino, doutoranda.

Fonte: elaborada pela autora.

Seguindo pela Tabela 13, a percepção de que a trajetória acadêmica é marcada por desafios éticos foi recorrente nos relatos dos participantes, que buscavam, na discussão dos grupos focais, compreender os parâmetros envolvidos na prática da pesquisa. O conteúdo desta

categoria aponta que os participantes, em especial os de pós-graduação, percebem os limites éticos como subjetivos, dependendo da experiência, do contexto e da posição do pesquisador na academia. Nesse cenário, a definição do que é ético ou não em termos de práticas de pesquisa estaria ancorada na orientação recebida pelos pesquisadores juniores, sobretudo de seus orientadores. Essa confiança na orientação, embora compreensível diante da assimetria de experiência, pode tornar-se problemática na ausência de diretrizes institucionais claras e de discussões formais sobre ética no processo formativo (característica observada, conforme categoria 1).

Neste ponto, rememoram-se apontamentos da literatura de que o predomínio de decisões éticas tomadas de forma individualizada reforça a possibilidade de as PPQs serem normalizadas em determinados contextos acadêmicos (Byington & Felps, 2017; Latan et al., 2021). Ainda, é preciso considerar que o silêncio institucional unido à flexibilidade excessiva na interpretação de normas acentua esse problema (Linder & Farahbakhsh, 2020), como no caso de negociação de coautorias, podendo, estas últimas, serem realizadas apenas por conveniência (Rossoni, 2018). A discussão sobre a ambiguidade ética se insere no cenário amplo de pressões sistêmicas que atravessam o campo da Administração e que, conforme colocado por Bruton et al. (2020), criam esses incentivos para a adoção de PPQs.

Cabe o destaque de que, especialmente no Brasil, as exigências por publicações de alto impacto (Peruzzo, 2023), as métricas de produtividade centradas na quantidade de artigos publicados (Silva, 2019), além de colaborações instrumentais entre pares (Severiano Junior et al., 2021) compõem um contexto em que PPQs como a coautoria fantasma ou cerimonial (Rossoni, 2018) tornam-se cada vez mais frequentes. Logo, em vez de exceções, tais práticas podem acabar sendo interpretadas como estratégias legítimas de sobrevivência em um sistema que valoriza resultados quantitativos em detrimento de processos éticos que deveriam ser a base para sua sustentação.

Adicionado a isto, a percepção de participantes sobre a necessidade de mais entendimento dos limites éticos revela o que essa pesquisadora denomina como **zona de ambiguidade interpretativa**, na qual o julgamento do que é aceitável ou questionável se relaciona ao contexto, à experiência individual e à posição ocupada pelo pesquisador na academia. Tal relativização ética corrobora com a ideia de que as PPQs não envolveriam apenas e exclusivamente as condutas individuais, visto que são um fenômeno imerso em um sistema acadêmico permeado por incentivos “perversos” (Bouter, 2023) e variadas pressões estruturais em termos de publicação (O’Boyle et al., 2017; Bruton et al., 2020).

As diferenças entre os estágios da formação acadêmica (graduação, mestrado e doutorado) também se refletiram nas abordagens gerais sobre quais práticas podem ser consideradas questionáveis ou não. Enquanto alguns participantes relataram a importância de estabelecer parâmetros claros desde o início da pesquisa, outros destacaram que, em muitos casos, as situações exigem uma análise individualizada, dependendo da experiência e do envolvimento do pesquisador com a pesquisa – perspectiva adotada em especial entre os participantes egressos. O conteúdo da categoria também aponta à responsabilidade dos pesquisadores juniores em transmitir a seus futuros alunos as experiências vividas, ajudando a construir um ambiente acadêmico mais transparente, onde as dúvidas sobre qual prática é aceitável ou questionável possam ser discutidas de forma aberta, sem tabus.

Finalmente, a categoria 2 evidenciou que os parâmetros éticos da pesquisa, conforme percebido por estes pesquisadores juniores, são moldados pela experiência vivida, pelas orientações recebidas e pela cultura institucional em que estão inseridos. As decisões éticas seriam, então, tomadas em um campo tensionado entre o ideal normativo e as exigências pragmáticas da carreira acadêmica – discussão similar foi apresentada por Latan et al. (2021). Novamente, as interpretações postas corroboram com a ideia de que compreender e mitigar as PPQs envolveria, para além da responsabilização individual, a necessidade de mudanças estruturais nos modos de formação, avaliação e incentivo à pesquisa (Antonakis, 2017; Honig et al., 2018).

4.1.3 Uso de Inteligência Artificial

A categoria 3, intitulada **Uso de Inteligência Artificial (IA)**, englobou 16,9% dos STs do *corpus* textual. Seu conteúdo explora as preocupações dos participantes com o uso de ferramentas de IA, em especial o ChatGPT®, no contexto de pesquisa. Os participantes expressaram o receio de utilizar esta IA devido à dúvida sobre os limites de seu uso e os riscos da caracterização de plágio. Neste caso, a discussão foi além das PPQs, envolvendo a má conduta inclusive. Alguns relatos destacam o entendimento de que a utilização de IA para ajustar a formatação de textos, traduzir dados e/ou gerar gráficos é aceitável, porém os participantes se mostraram cuidadosos em relação a usar a IA para a criação do conteúdo intelectual textual. Houve certo nível de consenso de que se a IA for usada para auxiliar, sem comprometer a autoria do conteúdo, o uso seria tolerado. No entanto, quando utilizada para gerar o conteúdo principal de um trabalho, houve a tendência de tal ação ser entendida como

uma PPQ, que, no limite, poderia ser associada ao plágio – ideia com ampla representação dos participantes graduandos, conforme Tabela 14.

Tabela 14
Evidências empíricas da categoria 3

Uso da Inteligência Artificial	Score	Segmento de Texto	Detalhes
	207,44	É justamente esse o motivo pelo qual eu nunca nem abri a IA para usar no meu trabalho, porque fica essa dúvida: até que ponto pode usar?	Participante 2, sexo feminino, graduanda.
	181,25	Será que o ChatGPT® está pegando meu dado? Eu gosto do ChatGPT®, às vezes eu estou escrevendo um texto e eu preciso formatar ele de um jeito diferente, mas eu nunca usei para a pesquisa em si.	Participante 6, sexo feminino, graduanda.
	146,26	Só que nós temos que tomar muito cuidado com o limite que nós vamos usar. Eu não posso pegar o texto e colocar todinho para a IA fazer.	Participante 4, sexo feminino, graduanda.
	144,63	A IA que você usou não produz intelectualmente. Você só pede para ela fazer e ela faz, então é uma má conduta.	Participante 3, sexo masculino, graduando.
	138,91	Eu penso bastante nesse sentido de plágio. Existe aquela ferramenta que é para detectar uso de IA. Eu nunca escrevi com IA, mas eu coloco mesmo assim para ver se o meu jeito de escrever se parece de alguma maneira.	Participante 6, sexo feminino, graduanda.
	133,34	No uso de uma IA, se você for consciente e dependendo da circunstância, aquilo é uma boa prática, não chega a ser uma má conduta. Em outros casos, se você usar a IA para fazer sua produção intelectual, é uma má conduta.	Participante 3, sexo masculino, graduando.
	127,74	Não é necessariamente questionável você usar, por si só, qualquer IA, mas você tem que saber como utilizar aquela ferramenta.	Participante 5, sexo feminino, graduanda.
	126,98	Esse texto é público, só que não choca com o meu valor. Eu não estou fazendo uma PPQ ao usar o texto que eu produzi, por mim, para uma tese, para que ele seja adaptado para um artigo.	Participante 22, sexo feminino, egressa.
	126,85	Eu acho sim que a PPQ vem da circunstância, porque aqui nós estamos falando da Administração e quando você vai para outras áreas, você vê que eles fazem pesquisas de formas muito diferentes.	Participante 22, sexo feminino, egressa.
	126,09	Uma PPQ é uma PPQ, apesar das circunstâncias. Quando você entrega o trabalho as circunstâncias se anulam. O trabalho está entregue e se você usou algum método que depois pode ser questionado, as pessoas não vão olhar o motivo de ter usado.	Participante 6, sexo feminino, graduanda.

Fonte: elaborada pela autora.

Seguindo pela Tabela 14, é explícita a preocupação dos pesquisadores juniores, em especial os graduandos, com os limites do uso legítimo de IA no processo de pesquisa. O conteúdo desta categoria mostrou a falta de clareza desses participantes sobre a regulamentação do uso de IA em pesquisas, questão que gerou incerteza durante as discussões nos grupos focais. Houve, inclusive, a expressão de cautela envolvendo o temor de uma percepção negativa da comunidade acadêmica frente ao uso dessas ferramentas – mesmo se devidamente reportado. Nesse ponto, caracteriza-se o início de uma preocupação com alguns valores acadêmicos, como a originalidade da pesquisa e autoria. O debate sobre a ética do uso de

informações geradas por IA ocorreu, com o destaque que, embora a IA seja útil, seu uso deveria ser acompanhado de um rigoroso julgamento ético. Logo, os dados desta categoria mostram a tensão dos participantes em relação ao potencial inovador da IA e os riscos associados ao seu uso em pesquisas.

Sobre tais resultados, a emergência de tecnologias baseadas em IA, como o próprio ChatGPT®, impõe novas decisões éticas à prática científica, especialmente no que se refere às reflexões sobre autoria, originalidade e integridade da produção acadêmica. Conforme demonstrado nos relatos dos participantes, há uma zona cinzenta no entendimento dos limites éticos do uso da IA na pesquisa, o que remete diretamente ao conceito de PPQs, caracterizadas por sua ambiguidade em termos éticos (Butler et al., 2017; O’Boyle et al., 2017). A preocupação dos pesquisadores juniores em utilizar IA para produzir conteúdo textual ilustra a tensão já citada entre os valores de originalidade e autoria em relação à tentação de recorrer a ferramentas de IA para obter ganhos de produtividade.

Essa tensão pode ser analisada, inclusive, sob a ótica das éticas da convicção e da responsabilidade (Weber, 1998), haja vista que enquanto esta primeira poderia levar à rejeição do uso da IA na criação de conteúdo por esta poder potencialmente comprometer a autoria; já a segunda, poderia permitir seu uso sob justificativas de eficiência. No entanto, a falta de diretrizes claras sobre o uso ético da IA na pesquisa acaba criando uma espécie de vácuo normativo, gerando incertezas sobre quando o uso seria aceitável ou não. Ademais, o receio de que o uso de IA seja percebido como plágio reflete uma preocupação emergente com os riscos de violar normas tácitas da comunidade científica. Tal comportamento, ainda que motivado por prudência, revela a carência de uma formação ética robusta sobre as ferramentas que agora integram a rotina do trabalho acadêmico.

A discussão sobre o uso da IA ultrapassa as fronteiras das PPQs tradicionais e amplia a necessidade de revisitar os parâmetros que definem a integridade acadêmica na contemporaneidade. Tal cenário é especialmente delicado para pesquisadores juniores ainda em formação, cujas decisões são moldadas por relações assimétricas de poder, insegurança epistemológica e pela forte influência de pressões institucionais formais e informais (Horbach et al., 2020; Tang & Liu, 2012). Assim, a insegurança percebida em relação ao uso da IA explicita a emergência de elaboração de diretrizes formais, além de um processo formativo reflexivo conduzido de modo estruturado sobre os valores que sustentam (ou deveriam sustentar) o sistema acadêmico e a produção científica.

Por fim, nesta categoria foi possível perceber nuances de uma discussão sobre o entendimento de pesquisadores juniores acerca do impacto do contexto e das circunstâncias como justificativas ao uso (ou não) de PPQs. Ainda, estiveram associados ao conteúdo alguns relatos que apresentam nuances da relação entre valores individuais, aliados à convicção, para as interpretações sobre o fenômeno das PPQs de forma mais ampla. Uma explicação possível para que tais dados estejam associados à presente categoria é a de que o uso de uma IA, como o ChatGPT®, iniciaria um gatilho para reflexões sobre ética na pesquisa. Tal debate explicita tensões entre os valores individuais dos pesquisadores participantes da pesquisa e as pressões contextuais, conforme já discutido anteriormente.

Nesse sentido, um documento recente publicado pela CAPES apresenta um panorama abrangente sobre as potencialidades e os riscos do uso da IA na pesquisa e no fomento acadêmico, destacando que tais ferramentas, embora promovam ganhos de eficiência em etapas como revisão de literatura e análise de dados, também introduzem dilemas éticos relacionados à confiabilidade, à reprodutibilidade e ao risco de fraude científica (Brasil, 2025). A citação deste documento se torna particularmente relevante no contexto estudado, pois este revela como a IA pode tanto auxiliar o trabalho acadêmico. Nesse sentido, reforça a necessidade de que pesquisadores dominem a IA, porém que também desenvolvam uma postura reflexiva diante de seu uso. Aqui, percebe-se uma consonância com a ética da responsabilidade proposta por Weber, que exige ponderação quanto às consequências de suas escolhas.

Além disso, o documento explicita diretrizes internacionais que buscam orientar o uso ético da IA, como as iniciativas da UNESCO e da Comissão Europeia, que enfatizam transparência, inclusão e a centralidade da ação humana no processo científico (Brasil, 2025). Esses parâmetros dialogam com os desafios enfrentados pelos pesquisadores juniores sujeitos da presente pesquisa, especialmente em um contexto marcado por pressões produtivistas. Logo, diante da ausência de referenciais institucionais claros sobre o tema, documentos como este podem oferecer suporte à construção de julgamentos éticos mais consistentes, ajudando a mitigar a naturalização de condutas situadas na zona cinzenta das PPQs.

Por fim, ao propor que a incorporação da IA na pesquisa seja realizada de forma gradual, supervisionada e colaborativa entre diferentes atores do sistema acadêmico, o documento publicado pela CAPES também chama atenção para a dimensão coletiva da responsabilidade científica (Brasil, 2025). Essa perspectiva conecta-se diretamente aos resultados desta tese, ao demonstrar que a formação ética dos pesquisadores juniores considera as estruturas institucionais que orientam sua atuação. Portanto, interpreta-se que a inserção da IA de maneira

ética e responsável no trabalho científico demanda a superação de seu uso sem critérios, bem como a superação do medo paralisante, posicionando-a como ferramenta que potencializa a ciência sem fragilizar seus fundamentos.

4.1.4 Publicações Científicas

Na categoria 4, **Publicações Científicas**, foram classificados 11,9% dos STs. Seu conteúdo refletiu as dificuldades enfrentadas por pesquisadores juniores no processo de publicação de artigos científicos na área de Administração. Foi consenso que a pressão para publicar em periódicos de alto impacto, aliada às demais pressões institucionais, pode levar à adoção de PPQs, como a opção por submissão a revistas predatórias – envolvendo o pagamento por publicações – e a inclusão “forçada” de citações e coautores fantasmas, ou seja, sem contribuição real à pesquisa. Para os participantes, está posta uma dinâmica onde a obtenção de quantidade de publicações na área de Administração se sobrepõe à qualidade e à ética da pesquisa. Neste ponto, convém rememorar que tais pressões revelam sintomas de um sistema acadêmico composto por incentivos “perversos” (Bouter, 2023) que levam a numerosas consequências disfuncionais (Antonakis, 2017; Hall & Martin, 2019; Allum et al., 2023).

Existiram relatos de favorecimento a determinados grupos e barreiras implícitas à publicação em revistas internacionais de maior prestígio, incluindo viés geográfico e preferências editoriais. Assim, têm-se que as dificuldades enfrentadas por estes pesquisadores juniores se inserem em uma dinâmica de reprodução de privilégios, haja vista que há o favorecimento de pesquisadores com acesso a redes internacionais com prestígio acadêmico, marginalizando aqueles que atuam fora de tais centros de poder. Nesse contexto, a competição profunda por publicações pode comprometer a colaboração acadêmica genuína, conforme apontado por O’Boyle et al. (2017), criando um ambiente no qual PPQs se tornariam necessárias para a manutenção do *status*, enquanto pesquisador produtivo e relevante, no contexto acadêmico.

O conteúdo da categoria 4 aponta, também, a insatisfação dos participantes com o atual modelo de avaliação acadêmica, no qual métricas como Qualis, fator de impacto e quantidade de publicações se tornam determinantes. Tal insatisfação aliada à pressão para incluir coautores fantasmas e o contexto de rejeição de trabalhos, por vezes arbitrária, leva à percepção do sistema atual de publicação como um obstáculo que reforça desigualdades. Cabe pontuar que mestrandos e graduandos mencionaram as dificuldades supracitadas com menor frequência, ou

seja, entende-se que esses desafios se apresentaram e se intensificaram nos estágios mais avançados da carreira destes pesquisadores juniores. Logo, a percepção de doutorandos e egressos se destacaram nesta categoria. Os relatos desta categoria estão listados na Tabela 15.

Tabela 15
Evidências empíricas da categoria 4

Publicações Científicas	Score	Segmento de Texto	Detalhes
	607,09	Como a revista que eu estou tem Qualis baixo, o pessoal fica com preguiça e diz que não vai mandar mais o artigo para a revista. Porém, eu preciso publicar, porque é a exigência de que eu publique e eu não tenho grande submissão, porque o Qualis da revista não é bom.	Participante 21, sexo masculino, egresso.
	588,97	Você está com dificuldade de publicar nas revistas que ainda são conceituadas com Qualis alto e você precisa, como doutorando, publicar 1 ou 2 artigos ou ter minimamente aceito esses artigos antes da sua marcação de defesa. Isso pode levar alguns colegas a optarem por uma revista que vai ser paga.	Participante 18, sexo feminino, doutoranda.
	536,79	Quem quer pagar 10 mil reais para ter seu artigo publicado? Ninguém, mas, para cumprir um requisito do programa, pode ser que alguns busquem esse caminho para viabilizar as respectivas defesas. Por isso eu vejo como contextual a PPQ.	Participante 18, sexo feminino, doutoranda.
	513,28	Aconteceu numa edição de uma revista que publicou só 1 artigo, na edição inteira. Ou eu faço isso ou eu vejo o que dá para eu poder fechar os olhos, para poder publicar um pouco mais e conseguir aumentar a projeção da revista.	Participante 21, sexo masculino, egresso.
	504,49	Se você publica um artigo, seja numa revista boa ou numa revista ruim, o que vale é o que está lá. As pessoas não sabem o que você escondeu, as pessoas não sabem o que você tirou, não está claro.	Participante 23, sexo feminino, egressa.
	465,12	Eu já vivenciei isso aqui no Brasil, em que submeti um artigo para uma revista e me foi devolvido dizendo que eu não citei determinados autores. Quando nós fomos ver o editorial da revista, tinha esses autores lá.	Participante 25, sexo masculino, egresso.
	455,98	Eu tenho certeza de que o revisor leu 3 linhas, viu lá que era do Brasil e decidiu não publicar na revista de alto impacto. Nós temos esse desafio, de nós realmente termos que pensar na vanguarda.	Participante 27, sexo masculino, egresso.
	450,43	Nós estamos indo para esse caminho de valorização da qualidade do artigo, pois, com essa mudança do Qualis, não vai ter mais a avaliação da revista, vai ser a avaliação do artigo e do impacto do artigo.	Participante 23, sexo feminino, egressa.
	423,95	Às vezes o artigo tinha qualidade, mas no Brasil, se você quiser aprovar um artigo numa boa revista, se prepare para viver 1 ano no mínimo, a depender da revista, entre a primeira submissão e a publicação.	Participante 18, sexo feminino, doutoranda.
	399,96	Muitas vezes nós nem vamos para a revisão. O editor fala “tchau, vá para essa outra revista”. Eu tenho que escrever algo muito bom, algo novo, que vai agregar ao avanço da literatura, para conseguir ver se eu consigo uma publicação de alto impacto.	Participante 27, sexo masculino, egresso.

Fonte: elaborada pela autora.

Por fim, existiram relatos de estratégias para aumentar a projeção de revistas científicas com Qualis considerado baixo. Tais relatos envolvem o ato de “fechar os olhos” para conseguir publicar frente a pressão por crescimento da revista, discussão que corrobora com o que Honig et al. (2018) descrevem como o dilema social da “fetichização” do fator de impacto. A busca por melhorar a projeção de revistas, atendendo às pressões por produtividade, expõe como a

lógica gerencialista que invadiu o mundo acadêmico (Alcadipani, 2011a) pode fomentar a adoção de PPQs (Byington & Felps, 2017). Embora periódicos de alto impacto possuam diretrizes formais contra fabricação, falsificação e plágio, PPQs mais sutis permaneceram à margem das discussões editoriais no campo da Administração (Banks et al., 2016). Assim sendo, mesmo pesquisadores que buscam “fazer boa ciência” (Antonakis, 2017) acabam se vendo compelidos a negociar com estruturas que premiam quantidade em detrimento da qualidade, podendo, paradoxalmente, comprometer a legitimidade deste mesmo sistema de produção científica (Honig et al., 2018).

4.1.5 Julgamento sobre PPQs

A categoria 5, **Julgamento sobre PPQs**, reuniu 15,6% dos STs do *corpus* textual. Seu conteúdo aborda o julgamento de PPQs, especialmente a exclusão de casos negativos e a modificação de resultados para atender expectativas de revisores. As justificativas mais comentadas para o uso de PPQs residiu na pressão por publicações de alto nível, no receio de rejeição por parte de revisores e editores de revistas científicas e na influência de orientadores e revisores que sugerem “ajustes” para garantir maior aceitação da pesquisa, em concordância com o que já é destacado na literatura (Banks et al., 2016; Bouter, 2023; O’Boyle et al., 2017; Linder & Farahbakhsh, 2020; Latan et al., 2021; Gopalakrishna et al., 2022). Os STs mais representativos desta categoria indicam que PPQs tais quais o arredondamento do *p*-valor, o relato seletivo ou omissão de casos negativos e o HARKing são vistas pelos participantes como comportamentos comuns na área de Administração.

Por um lado, houve o entendimento de que os “ajustes” são necessários e fazem parte do processo de pesquisa, envolvendo o jogo acadêmico em busca da publicação. Por outro lado, houve o entendimento de que esses “ajustes” possuem o potencial de comprometer a integridade científica. Tal dualidade reforça o argumento de Bouter (2023), segundo o qual fazer o que é metodologicamente correto e ético nem sempre é recompensado no sistema acadêmico. Assim, práticas que comprometem os achados da pesquisa podem ser compreendidas como estratégias adaptativas diante de um sistema que valoriza mais o *output* mensurável – a publicação – do que a qualidade do processo científico conduzido (Butler et al., 2017; Byington & Felps, 2017). Novamente, como reforçam O’Boyle et al. (2017), a causa das PPQs não se restringiria, então, apenas ao comportamento de indivíduos, pois também

engloba as estruturas institucionais que moldam os incentivos à atuação dos pesquisadores. Os 10 principais STs associados à categoria 5 podem ser visualizados na Tabela 16.

Tabela 16
Evidências empíricas da categoria 5

Julgamento sobre PPQs	Score	Segmento de Texto	Detalhes
	216,04	Não que seja ruim, particularmente, mas tem gente que realmente enxerga como ruim e, para não apresentar isso, quer apresentar só resultado bonito, maravilhoso e se não deu tudo certo, então omite os casos negativos.	Participante 21, sexo masculino, egresso.
	207,49	“Eu arredondei o p-valor porque eu aprendi que na escola que arredonda para baixo, não quis enviesar, não deve fazer diferença o arredondamento”, mas quando faz algo para dar uma forçada numa hipótese ou para validar na literatura, é PPQ.	Participante 27, sexo masculino, egresso.
	207,22	Se você faz aquilo com a intenção de manipular os dados ou de certa forma omitir, esconder, é má conduta. Se você fez um arredondamento, você manipulou o dado que estava lá.	Participante 3, sexo masculino, graduando.
	196,90	No que diz respeito a omitir casos negativos, eu não considero isso uma PPQ. Eu considero isso, na verdade, um erro da pesquisa, porque quando você encontra os casos que vão contra a teoria, é um achado de pesquisa.	Participante 25, sexo masculino, egresso.
	188,76	Mexer no resultado do p-valor, tirar uma hipótese que você acha que não pegou ou o resultado que deu diferente da parte teórica que você trouxe até ali, entram como PPQ.	Participante 23, sexo feminino, egressa.
	181,42	Quando nós falamos em omitir casos negativos, nós temos que pensar nos próprios erros que nós enquanto pesquisadores, que podemos cometer ao longo desse caminho. Como trabalhar com isso? Como trabalhar com as nossas limitações enquanto pesquisadores?	Participante 9, sexo feminino, mestranda.
	173,20	Eu não consigo enxergar isso como algo errado na pesquisa. Se eu planejei e não deu certo, vou voltar no meu planejamento. Ajusto de novo. Voltar e fazer esse ajuste eu não vejo como ruim.	Participante 21, sexo masculino, egresso.
	170,88	O pesquisador omite por causa disso, mas se ele sustenta bem, dá realmente chance de ser bem citado e comentado, e fala “eu achei esse resultado diferente, a explicação é essa” ou então “eu não tenho explicação, mas o meu resultado foi esse”.	Participante 10, sexo masculino, mestrando.
	156,41	Eu aprendi que resultado é resultado. Por que você está falando que é ruim? É até irônico achar que omitir casos negativos aumentaria as chances de aceitação da pesquisa, já que você não está falando o mesmo que todo mundo.	Participante 10, sexo masculino, mestrando.
	148,63	Eu cheguei numa conclusão diferente e eu não coloquei na parte de hipótese, eu coloquei na parte de resultado que encontrei outro resultado. Essa é a maneira certa de fazer, porque você descobrir as coisas durante a sua pesquisa também faz parte da pesquisa.	Participante 3, sexo masculino, graduando.

Fonte: elaborada pela autora.

Nesse contexto, o conteúdo da categoria 5 revela que a maturidade acadêmica e a experiência parecem desempenhar um papel relevante no julgamento sobre o uso de PPQs, pois egressos e doutorandos demonstraram mais consciência ética sobre, por exemplo, o impacto da omissão de resultados negativos na construção do conhecimento. Ademais, a análise dos STs relacionados à classe tornou explícita as diferentes percepções de graduandos, mestrandos, doutorandos e egressos sobre o uso de PPQs. Há quem entenda as PPQs como má conduta

deliberada (graduandos) e há quem as entenda como erros metodológicos ou reflexos da in experiência do pesquisador em formação (egressos).

Uma interpretação possível para essa oscilação nos julgamentos conforme o nível de formação envolve a socialização acadêmica, conteúdo discutido na categoria 1, e sua influência na percepção sobre o que é ou não aceitável na pesquisa. Sugere-se que o amadurecimento acadêmico, viria acompanhado de maior tolerância às PPQs a depender da circunstância, o que pode relacionar-se à convivência prolongada com incentivos contraditórios propagados na área de Administração. Isso se conecta, ainda, com o argumento posto por Bruton et al. (2020), que atribuem aos próprios periódicos e revisores parte da responsabilidade pela perpetuação das PPQs, ao não reformarem práticas que desincentivam a transparência. Logo, os “ajustes” sugeridos podem ser entendidos como mecanismos de reprodução de um sistema que premia o desempenho mensurável.

Assim, a presente categoria apresenta a ambiguidade envolvida nas justificativas ao uso de PPQs. Tais práticas são, ao mesmo tempo, reconhecidas como problemáticas e, a depender das circunstâncias, naturalizadas como estratégias de sobrevivência no jogo acadêmico. Esse contexto remete à contribuição de Peruzzo (2023) sobre a “cultura do artiguismo”, em que a valorização da produtividade fomenta distorções na academia. Ademais, Severiano Junior et al. (2021) evidenciam como as redes de influência podem levar à conformidade com padrões sistêmicos de alta produtividade.

Finalmente, cabe considerar nesta discussão as políticas de avaliação da pós-graduação no Brasil, conduzidas pela CAPES, sendo uma de suas consequências a instrumentalização de disciplinas, que deveriam ter o foco em ensino, porém tornam-se espaços de produção focados em pesquisa, contribuindo para a criação de um “subsistema de linha de montagem” de artigos em detrimento da função primária de ensino da pós-graduação (Bispo e Costa, 2016). Todas essas interpretações compõem uma tentativa de destacar um dos prováveis motivos de o julgamento das PPQs oscilar entre a crítica e a aceitação, a depender das circunstâncias postas em relação ao ambiente acadêmico nas vinhetas apresentadas aos grupos focais.

4.1.6 Transparência

A categoria **Transparência**, de número 6, englobou 17,3% dos STs analisados e agrupou o conteúdo sobre a importância da transparência na condução da pesquisa. Os relatos que motivaram as descrições que serão postas na sequência, bem como seus respectivos *scores* associados estão ilustrados na Tabela 17.

Tabela 17
Evidências empíricas da categoria 6

Transparência	Score	Segmento de Texto	Detalhes
	218,27	Para deixar a pesquisa aceitável, o pesquisador omite. Realmente, é uma PPQ e vai muito mais para o lado de má conduta, porque na ciência você tem que ser claro e tentar explicar os fenômenos cotidianos da vida como eles são.	Participante 11, sexo masculino, mestrando.
	202,44	A partir do momento que você fala o que aconteceu, a motivação de estar direcionando aquele raciocínio para outro lugar, só deixando claro para o leitor a verdade dos fatos, você não está manipulando uma informação para o seu próprio benefício.	Participante 2, sexo feminino, graduanda.
	181,66	Nós temos essa responsabilidade de entender sobre PPQ e limites éticos, como que isso acontece. Um exemplo claro disso é que a academia está tendo incansavelmente em eventos científicos palestras sobre utilização de IA em pesquisas.	Participante 15, sexo masculino, doutorando.
	176,86	Para definir o limite, entra o compromisso ético, a transparência. Nessa transparência entram também as limitações. Ser claro e ser honesto em trazer quais foram as suas limitações e em que medida a sua pesquisa não responde o que ela, teoricamente, precisava responder.	Participante 11, sexo masculino, mestrando.
	176,03	Quanto mais fidedigno você é, quanto mais relatar, mais distante dessa linha limite do questionável das PPQs. Você fica num lugar mais seguro em relação a esse limite.	Participante 8, sexo feminino, mestranda.
	168,65	A transparência é importante. Você precisa deixar claro não só nessa questão do arredondamento, mas tudo que você tenha mudado no meio da pesquisa ou outras questões que nós comentamos aqui.	Participante 2, sexo feminino, graduanda.
	168,03	Mas o que define esses limites? Eu queria ainda voltar num ponto, porque ficou claro que a intenção também pode estar relacionada com essa pergunta de como definir os limites éticos. Será que a intenção é um dos pontos?	Participante 27, sexo masculino, egresso.
	167,35	Se eu estou liderando, eu dito as normas e deixo claro aquilo que eu penso e pretendo atingir com aquele artigo. Se eu já cheguei depois de uma pesquisa começar, estou contribuindo, agregando, revisando, eu falo menos e ouço mais.	Participante 26, sexo masculino, egresso.
	160,16	O pesquisador tem que estar seguro de uma decisão e tomar uma decisão balizada naquilo que seria aceito pelos pesquisadores que constituem aquele campo de conhecimento. O que eu faria se as normas não estivessem claras? Eu diria que eu faria como a maioria, porém aquela maioria qualificada.	Participante 13, sexo masculino, doutorando.
	159,83	É um pesquisador que tem mais experiência que eu, tem um cargo de maior, poder nessa relação, que está me dizendo para fazer ou não. Quando as normas ficam claras, evita esse tipo de situação arbitrária.	Participante 2, sexo feminino, graduanda.

Fonte: elaborada pela autora.

Nesta categoria, foi destacada a necessidade de explicitar todos os procedimentos adotados na pesquisa, evitando PPQs que possam comprometer a integridade do processo científico. Logo, a transparência emergiu, aqui, como o critério chave para diferenciar uma boa prática de uma PPQ. Além disso, a clareza nas normas de pesquisa foi apontada como essencial para que pesquisadores, especialmente os juniores, consigam tomar decisões alinhadas com padrões éticos aceitos pela comunidade acadêmica.

O conteúdo desta categoria revela, ainda, que na ausência de diretrizes explícitas, os participantes recorrem à prática da maioria ou ao julgamento de seus orientadores para definir suas condutas. No entanto, interpreta-se que essa abordagem pode resultar em ambiguidades e situações limítrofes, como a zona cinzenta das PPQs. Nesta categoria, emerge novamente a reflexão sobre limites éticos – abordada no conteúdo da categoria 2 – também diante do avanço da IA. Essa lacuna ética evidencia, novamente, a possível consequência da confusão entre o foco em ensino *versus* pesquisa nos programas de pós-graduação, conforme colocado por Bispo (2020), onde o espaço que deveria ser destinado ao ensino dos acadêmicos, em termos também de ética, cede lugar à lógica produtivista de pesquisa.

Logo, a transparência e a definição de normas específicas em relação às PPQs surgem como os principais pilares para garantir a integridade da pesquisa, na percepção dos participantes desta pesquisa. O debate sobre a transparência torna-se ainda mais complexo com a introdução de novas tecnologias, como a IA, cujo uso ético demanda diretrizes claras. Dessa forma, são reforçadas as posições de Antonakis (2017) e Aguinis et al. (2020), de que a promoção de uma ciência confiável exige práticas sistemáticas de transparência como principal eixo estruturante da atuação científica.

4.1.7 Tomada de Decisão e Caminhos Metodológicos

A categoria intitulada **Tomada de Decisão e Caminhos Metodológicos**, de número 7, representa 12,7% dos STs analisados e aborda as decisões metodológicas que os pesquisadores tomam ao longo do processo de pesquisa. Seu conteúdo revelou a preocupação com a flexibilidade e a autonomia no delineamento metodológico da pesquisa, destacando que, por vezes, os pesquisadores precisam construir seus próprios percursos para se adaptar às exigências (especialmente para a pesquisa qualitativa). Porém, a possibilidade de liberdade metodológica também gerou questionamentos sobre a transparência dos processos adotados na pesquisa e a forma como os resultados são apresentados. A relação entre a estrutura do trabalho

acadêmico e as escolhas dos pesquisadores aparece de forma recorrente, enfatizando o impacto da pesquisa na sociedade e as pressões institucionais que moldam as práticas científicas. A Tabela 18 agrega os 10 principais STs associados à classe, com a informação de seus respectivos *scores*, bem como detalhamento sobre os participantes que fizeram os relatos.

Tabela 18
Evidências empíricas da categoria 7

Tomada de Decisão e Caminhos Metodológicos	Score	Segmento de Texto	Detalhes
	410,77	Nós seguimos esses padrões, mas nós também construímos nossos próprios caminhos. Quando nós estamos realizando uma pesquisa qualitativa, especialmente porque se nós considerarmos alguns métodos de análise como análise do discurso e análise de conteúdo, nós não temos muito protocolo a ser seguido, direcionado pelos próprios autores.	Participante 24, sexo feminino, egressa.
	306,72	Da maneira como teve problemas na apresentação dos resultados dessa pesquisa ou na apresentação dos métodos ou na apresentação dos procedimentos, o limite está no caminho de todas as decisões que você precisa tomar.	Participante 8, sexo feminino, mestranda.
	280,09	Está naquela zona cinzenta questionável ou até de má conduta, porque existe um método em como se construiu um projeto de pesquisa, em como se realizar uma pesquisa e essa situação está fora do que é esse roteiro desse método.	Participante 12, sexo feminino, doutoranda.
	277,73	Nós nos apropriamos de conceitos, de categorias que esses autores utilizam, para nós construirmos o nosso próprio caminho de análise na pesquisa qualitativa. Deixar isso claro para o leitor é importantíssimo dentro de uma pesquisa qualitativa para ela não ser uma PPQ.	Participante 24, sexo feminino, egressa.
	272,21	Eu gostaria que fosse útil, que os resultados fossem úteis para essas organizações, mas isso está fora da minha responsabilidade. É preciso ter um cuidado nessa relação que nós construímos durante a pesquisa e que depois continua, porque o resultado fica.	Participante 12, sexo feminino, doutoranda.
	271,72	A ética pode perpassar pelo limite de nós termos normas, nós termos regulamentos a serem observados e seguidos. O que eu optei por considerar e tomar como método no meu no caminho de decisões de pesquisa foi o conhecimento do meu orientador.	Participante 9, sexo feminino, mestranda.
	270,23	Talvez fosse bom acrescentar que durante o processo de pesquisa foi identificado determinado resultado. Isso deixa mais transparente, mas a minha concepção é de que o que se realiza hoje, o que se faz hoje, são PPQs que foram construídas a partir de exigências da bolha que nós vivemos.	Participante 20, sexo masculino, doutorando.
	266,90	“No momento dos resultados foi verificada a necessidade de buscar mais dados por esse motivo ou outro”. A seção de métodos serve, também, para justificar os caminhos que você escolheu.	Participante 25, sexo masculino, egresso.
	240,89	PPQ é mais nesse sentido de não relatar, de não transparecer isso no documento, do que efetivamente não realizar novas hipóteses, não construir uma nova teoria, não passar por esse método que é mais indutivo do que dedutivo.	Participante 17, sexo feminino, doutoranda.
	227,51	Você pode ir por um caminho de manipulação e ocultação de informações do processo que você sabe que não fortalecem a sua pesquisa ou você pode ir por um caminho de transferência e justificar suas decisões, apresentar os resultados amparados na literatura.	Participante 12, sexo feminino, doutoranda.

Fonte: elaborada pela autora.

O conteúdo desta categoria reflete, em especial, as tensões entre a necessidade de rigor metodológico e as PPQs, pois a tomada de decisão sobre análise de dados e apresentação de resultados pode envolver decisões éticas importantes frente a influência das expectativas acadêmicas na condução das pesquisas. Nessa discussão, o uso do método indutivo e qualitativo aparece como discussão central, demonstrando que, enquanto a flexibilidade permite investigações mais abertas e adaptáveis, pode também abrir margem para ambiguidades, sobretudo no contexto da cultura *publish or perish* (Sguissardi, 2010; Alcadipani, 2011b).

Nesse cenário, as decisões sobre análise e apresentação de dados são marcadas pelas pressões institucionais por publicações de alto impacto (Peruzzo, 2023; Imasato et al., 2017), pelas expectativas editoriais e pela própria estrutura de incentivo da pós-graduação (Bispo & Costa, 2016; Magnin et al., 2020). Interpreta-se, portanto, que a tomada de decisão metodológica não é neutra, pois acontece no limite entre a integridade científica e a conveniência, estando imersa em um sistema acadêmico que recompensa produtividade, muitas vezes em detrimento de qualidade (Bruton et al., 2020; Bouter, 2023).

Finalmente, existiram distintas posturas dos grupos frente às discussões metodológicas em pesquisas: graduandos e mestrandos demonstraram certa insegurança na definição de métodos e análise de resultados; mestrandos demonstram a busca por autonomia, mas ainda seguindo referências acadêmicas rigidamente; doutorandos aparentaram ter maior clareza sobre as exigências acadêmicas, enfatizando a necessidade de rigor metodológico; e egressos apresentaram uma visão mais reflexiva, avaliando o impacto da pesquisa na academia e no mercado. A insegurança metodológica relatada por graduandos e mestrandos, tal qual a busca por rigor e reflexão ética entre doutorandos e egressos, reforçam que a clareza dos critérios para a tomada de decisão e, sobretudo, a transparência nos relatos, seriam as questões principais para a qualidade da produção científica (Aguinis et al., 2018; Bergh et al., 2017).

4.2 Síntese da categorização

A Tabela 19, apresentada na sequência, foi elaborada com o intuito de facilitar a visualização e agregar uma síntese das principais informações presentes no conteúdo das 7 categorias de conteúdo descritas e discutidas neste trabalho. Estas categorias refletiram distintas dimensões da experiência dos pesquisadores juniores participantes da pesquisa frente ao fenômeno das PPQs, englobando aspectos relacionados à socialização acadêmica, questões

metodológicas e reflexões éticas do processo de pesquisa. Para cada categoria, são informadas na tabela síntese algumas informações específicas, a saber: o nome elaborado para a categoria, o seu conteúdo principal, os participantes em destaque responsáveis pelos relatos em termos de STs associados à categoria e as interpretações centrais colocadas na discussão.

Tabela 19
Síntese da categorização

Nº	Categoria	Conteúdo Principal	Participantes em Destaque	Interpretações Centrais
1	Dinâmicas de Formação e Interação	Aprendizagem de normas, valores e práticas durante a formação.	Mestrandos e Doutorandos	A socialização molda percepções éticas e favorece a naturalização de PPQs; orientadores e pares influenciam condutas; a adaptação ao sistema pode implicar flexibilização ética.
2	Limites Éticos	Decisões éticas na condução da pesquisa e pressão por resultados.	Doutorandos	Ambiguidades entre certo/errado revelam zonas cinzentas; PPQs são, por vezes, relativizadas conforme as circunstâncias; o contexto institucional contribui para deslocar a ética do centro da prática científica.
3	Uso de Inteligência Artificial	Percepções sobre o uso ético da IA na pesquisa científica.	Graduandos	IA é vista como recurso de produtividade, mas há incerteza sobre limites éticos; ausência de diretrizes fomenta dúvidas e decisões situacionais; transparência e intenção do uso são apontadas como critérios éticos centrais; socialização e experiência influenciam julgamento.
4	Publicações Científicas	Estratégias e dificuldades e na publicação de artigos científicos.	Doutorandos e Egressos	Pressões por produtividade estimulam práticas como coautorias cerimoniais e submissões predatórias; lógica do produtivismo impacta negativamente a qualidade e a ética da produção científica; redes de prestígio influenciam o acesso à publicação.
5	Julgamento sobre PPQs	Percepções e justificativas sobre o uso de PPQs.	Todos os níveis (com contrastes marcantes)	Graduandos tendem a julgar PPQs como má conduta deliberada, enquanto egressos enxergam como reflexo de inexperiência ou do sistema; maturidade acadêmica pode trazer maior tolerância situacional; o julgamento ético é moldado pela convivência com práticas institucionais contraditórias.
6	Transparência	Importância da clareza metodológica na pesquisa.	Doutorandos e Egressos	Transparência é vista como critério-chave para diferenciar boas práticas de PPQs; ausência de normas claras leva à dependência do julgamento de orientadores; uso da IA acentua a necessidade de diretrizes éticas explícitas; a lógica produtivista compromete o espaço formativo da pós-graduação.
7	Tomada de Decisão e Caminhos Metodológicos	Decisões metodológicas e sua relação com ética e contexto institucional.	Graduandos (insegurança); Egressos (reflexividade)	Escolhas metodológicas ocorrem sob pressões institucionais; flexibilidade na pesquisa qualitativa pode gerar ambiguidade ética; clareza e transparência nos critérios de decisão são essenciais para garantir integridade científica; a formação influencia a capacidade de julgamento e autonomia.

Fonte: elaborada pela autora.

As categorias listadas na Tabela 19 englobam desde processos formativos e de socialização acadêmica a questões diretamente relacionadas ao julgamento ético e à tomada de decisão diante das PPQs. A diversidade entre os perfis analisados (graduandos, mestrandos, doutorandos e egressos) enseja o contraste entre níveis de formação e a compreensão sobre os modos como os indivíduos lidam e/ou justificam e/ou criticam as decisões éticas no contexto das PPQs. Assim, essa tabela síntese facilita a consolidação dos achados empíricos, permitindo visualizar de forma integrada os diferentes temas que sustentaram a discussão destes resultados.

4.3 Dados documentais

Esta subseção apresenta a análise de documentos institucionais provenientes de três esferas: o ADM/UnB, o PPGA/UnB e a ANPAD. O intuito foi identificar se e como as temáticas de ética na pesquisa e PPQs são tratados nesses materiais, considerando sua presença (explícita ou implícita), abrangência e inserção nos processos formativos. A exposição dos resultados está organizada em três etapas: inicialmente, são apresentados os documentos da graduação, em seguida os da pós-graduação e, por fim, os materiais produzidos pela ANPAD. Após a descrição dos conjuntos de documentos (como listados na Tabela 3), são discutidas as articulações entre esses documentos e as categorias já descritas a partir dos relatos dos participantes da pesquisa, visando compreender em que medida tais referências institucionais contribuem para a consolidação de uma cultura formativa voltada à integridade.

4.3.1 Documentos do ADM/UnB

O documento intitulado “Guia para alunos em PPA e ETC: dúvidas frequentes”, do ADM/UnB, apresenta orientações institucionais voltadas estudantes do curso de graduação em Administração. Seu conteúdo abrange informações gerais sobre o processo de elaboração do trabalho final do curso, realizando o alinhamento de expectativas entre o que é esperado do aluno e o que o aluno deve esperar de seu orientador, de sua banca e do departamento. São explicitamente mencionadas regras de formatação e a responsabilidade única do aluno para com o trabalho. A análise mostrou que este documento tem caráter informativo, visando guiar os discentes no fim de sua trajetória acadêmica de graduação. Porém, a estrutura do documento possui uma lacuna no que se refere às orientações éticas. Além disso, não são realizadas menções diretas às PPQs ou a qualquer diretriz nesse sentido.

A Resolução nº 02/2019, do curso de graduação em Administração da UnB, dispõe sobre a regulamentação das etapas de elaboração do trabalho de conclusão de curso, denominadas Projeto de Pesquisa em Administração e Elaboração do Trabalho de Curso. O documento estabelece diretrizes para a organização, acompanhamento e avaliação dessas duas fases, definindo objetivos, critérios de matrícula, carga horária, atribuições dos docentes orientadores e requisitos para a apresentação e entrega dos trabalhos finais. A resolução detalha, ainda, os procedimentos para composição das bancas avaliadoras, critérios de aprovação, bem como prazos e formatos exigidos. Porém, o documento não apresenta menções explícitas às PPQs, tampouco inclui diretrizes ou orientações formais sobre integridade na pesquisa para serem consideradas durante o período de desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

O documento “Orientações, dicas e regulamentos sobre o PPA e ETC (slides)” reúne os slides de um encontro institucional com estudantes da graduação em Administração da UnB, com orientações sobre as etapas do Projeto de Pesquisa em Administração e da Elaboração do Trabalho de Curso. Além de apresentar informações sobre estrutura do trabalho, orientações para buscas em bases de dados, orientações dos serviços da biblioteca da universidade e indicação de *software* de gerenciamento de referências, o material aborda diretamente questões éticas, com destaque para a reflexão sobre plágio, o uso responsável de fontes, a possibilidade de submissão a Comitê de Ética em Pesquisa em casos aplicáveis e uma breve introdução à Ciência Aberta, incentivando a transparência. Embora não mencione explicitamente as PPQs, o conteúdo do documento aborda princípios que dialogam com a prevenção dessas práticas.

O documento denominado “Plano de ensino da disciplina Metodologia Científica Aplicada (graduação)” apresenta o plano de ensino desta disciplina conforme ofertada no 2º semestre de 2024 na graduação em Administração da UnB. Seu conteúdo contempla a introdução à atividade científica, abordando métodos e técnicas de pesquisa, além de noções de escrita científica, referências, etapas do processo investigativo e escolhas metodológicas. Destaca-se a inclusão explícita de tópicos como ética em pesquisa, má conduta científica e boas práticas de pesquisa no conteúdo programático. Ademais, a bibliografia recomendada inclui um documento do CNPq sobre ética e integridade. O documento, portanto, menciona e trabalha diretamente temas associados às PPQs, mesmo que este termo específico não seja mencionado.

Assim sendo, a análise dos documentos específicos voltados à graduação em Administração da UnB revela uma abordagem limitada sobre ética na pesquisa e PPQs. O Guia para alunos em PPA e ETC e a Resolução n. 02/2019 têm um foco de organização de informações e não tratam diretamente do tema. No entanto, os slides institucionais e o plano

de ensino da disciplina Metodologia Científica Aplicada abordam temas como plágio, uso ético de fontes, submissão ao comitê de ética e boas práticas de pesquisa. Apesar da ausência do termo PPQs, esses dois últimos documentos promovem princípios alinhados à prevenção dessas práticas, indicando avanços pontuais, porém ainda não sistematizados na formação ética dos discentes de graduação.

Por fim, cumpre ressaltar que é preciso analisar essa questão com parcimônia, pois o recorte dos documentos de graduação analisados foi transversal, e, por certo, não envolve demais iniciativas não documentadas que podem ter sido realizadas pelo departamento recentemente e que tenham contribuído para a formação dos discentes em relação às PPQs e seus temas relacionados, como a necessidade de transparência e integridade na pesquisa. Em específico, o ADM/UnB conta com ampla gama de projetos de extensão, envolvendo, inclusive, um *podcast* em que convidados discutem temáticas gerais de interesse dos graduandos e que possui em seu histórico uma discussão que aborda a temática das PPQs.

4.3.2 Documentos do PPGA/UnB

O Regulamento PPGA/UnB, documento revisado em 2022, apresenta diretrizes administrativas e acadêmicas que, basicamente, orientam o funcionamento do programa. O documento não faz menção explícita às PPQs e nem desenvolve discussões sistemáticas sobre ética em pesquisa. Seu conteúdo é centrado na estrutura curricular, nos critérios de avaliação e progressão discente nos cursos, nas atribuições de docentes e discentes, e nos processos administrativos de qualificação e defesa de dissertações e teses. Assim, o regulamento limita-se aos aspectos operacionais e legais exigidos pelas instâncias reguladoras, não havendo menções que remetam diretamente à institucionalização de uma cultura formativa voltada à ética na pesquisa para além da obrigatoriedade em cursar a disciplina Metodologia de Pesquisa.

Por sua vez, a Resolução nº 01/2023 do PPGA/UnB estabelece os critérios para a definição do estrato superior de periódicos científicos, utilizados na avaliação da produção científica de discentes e de avaliadores externos. O documento determina que são considerados de estrato superior os periódicos com classificação A4 ou superior no Qualis, ou que atendam a métricas específicas de fator de impacto. Essas diretrizes impactam processos de mestrado e doutorado, seus exames de qualificação e defesas de dissertações e teses. Embora o texto se concentre na valoração técnica das publicações, não apresenta menção explícita a princípios éticos na pesquisa, tampouco a PPQs.

Já a Resolução do PPGA/UnB nº 05/2022, que dispõe sobre a concessão e manutenção de bolsas de estudo para os cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, estabelece critérios para o processo seletivo de bolsistas e parâmetros de avaliação de seus desempenhos. Destaca a importância da dedicação exclusiva, a obrigatoriedade de estágio em docência e a avaliação semestral baseada em uma tabela de pontuação por atividades. Contudo, não apresenta menções explícitas a PPQs ou a diretrizes éticas relacionadas à produção científica. Ainda que o desempenho acadêmico seja avaliado por meio de indicadores como publicações e participação em projetos, não há referência a princípios éticos de integridade na pesquisa ou critérios para coibir quaisquer comportamentos questionáveis. Dessa forma, a resolução mantém seu foco na regulação da produtividade e do cumprimento de metas acadêmicas.

A Resolução do PPGA/UnB nº 05/2015, que regulamenta o exame em conteúdos específicos (ensaio teórico) como etapa do processo de qualificação do curso de doutorado em Administração, apresenta orientações de conteúdo e formatação para discentes. Informa, ainda, sobre os processos operacionais necessários para o cumprimento do exame, assim como dispõe sobre o formato da avaliação em um parecer de professores selecionados conforme critérios estabelecidos pelo programa. O documento possui caráter unicamente instrucional e não aborda a temática das PPQs ou da ética em pesquisa.

Seguindo com o documento intitulado “Plano de ensino da disciplina Metodologia Científica (pós-graduação acadêmica)”, têm-se a apresentação de uma estrutura detalhada e minuciosa voltada à construção de projetos de pesquisa, com ênfase na delimitação do objeto, fundamentação teórica, estratégias metodológicas e coerência interna da pesquisa. Embora não haja menções explícitas às PPQs ou a discussões sobre ética em pesquisa, é razoável inferir que o conteúdo proposto e a natureza da disciplina oferecem espaço para discussões que, certamente, podem abordar essas temáticas, sobretudo ao tratar das justificativas metodológicas e da relação entre teoria, método e objeto de investigação.

Por fim, documento intitulado “Plano de ensino da disciplina Metodologia Científica (pós-graduação profissional)” também apresenta uma estrutura detalhada voltada à construção de projetos científicos, com atenção à definição de objetivos, fundamentos epistemológicos, escolhas metodológicas e estratégias de pesquisa. Ainda que não traga menções explícitas às PPQs ou à ética na produção científica, trata-se de uma proposta didático-pedagógica consistente, que, por sua natureza, possibilita a abordagem indireta desses temas nas discussões em sala de aula, especialmente ao tratar de fundamentos epistemológicos, coerência metodológica e justificativas de escolha de métodos.

A análise dos documentos institucionais do PPGA/UnB revela que, embora existam dispositivos normativos e propostas didático-pedagógicas que contribuem para a formação acadêmica e científica de pesquisadores juniores discentes do programa, as referências explícitas às PPQs e à ética na produção científica são pontuais. Planos de ensino da disciplina de Metodologia Científica, por exemplo, demonstram consistência teórico-metodológica e oferecem espaço para discussões que podem abarcar questões éticas relevantes. No entanto, documentos regulatórios voltados à avaliação da produção acadêmica, à concessão de bolsas ou ao regulamento do programa priorizam aspectos operacionais e de desempenho, sem incorporar de forma sistemática diretrizes que favoreçam uma cultura institucional orientada à propagação formal da integridade na pesquisa.

4.3.3 Documentos da ANPAD

De início, o documento “Boas Práticas Científicas na Produção de Artigos para os Encontros da ANPAD”, elaborado pela própria ANPAD, apresenta diretrizes para autores, avaliadores e editores com o objetivo de promover a integridade científica, o que, indiretamente, auxilia na mitigação de PPQs. O documento aborda, explicitamente, diferentes tipos de PPQs, a saber: manipulação indevida de dados, omissão de informações relevantes e atribuição inadequada de autoria. Além disso, discute a má conduta científica, como plágio, autoplágio e fragmentação de resultados (*salami slicing*). Ainda, coloca orientações sobre a transparência metodológica, a coesão entre objetivos, métodos e conclusões, e o respeito à originalidade e autoria, destacando o papel da comunidade acadêmica na promoção de uma cultura de responsabilidade. Logo, se configura como uma referência ética importante no campo da Administração, contribuindo diretamente à identificação e mitigação de PPQs.

O documento intitulado “Código de Ética da ANPAD”, atualizado em 2020, estabelece um conjunto de princípios e diretrizes voltados à promoção da cultura ética no âmbito da pós-graduação e da pesquisa em Administração no Brasil. Estruturado a partir de fundamentos como a dignidade do ofício acadêmico, a honestidade intelectual, o respeito aos participantes de pesquisas empíricas, o pluralismo teórico-metodológico e a responsabilidade coletiva, o documento visa orientar práticas éticas entre seus associados. Ressalta-se o papel do Comitê de Ética na apuração e julgamento de condutas antiéticas, especialmente em seus eventos e publicações, assim como na imposição de sanções compatíveis com a gravidade das infrações. Ainda, o documento destaca a importância da transparência, da originalidade científica, da

coesão organizacional e do cuidado com as assimetrias de poder em relações entre orientadores e orientandos. Assim, este documento reforça a corresponsabilidade da comunidade acadêmica na construção de um ambiente íntegro e plural no campo da Administração no país.

Finalmente, o documento “Recomendações especiais aos autores”, elaborado pelo Comitê de Ética da ANPAD, reúne orientações sobre a adequada atribuição de autoria e ao respeito às normas éticas na produção científica. Motivado por denúncias de plágio e solicitações de esclarecimento sobre condutas autorais, o texto sistematiza diretrizes que buscam reforçar boas práticas na citação e na referência de fontes. Destacam-se recomendações como o uso correto do mecanismo “citado por” (apud), a obrigação de autocitação em caso de reutilização de textos próprios e o reconhecimento do papel autoral do orientando em trabalhos acadêmicos. O documento reafirma princípios éticos relevantes ao trabalho científico, ancorando-se também em diretrizes internacionais.

Em conjunto, os três últimos documentos evidenciam um esforço institucional da ANPAD em consolidar parâmetros éticos voltados à promoção da integridade científica no campo da Administração no Brasil. Ao tratarem de forma explícita as PPQs, tais documentos reconhecem a existência e os riscos dessas condutas, além de orientar e propor responsabilização dos atores acadêmicos envolvidos na produção do conhecimento da área. A articulação entre princípios éticos, diretrizes de conduta e recomendações operacionais dialoga com a presente pesquisa, visto que busca evidenciar que a formação ética de pesquisadores juniores dificilmente será desenvolvida frente a ausência de marcos institucionais claros. Além disso, ao serem abordados temas como atribuição de autoria e relações de poder na pós-graduação, revela-se a conexão com as categorias de conteúdo descritas a partir dos relatos dos participantes da pesquisa. Por conseguinte, interpreta-se que tais documentos oferecem subsídios importantes para a compreensão das ambiguidades que permeiam o fazer científico.

4.4 Relação entre os documentos e as categorias descritas

A análise dos documentos institucionais do ADM/UnB, do PPGA/UnB e da ANPAD permitiu observar diferentes formas de abordagem – mais ou menos explícitas – sobre integridade científica e PPQs, em diálogo com as categorias descritas nesta pesquisa. Nos documentos da graduação, embora haja materiais com foco apenas informativo, identificam-se iniciativas que contribuem para reflexões éticas, como os slides institucionais e o plano de ensino da disciplina de Metodologia Científica Aplicada. Estas remetem às categorias

Transparência e Tomada de Decisão e Limites Éticos, ao introduzirem temas como plágio, uso correto de fontes e Ciência Aberta.

No âmbito da pós-graduação, os documentos do PPGA/UnB indicam um conjunto de normas voltadas à organização pedagógica e à regulação acadêmica, com ênfase em critérios de desempenho, produção científica e progressão dos discentes. Ainda que não existam referências explícitas às PPQs nos planos de ensino da disciplina de Metodologia Científica, são oferecidos conteúdos propícios à reflexão sobre coerência metodológica e fundamentos epistemológicos. No entanto, a ausência de diretrizes éticas nos regulamentos e resoluções institucionais sugere um espaço de oportunidade para o fortalecimento da cultura de integridade, em especial no contexto de pesquisadores juniores em formação que enfrentam, conforme relatos, desafios que envolvem **Caminhos Metodológicos e Limites Éticos**. Assim, ao mesmo tempo em que se reconhecem os esforços formativos já existentes, observa-se a oportunidade de ampliar institucionalmente mecanismos que incentivem boas práticas científicas e a ética em pesquisa no processo de formação acadêmica.

No que diz respeito aos documentos da ANPAD, estes se destacam por uma abordagem sistemática sobre integridade, incluindo diretrizes explícitas sobre condutas éticas e PPQs, o que torna possível associá-los às categorias **Julgamento sobre PPQs, Publicações Científicas e Dinâmicas de Formação e Interação**, em específico ao tratarem de autoria, responsabilidade e relações acadêmicas. Tais diretrizes oferecem referências para a consolidação de práticas éticas no campo da Administração. Porém, a articulação dessas referências com a formação cotidiana dos discentes de graduação e pós-graduação no contexto da pesquisa conduzida conta com oportunidades de melhorias, como a utilização de estratégias mais consistentes de incorporação ética em atividades institucionalizadas.

Assim, essa constatação reforça o argumento de Bruton et al. (2020), ao indicar que instituições acadêmicas, ao manterem estruturas centradas em métricas de produtividade, contribuem para a reprodução de incentivos contraditórios, que fomentam a existência de PPQs. Nesse cenário, a formação ética tende a se constituir de modo fragmentado, primeiramente pela ausência de diretrizes explícitas e, em segundo lugar, pela convivência com padrões institucionais que orientam a atuação científica a partir de uma lógica gerencialista, como discutido por (Alcadipani, 2011a), Peruzzo (2023) e Severiano Junior et al. (2021). Finaliza-se com o apontamento de que mesmo em instituições de ensino com reconhecida robustez formativa, o desafio permanece: fortalecer, de forma institucionalizada e estruturada, a reflexão crítica sobre integridade, PPQs e a importância da ética na pesquisa.

4.5 Relação dos resultados com objetivos específicos 1 e 2

No que tange ao objetivo específico de nº 1 – investigar o entendimento que pesquisadores juniores do campo de Administração possuem em relação às PPQs –, os dados dispostos na Tabela 19 mostram que há heterogeneidade na compreensão dos participantes sobre o que constitui uma PPQ. Doutorandos e egressos demonstram percepção mais crítica sobre os limites éticos envolvidos na pesquisa, tendo em vista o contexto em que se inserem. Já graduandos e mestrandos, por vezes, apresentaram estranhamento frente a práticas apresentadas como PPQs, mas que, em seus entendimentos, seriam má conduta deliberada, ou, ainda, de difícil diferenciação. Isto posto, evidencia-se a colocação de que as PPQs são frequentemente vivenciadas em uma zona cinzenta de julgamento, como discutido por Resnik (2003) e Butler et al. (2017). Assim sendo, a categoria **Julgamento sobre PPQs** torna-se de extrema relevância, pois evidencia os critérios empregados pelos participantes para classificar as práticas como aceitáveis ou não, revelando a influência de fatores contextuais e de socialização acadêmica (Bruton et al., 2019; Sacco et al., 2019).

Já em relação ao objetivo específico de nº 2 – descrever os julgamentos de pesquisadores juniores do campo de Administração sobre as justificativas apresentadas ao envolvimento em PPQs –, a síntese disposta na Tabela 19 sugere que os julgamentos éticos seriam mediados por condições estruturais e institucionais, como pressões por produtividade, exigências de publicação e relações de poder com orientadores e editores. Tal sugestão fica mais evidente no conteúdo das categorias **Publicações Científicas e Tomada de Decisão e Caminhos Metodológicos**, indicando que os participantes, em sua maioria, adotam uma postura de consideração das consequências de suas ações, aproximando-se da perspectiva da ética da responsabilidade (Villiers, 2018; Starr, 1999). Assim, considera-se que, para esta pesquisa, parte das decisões éticas são tomadas em ajuste às demandas do sistema acadêmico, cenário também já apresentado e discutido por Horbach et al. (2020) e O’Boyle et al. (2017).

Adicionalmente, as informações apresentadas nos documentos analisados também se relacionam aos objetivos específicos 1 e 2 ao explicitar a maneira como os discursos formais das instituições que compõe a pesquisa de campo realizada tratam (ou deixam de tratar) da temática das PPQs e da ética na formação dos pesquisadores juniores. Quanto ao primeiro objetivo específico, os documentos oferecem indícios sobre os limites institucionais que moldam o entendimento dos pesquisadores juniores sobre as PPQs. A análise mostra que boa parte dos documentos institucionais de graduação e pós-graduação aborda de forma limitada, indireta ou ausente os temas relativos às PPQs. Esse cenário contribuiu para compreender o

motivo de os participantes da pesquisa relatarem, por vezes, o desconhecimento de determinadas práticas, ou ainda, a naturalização delas. Tal análise documental contribui para a contextualização sobre a compreensão dos pesquisadores juniores sobre o tema, sugerindo que ela é influenciada por lacunas nos dispositivos formais que orientam sua trajetória acadêmica.

Por fim, a análise dos dados documentais auxiliou na interpretação das formas pelas quais os julgamentos sobre as justificativas ao uso de PPQs podem ser moldados por diretrizes institucionais (ou pela falta delas). Por um lado, os documentos da ANPAD apresentam diretrizes normativas claras, entendidas como uma tentativa institucional de orientar o julgamento ético da comunidade científica, inclusive de pesquisadores juniores. Por outro lado, a falta de parâmetros explícitos em regulamentos internos que abordam temas sobre produtividade e avaliação pode favorecer o julgamento flexível diante da opção pelo uso PPQs, na medida em que estes pesquisadores juniores são/foram avaliados em um contexto de imersão em um sistema acadêmico que tem como principal base critérios quantitativos de produção. Tendo isso posto, os resultados serão, a partir de agora, discutidos frente às perspectivas das éticas da convicção e responsabilidade de Weber, em atenção ao que fora previamente proposto nos objetivos específicos 3 e 4 desta pesquisa.

4.6 Mapeamento e comparação de perfis conforme dimensão ética

A análise das categorias criadas a partir dos STs dos relatos de pesquisadores juniores nos grupos focais de aprofundamento revelou padrões distintos de posicionamento ético diante das PPQs e das justificativas ao seu uso, mostrando tensões entre perspectivas que envolvem a convicção e a responsabilidade. Com fins de aprofundamento, a presente subseção traz uma análise dos dados sob a luz das éticas da convicção e da responsabilidade de Max Weber, complementando a discussão com as contribuições de Starr (1999), Bruun (2016) e Villiers (2018). O intuito de tal análise envolve uma tentativa de mapeamento e comparação de potenciais perfis éticos dos participantes desta pesquisa, considerando o fenômeno das PPQs.

Inicialmente, cumpre rememorar que Weber (1982) define a ação social como uma ação que considera e é orientada pela ação e comportamento de outra(s) pessoa(s) e, portanto, possui sentidos diversos para quem a realiza e para quem é impactado por seus efeitos. Assim, interpreta-se que as ações dos pesquisadores juniores diante das PPQs podem ser vistas como ações sociais cuja orientação resulta de uma mescla de racionalidades, como a racionalidade

instrumental voltada a fins (defender, publicar, crescer na carreira acadêmica) e racionalidade em relação a valores (compromisso com a integridade científica). Esta tensão se explicita em relatos fornecidos pelos participantes:

Estou dando consultoria e teve um aluno que está com essa situação de ter coletado dados conforme o planejamento prévio e não estar legal [*a análise*]. Então coleta mais e vamos continuar até a gente conseguir alguma coisa que dê! É muito complicado, principalmente quando é no mestrado ou doutorado, que tem prazo para entregar e que muitas das vezes, a banca não consegue compreender isso como algo “ok”. Muitas vezes o medo do aluno é exatamente a banca não aceitar aquela tese, por que que tese é essa? Onde você fez isso que não fez algo que fosse significativo? O medo, nesse caso, o medo dos alunos que eu tenho, está muito relacionado a isso (Participante 21, sexo masculino, egresso).

Há, também, um relato que envolve o dilema entre cumprir exigências do sistema, uma ação racional em relação aos fins, e agir conforme princípios éticos internalizados, ação racional em relação a valores:

Você está com dificuldade de publicar nas revistas que são conceituadas com Qualis alto e você precisa, como doutorando, publicar 1 ou 2 artigos ou ter minimamente aceito esses artigos antes da sua marcação de defesa. Isso pode levar alguns colegas a optarem por uma revista que vai ser paga. Quem quer pagar 10 mil reais para ter seu artigo publicado? Ninguém, mas, para cumprir um requisito do programa, pode ser que alguns busquem esse caminho para viabilizar as respectivas defesas. Por isso eu vejo como contextual a PPQ (Participante 18, sexo feminino, doutoranda).

Ademais, o conceito de desencantamento do mundo (Weber, 1996), caracterizado pela ascensão da racionalidade instrumental, também se manifestou na presente pesquisa. A ênfase em produtividade e desempenho mensurável detalha como a prática científica pode se afastar de motivações intrínsecas e valores éticos. Além de que a tensão entre as convicções pessoais e as exigências da racionalidade passam a exercer papel crítico nas interações sociais contemporâneas. Esse cenário torna compreensível relatos de participantes apontando frustração, apatia e conformismo, típicos do desencantamento descrito por Weber:

Eu passei por isso [*coautoria cerimonial*] duas vezes, uma até na graduação. (...) É exatamente como a vinheta fala. Eu vou falar não? Como é que eu posso falar não? Eu já vi outro caso de uma menina que o orientador publicou sem ela, no trabalho de iniciação científica. Ele mandou para uma revista e não tinha o nome dela, nem para dizer que ela foi a segunda autora. Não, ela simplesmente não estava em nenhuma posição da autoria. Infelizmente, eu já vi mais do que eu gostaria sobre isso aí (Participante 10, sexo masculino, mestrando).

Ainda,

Fui descobrindo ao longo do caminho, conversando com outros colegas, ainda mais nesse encerramento de ciclo de IC, que teve gente que precisou fazer tudo absolutamente sozinho, porque alguns professores tinham esse estudante e mais 10 de IC, 10 de TCC e mais 5 de doutorado. Eu, particularmente, achei muito questionável essa postura. Eu achei muito controverso de até, em alguns momentos, precisar ajudar colegas com algumas coisas que os orientadores deles deveriam estar ajudando (Participante 1, sexo masculino, graduando).

Nos relatos supracitados, é possível perceber a prevalência da racionalidade instrumental na ação, diante de demandas sistêmicas da academia, envolvendo prazos, produtividade e expectativa por resultados significativos. A academia se torna então, no contexto desse caso, um espaço no qual os pesquisadores juniores participantes precisam constantemente decidir como agir frente a demandas contraditórias, buscando seguir regras institucionais e, ao mesmo tempo, prezar pelos valores inerentes ao fazer científico. Porém, essa dinâmica não indica, necessariamente, a substituição de uma ética pela outra. Em verdade, ela reforça a necessidade de articulação consciente entre convicções e responsabilidade. Envolvendo essa discussão, apresenta-se o seguinte relato:

Será que essas práticas são questionáveis? Nós perguntamos: quem questiona? Muitas vezes a academia vai dizer: olha, para a gente é questionável. O pesquisador vai dizer: não, mas eu estou extremamente seguro do que eu fiz, é correto, não é questionável. Nós criamos uma dicotomia. Questionável para quem? No exemplo da coautoria

cerimonial, para muitos doutores que estão há 30, 40 anos na academia, é normal, porque eles realmente balizam aquele escrito com a sua própria assinatura. Não é um argumento de autoridade, não é isso. Mas o fato é que isso aqui foi revisado, eu coloquei os meus 30 anos de estudo, a minha chancela de que isso que você está fazendo é correto e tem mérito. Muitos alunos podem dizer que não, que fizeram sozinhos. Nós voltamos àquela questão da necessidade de parâmetros (Participante 13, sexo masculino, doutorando).

Como apontado por Weber (1998), a autenticidade ética exige a capacidade de agir com consciência das tensões e contradições que se fazem presentes na vida moderna. Para Starr (1999), essa articulação não enfraquece o sentido do dever moral, mas o aprofunda, pois exige moderação e responsabilidade direta pelas decisões tomadas. Nesse sentido, os resultados desta pesquisa sugerem que a ética, no contexto desta pesquisa na área de Administração, demanda a análise das racionalidades que orientam a ação dos pesquisadores em seu cotidiano. A consciência das tensões entre convicções e responsabilidade emerge, então, enquanto uma relevante dimensão na formação de uma postura ética crítica e reflexiva, especialmente necessária perante o fenômeno das PPQs.

Os relatos evidenciam que os pesquisadores juniores, no contexto deste caso, não estão alheios às tensões entre diferentes racionalidades que atravessam suas decisões éticas, considerando o contexto das PPQs. Estes pesquisadores demonstram operar conscientemente em um campo de decisões permeado por ambiguidades e exigências institucionais que, por vezes, desafiam sua própria autonomia. Logo, a análise, até este ponto, revelou a coexistência de ações orientadas por convicções e por responsabilidades, reforçando que tais dimensões não são mutuamente excludentes (Weber, 2012), visto que, no contexto deste caso, apenas caracterizam diferentes perspectivas da atual tensão ética sistêmica presente na academia. Assim sendo, aprofunda-se a análise a partir das formulações weberianas sobre as éticas da convicção e da responsabilidade, para identificar possíveis perfis éticos entre os participantes desta pesquisa e compará-los, de modo a compreender como diferentes formas de lidar com as PPQs podem estar associadas a distintas orientações éticas.

Inicia-se o mapeamento com o perfil de **graduandos**, no contexto de participação em projetos de IC e em elaboração de trabalhos finais de curso. Entre os graduandos, foi observada uma predominância do **perfil ético da convicção**. Esses participantes tendem a apresentar discursos firmes, pautados na busca pela integridade científica como valor absoluto,

demonstrado desagrado explícito a algumas PPQs e seus contextos, conforme relatos: “Mais vale uma verdade dolorida do que uma mentira que seja aceitável” (Participante 3, sexo masculino, graduando) ou “Eu faria do jeito que eu acho que tenho que fazer” (Participante 6, sexo feminino, graduanda) e “Se algo é certo é certo, se algo é errado, é errado, fim” (Participante 2, sexo feminino, graduanda).

Tal visão moral mais inflexível é representativa da ética da convicção descrita por Weber (1998), que coloca que esse indivíduo é guiado por princípios considerados inegociáveis, independentemente dos efeitos gerados por suas ações. Essa rigidez se aproxima da lógica deontológica, na qual o valor moral da ação reside na ação em si, não em seus resultados (Kant, 2002; Sosa & Rios, 2019). Considera-se que a socialização acadêmica incipiente, ainda em estágio inicial, parece preservar princípios éticos internalizados em etapas anteriores da formação ou da própria jornada de vida, visto que antes mesmo destes pesquisadores juniores adentrarem a academia, já eram seres humanos com posicionamentos de teor ético e moral (Mattos, 2005). Essa interpretação é coerente com os argumentos de Butterfield et al. (2000), ao destacarem que a consciência moral varia entre indivíduos e está ancorada em vivências anteriores, que podem ou não coincidir com os padrões éticos institucionais.

Reforçando essa interpretação, pode-se colocar mais relatos: “Se você faz aquilo com a intenção de manipular os dados ou, de certa forma, omitir, eu acho que é já é até má conduta” (Participante 3, sexo masculino, graduando) ou ainda, “É até um conceito do direito de que o desconhecimento da lei não garante que você se exima da punição” (Participante 1, sexo masculino, graduando). Cabe ressaltar que não foram observados, entre os graduandos, relatos que apontassem naturalização de PPQs ou conflitos éticos acentuados. Apesar de haver a prevalência do perfil ético da convicção, a interação nos grupos focais deixou clara a dependência de orientação de professores para o andamento da pesquisa e, inclusive, para definir o que é questionável, ou não, quando estes encontram-se em dúvida em relação às suas próprias convicções.

Desse modo, têm-se a percepção de que o julgamento ético, para este perfil de graduandos, depende em ampla escala do orientador, podendo gerar heterogeneidade nos julgamentos e explicitando a existência de uma convicção ética parcialmente regulada externamente, conforme relatos: “Eu conversei com a minha orientadora, eu usei muito do meu senso crítico, e eu sempre valido com ela antes de continuar” (Participante 6, sexo feminino, graduanda) e “É importante ter a atuação presente do orientador para acompanhar o estudante” (Participante 1, sexo masculino, graduando). Essa dependência corrobora com os achados de

Tang e Liu (2012) e Horbach et al. (2020), que apontam a relevância do papel do orientador na construção da postura ética de pesquisadores em formação.

Tal dinâmica percebida reforça que a ética da responsabilidade não parece estar consolidada entre estes graduandos, visto que não se percebem plenamente como agentes responsáveis pelas consequências éticas de suas ações, delegando essa responsabilidade à figura de autoridade ética institucional – o professor orientador. Finalmente, esse perfil de convicção revelou menor flexibilidade, sendo propenso a questionar contextos que possam conflitar com seus valores. Logo, é corroborada a ideia de que, aqui, o critério moral não se encontraria nos resultados das ações, pois o indivíduo não seria responsável por eles; sua responsabilidade se limitaria a obedecer a ordem das coisas, ou seja, a intenção de agir corretamente torna-se o principal indicador de valor moral (Starr, 1999).

Este último argumento reflete-se em relatos que expõem a pouca reflexão ética deste perfil de graduandos em termos de sua responsabilidade frente ao potencial impacto dos resultados de suas pesquisas, a saber: “Não é algo que eu fico pensando no dia a dia, de que de vai impactar a vida de muitos empreendedores, a partir desse resultado” (Participante 2, sexo feminino, graduanda) e “Querendo ou não é trabalho de graduação. Se fosse mestrado ou doutorado, acho que teria um peso maior” (Participante 3, sexo masculino, graduando). Para finalizar, cumpre colocar que Brunn (2016) reforça tal visão cética em relação aos fins das ações em formas da ética da convicção.

Logo, finaliza-se apontando que o perfil de graduandos foi caracterizado pelo compromisso ético e forte senso de integridade, porém ainda com a necessidade de maturidade ética para compreender o papel que ocupam como produtores de conhecimento e as consequências mais amplas de suas decisões em relação à pesquisa. Tal fragilidade se torna crítica em um cenário onde as PPQs são frequentes, muitas vezes impulsionadas por pressões institucionais e ausência de supervisão rigorosa (Bruton et al., 2020; O’Boyle et al., 2017).

Já em relação ao **perfil de mestrados**, foi possível caracterizar, a partir dos relatos e interações no grupo focal, um **perfil de posicionamento em formação**. Foi comum que esses participantes relatassem aspectos de tensão ética, apontando conflitos entre seus valores e as pressões institucionais. Alguns relatos que explicitam essa interpretação são postos na sequência:

De praxe, os orientadores vão na autoria dos trabalhos, mas quais orientadores realmente orientaram? Como isso é de praxe, acaba que acontece com todo mundo, mas não necessariamente todo orientador orientou. Eu vejo orientadores publicando 10, 20 publicações por ano e é sempre com alguém, é sempre com orientando. Esse é um bom exemplo de algo que não é má conduta, mas na minha percepção eu não acho que seja uma boa prática, é uma prática questionável. Também tem todo o sistema, que é produtivista, se você tem mais publicação, você é mais recompensado. Mas eu não concordo, eu acho que tem casos e casos. Às vezes cabe o orientador entrar, mas tem outros casos que não, mas o orientador entra em todos os casos de autoria. Essa é uma coisa que eu não vejo sendo revista (Participante 10, sexo masculino, mestrando).

Ainda,

É muito interessante a questão dos ajustes de dados. Nós queremos construir um artigo que desperte o interesse do leitor. Para isso, geralmente, nós tentamos deixar tudo alinhado, dizer o que ele quer ouvir, o que ele quer ler. Às vezes esses ajustes acontecem, mas aí está a questão: não é, teoricamente, ético. A pesquisa, se você for fazer uma pesquisa dedutiva, parte de hipóteses. Você vai testar e algumas hipóteses serão rejeitadas. Muitas vezes, os autores não querem colocar isso no trabalho e, então, ocorrem esses ajustes nos dados (Participante 11, sexo feminino, mestranda).

Existiu uma oscilação entre as éticas da convicção e responsabilidade, envolvendo a manifestação de angústias e dúvidas quanto à conduta que seria considerada a “correta” diante de exigências por produtividade, critérios avaliativos e expectativas de orientadores. Embora haja casos de posicionamento claro pela ética da responsabilidade, o perfil ambivalente foi mais recorrente, marcando esse grupo como atravessado por decisões éticas e impasses constantes. Neste ponto, rememora-se que Weber (1998) aponta que não caberia recomendar a atuação conforme determinada ética em específico, tampouco prescrever o momento em que os indivíduos deveriam atentar-se a uma ou outra visão. Assim, ocorre que justamente no questionamento e no embate de racionalidades, a construção do perfil ético encontra possibilidade de solidificação. A exemplo, apresentam-se os seguintes relatos:

Eu concordo que a vinheta, como foi construída, traz realces bem importantes nessa questão da coautoria fantasma. Mas quero buscar um contraponto, porque a construção do conhecimento é incremental. Às vezes, uma palavra ou uma orientação que você recebeu, do tipo, “se em vez de já rodar uma análise fatorial exploratória com todo esse conjunto de dados, divide, faz uma exploratória e depois faz uma confirmatória”, que, em tese, é uma participação pequena, pode ter um grande impacto na força das evidências que você venha a encontrar. Eu não me sinto muito segura para dizer até que ponto isso merece ser creditado, qual é essa linha? Não é nem que eu não me sinto segura, eu arrisco dizer que não existe uma linha pré-definida (Participante 8, sexo feminino, mestranda).

Ainda,

Mais uma vez eu fiquei confusa em relação a pensar se essa situação de uma coautoria fantasma. Ela seria um exemplo de prática questionável, seria um exemplo de falta de ética, ou de má conduta? É muito fino, realmente, esse limiar. Eu acabo repetindo o que eu falei anteriormente. Eu nunca passei por isso, mas eu confesso que, se acontecesse comigo, eu ficaria muito incomodada, muito. Eu penso em simples trabalhos em grupo que a gente fazia na época da graduação, que quando juntava aquele grupo, alguns colegas que não participavam e isso já era algo que me incomodava muito (Participante 9, sexo feminino, mestranda).

Os relatos associados ao perfil de mestrandos revelam mais profundidade na reflexão ética, quando comparados ao perfil de graduandos, e uma crescente capacidade de julgar práticas à luz do contexto, mesmo quando existiram variações de posicionamento frente às questões postas. Nuances da ética da responsabilidade estiveram presentes na argumentação dos participantes, com ênfase em avaliar consequências, contexto e impacto coletivo. Por sua vez, a ética da convicção também esteve presente, em especial nos posicionamentos mais firmes sobre autoria e integridade, indicando a preocupação com a defesa desses valores. Importante destacar as bases de racionalidade distintas dessas duas éticas, pois assim como no caso das ações sociais, esse cenário de dualidade depende de constantes negociações e decisões práticas (Weber, 1998). A regulação desta interseção entre as diferentes racionalidades, criticamente, em busca do “homem autêntico”, é de relevância à academia.

No entanto, a composição do perfil de mestrandos sugere um perfil ético ainda em construção e desenvolvimento, que busca equilibrar ideais normativos com as contingências do sistema acadêmico. Conforme posto por Starr (1999), a maneira como o indivíduo faz a gestão da tensão, equilibrando as demandas da racionalidade com as exigências de seus valores, é um importante determinante de sua postura e conduta ética. Assim, a análise também aponta a emergência da estruturação de uma formação sistemática na temática das PPQs e sua relação com a ética científica, para fortalecer, cada vez mais, a capacidade crítica deste perfil diante de situações práticas envolvendo as PPQs, conforme sugerido, também, na literatura (Antonakis, 2017; Honig et al., 2018).

Seguindo com o **perfil de doutorandos**, foi possível identificar, com maior clareza, a presença do **perfil de responsabilidade** que, neste ponto, foi de caracterização mais evidente, sugerindo um avanço em relação às ambivalências observadas no perfil de mestrandos. Aqui, a responsabilidade se fez presente no debate das vinhetas propostas e nos relatos das estratégias utilizadas, de modo consciente e crítico, para lidar com as decisões éticas que se fazem necessárias na academia. Como exemplo desta caracterização evidente, apresentam-se os seguintes relatos:

A gente se engana. Eu sou um pesquisador que gosta muito da área de estatística e tem um livro que fala sobre como nós temos uma expectativa de que um dado vai dar um determinado resultado e queremos mostrar isso como se fosse um achado brilhante na pesquisa. Só que não podemos, porque nós mesmos estamos enviesando, estamos nos enganando. Nós acabamos enganando também o leitor. Até que ponto isso não vira uma prática questionável? Exagerar a proporção, mesmo que seja em um gráfico básico? (Participante 15, sexo masculino, doutorando).

Ainda,

Sobre a pergunta anterior, se práticas questionáveis dependem das circunstâncias ou não: dependendo da situação profissional, da inserção profissional e de qual futuro está em jogo para determinada pessoa, ela vai ser mais julgadora, mais crítica de determinadas práticas como questionáveis ou ela vai ser mais flexível com uma série de comportamentos que ela vê no meio onde ela está (Participante 12, sexo feminino, doutoranda).

Por fim,

Existem pessoas que entram na universidade e dizem “eu estudarei este objeto, doravante a minha vida”. A pessoa tem 30, 40 anos estudando aquele objeto. (...) O que realmente aprendemos no mestrado e no doutorado é como ser um bom pesquisador, e isso tem uma outra finalidade na vida. Eu trago essa questão sobre ser questionável, mas por que e para quem? Nós temos que ter um parâmetro bem definido para poder dizer se essa prática realmente é questionável ou não. Isso envolve a questão da transparência, isso envolve a questão do padrão da academia, isso envolve a questão de quem está analisando, isso envolve a questão de como isso, socialmente, é visto dentro dessas nossas instituições (Participante 13, sexo masculino, doutorando).

Portanto, interpreta-se que, no grupo de doutorandos, a ética da responsabilidade emerge com maior nitidez, revelando um amadurecimento na reflexão ética frente às experiências acadêmicas. Os relatos evidenciam uma compreensão crítica, na qual o julgamento ético não se ancora em princípios universalizantes, visto que se dá a partir da consciência das consequências e das condições institucionais, sociais e profissionais que envolvem cada decisão. O reconhecimento de que o pesquisador pode enviesar interpretações para atender expectativas próprias, ainda que de forma involuntária, revela a reflexividade presente no relato do Participante 15, que problematiza como a busca por resultados “brilhantes” torna-se um risco à integridade da pesquisa. Assim, traduzindo preocupações apontadas na literatura acerca da produção de falsas alegações e da desorientação de profissionais em decorrência do uso de PPQs (Sacco et al., 2019; Antonakis, 2017; Honig et al., 2018).

De forma semelhante, o relato da Participante 12 demonstra que o julgamento sobre o que é ou não questionável está condicionado às circunstâncias, nesse caso profissionais, e à posição ocupada pelo pesquisador, sugerindo uma postura ética sensível ao contexto. Ademais, a fala do Participante 13 explicita a necessidade de parâmetros institucionalizados, ressaltando que valores como a transparência e os padrões acadêmicos são construídos socialmente e influenciados por diferentes trajetórias. Tal cenário é desafiador para doutorandos, que estão em um momento de formação e, portanto, mais vulneráveis às influências do ambiente acadêmico (Gopalakrishna et al., 2022; Tang & Liu, 2012).

Esses relatos, então, exemplificam a presença do perfil de ético de responsabilidade, conforme descrito por Weber (1998), em que o indivíduo considera os fins da ação, além de ponderar as consequências – neste caso, considerando um campo marcado por tensões éticas e exigências normativas. Nesse sentido, pontuando as discussões também de Villiers (2018), é reforçado o ponto de vista de que o conhecimento é fundamental na ética da responsabilidade, pois o indivíduo depende da compreensão acerca dos fatos que podem influenciar o resultado de suas ações.

Por conseguinte, pondera-se que, frente a tal contexto, meios utilizados para alcançar determinado fim podem gerar consequências contraditórias. Conforme apontamento de (Bruun, 2016), existe a possibilidade de que a utilização de meios eticamente aceitáveis resulte em resultados negativos e vice-versa. Diante disso, compreende-se que, no perfil dos doutorandos, a ética da responsabilidade se consolida como um horizonte normativo orientador das ações, na medida em que as decisões éticas passam a ser tomadas com base em um juízo reflexivo e atento às ambiguidades do campo de Administração — reconhecendo, dessa forma, os limites e relações entre ação e consequência (Weber, 1998; Villiers, 2018; Bruun, 2016). Nesse contexto, como último relato para este perfil, apresentam-se os questionamentos desta doutoranda:

Se há tantas questões que precisam ser debatidas, por que há uma escassez tão grande de conversas abertas sobre isso? A gente não conversa sobre isso quando ingressa no mestrado. Eu me pergunto muito isso, principalmente por ter visto muitos colegas desistirem do mestrado nos primeiros meses. Por que os programas não investem numa conversa aberta, para que as pessoas possam refletir se elas podem, se elas estão dispostas a isso? Para que elas conheçam mais claramente a regra do jogo? Para quem entra no doutorado, é claro que já se parte do princípio que se tem algum conhecimento sobre aquilo que não é aceito ou que é uma prática questionável. Mas ainda assim, o grau de complexidade é completamente diferente. As questões com as quais nós temos que lidar são muito distintas do mestrado, até porque o grau de exigência é outro (Participante 18, sexo feminino, doutoranda).

Este último relato reforça a predominância da ética da responsabilidade no perfil dos doutorandos, explicitando a consciência crítica sobre a existência de poucos espaços institucionais voltados à reflexão ética. Ao questionar o motivo de tais temas permanecerem à

margem do debate formal, a participante aponta para as consequências dessa omissão, como a desistência de colegas no mestrado e a falta de informação sobre normas implícitas. Ao reconhecer que o grau de exigência no doutorado é distinto e exige preparo ético mais robusto, o relato se alinha à perspectiva de Weber (1998) sobre a responsabilidade como uma ética que considera os fins da ação e pondera consequências. Por fim, o relato dialoga com Villiers (2018), ao sugerir que o conhecimento das “regras do jogo” seria indispensável para decisões éticas conscientes, reforçando a importância de uma formação ética robusta.

No que tange ao **perfil de egressos**, caracterizou-se um grupo marcado pela **complexidade**: surgem aqui pesquisadores que amadureceram para um **perfil de ética da responsabilidade** de modo crítico e que, de forma menos predominante, também se enquadram no **perfil da ética da convicção**. Além disso, existiram pesquisadores, entre os descritos acima, que apresentaram um **perfil pragmático-adaptativo**, conforme denominação própria desta pesquisadora. Alguns egressos relataram mudanças em seus posicionamentos ao longo da trajetória, reconhecendo fases de idealismo seguidas por adaptações às "regras do jogo". Outros expressaram incômodo ou arrependimento ao discutirem a temáticas das PPQs. Uma possível interpretação deste resultado envolve a exposição mais prolongada às tensões da academia na área da Administração e à cultura produtivista, que pareceu influenciar distintos relatos e posicionamentos, a depender da trajetória institucional e do repertório ético desenvolvido por cada pesquisador. Alguns relatos que expressam essa complexidade são postos a seguir e discutidos na sequência:

Existem dados que mostram que 80% das pesquisas terminam em si mesmas, mas por quê? Porque não é possível replicar, porque os autores não compartilham todos os seus passos metodológicos. Isso complica muito, porque acaba que você não consegue nem replicar a pesquisa. Não tem problema dar errado, ok, você teve limitações, às vezes, da sua amostra, do seu contexto, da época, mas se você compartilha, depois outros podem continuar sua pesquisa e atestar se aquelas hipóteses realmente foram rejeitadas ou não. A gente tem como colocar tudo o que fez na pesquisa (Pesquisador 27, sexo masculino, egresso).

Ainda,

O que aconteceu com a minha tese? Eu fiz no final do ano, no outro ano eu analisei para defender a tese e agora eu estou fazendo um artigo. Os revisores me informaram que os meus dados estavam desatualizados e, a orientação de outro autor foi tirar a data que eu fiz a entrevista, que assim ninguém vai falar que os dados estão desatualizados. É uma omissão de um dado, mas porque a revista me indicou que aquele dado é desatualizado, eu perco quatro anos que eu fiquei estudando e um ano de análise. Ao passar pelo processo de primeiro enviar para um congresso, depois enviar para a revista, sendo que a revista não responde rapidamente, vêm as primeiras sugestões... Pronto, seu dado já não serve mais. É um questionamento que eu trago também para o grupo: até que ponto nós não somos levados a isso? Porque nós somos cobrados por um padrão que, a não ser pessoas sobre-humanas, na minha percepção, nós não conseguimos seguir (Participante 22, sexo feminino, egressa).

Finalmente,

Nós assumimos um Qualis baixo, com o objetivo de aumentar o Qualis da revista. Aí você fala: “vou aumentar como”? Com citação e publicação. Falei para meu editor associado que vamos assumir, mas precisa publicar, então veja aquilo que dá para ser melhorado. A gente tem que tratar os autores muito bem, “muito legal o seu artigo, mas muda isso aqui, por favor, pelo amor de Deus, para a gente poder publicar”! Porque tem gente que simplesmente fala “não vou publicar, não” e nós temos que ficar correndo atrás, porque queremos alcançar certo nível. O mercado exige que passe por cima, que faça de conta que não viu certas coisas para conseguir atingir certos objetivos. Ou seja, acaba tendo um conflito em que se você tentar ser ético demais, você não consegue atingir os objetivos. É um conflito complicado. Por querer ser ético, por querer avaliar a base de dados, perde a publicação (Participante 21, sexo masculino, egresso).

Inicialmente, o relato do Pesquisador 27 apresenta uma orientação ancorada na ética da responsabilidade, conforme formulada por Weber (1998). Ao refletir sobre a reprodutibilidade da pesquisa, demonstra consciência das consequências que omissões metodológicas podem gerar à comunidade científica. A afirmação de que “não tem problema dar errado” reforça a noção de que a responsabilidade ética não estaria restrita ao sucesso do resultado, mas ao compromisso com a transparência. Embora o relato possua argumentos voltados para o bem

coletivo, típicos da ética da responsabilidade, a ênfase na transparência sinaliza a presença de valores morais internalizados que norteiam o julgamento, aproximando-o, de forma menos abrangente, também da ética da convicção. Esse contexto remete a Villiers (2018), visto que uma das interpretações teóricas possíveis à ética da responsabilidade é a de uma ética de responsabilidade tanto por convicção quanto por consequência. Ou seja, o apontamento final de Weber (1998) sobre a complementariedade de tais éticas na formação do que denomina como “homem autêntico” encontra indícios de evidência empírica no cenário posto.

Já o relato apresentado pela Participante 22 sugere, inicialmente, a naturalização de uma PPQ. Entende-se essa naturalização como reflexo de um ambiente institucional em que condutas se tornam práticas normativas pela repetição e aceitação tácita. Entende-se, ainda, que avaliações e decisões de indivíduos em posição de revisores sobre a aderência ou não de dados reproduzem uma forma de demonstração de poder. Logo, o olhar poderia, inclusive, ser direcionado às estruturas de dominação postas no campo científico, tema também tratado por Weber em sua obra (embora caiba o questionamento em relação à legitimidade deste contexto de dominação, em específico).

Evidencia-se, portanto, o modo como a racionalidade instrumental, orientada por produtividade, atua sobre as decisões dos pesquisadores (Honig et al., 2018). Essa interpretação reforça, ainda, os achados de Linder & Farahbakhsh (2020), segundo os quais os próprios pesquisadores, ao adotarem um ponto de vista individualista, podem deixar de reconhecer os impactos sistêmicos do uso de PPQs. Além disso, há, também, um tom de denúncia ao afirmar que "somos cobrados por um padrão que, a não ser pessoas sobre-humanas, nós não conseguimos seguir", pelo qual a participante critica os modelos de avaliação e produtividade que tornam inviável a conduta totalmente ética, revelando a tensão entre o ideal ético e a prática concreta. Neste ponto, o relato remete a atenção às cobranças e expectativas derivadas da lógica do *publish or perish* (Sguissardi, 2010; Alcadipani, 2011b), sistema que valoriza quantidade sobre qualidade e torna a integridade metodológica um obstáculo à permanência na academia.

Importante destacar que tal fala não busca justificar a prática, mas sim contextualizar, permitindo compreendê-la como alinhada, também, ao posicionamento pragmático-adaptativo frente a um sistema que “desabona” a honestidade metodológica em nome da produtividade e atualidade dos dados. Assim, ao transformar o relato em questionamento coletivo ("é um questionamento que eu trago também para o grupo"), revela-se o impulso de responsabilidade compartilhada, buscando diálogo sobre os limites éticos que seriam possíveis no contexto das estruturas acadêmicas.

Por fim, no relato do Participante 21 percebe-se a ponderação dos efeitos de suas ações dentro de um sistema acadêmico pautado por métricas (como o Qualis), reconhecendo que há consequências práticas em ser "ético demais", como perder oportunidades de publicação. Tal fala explicita a crise de credibilidade que tem sido discutida no campo da Administração, apontada por Aguinis et al. (2018) e Banks et al. (2016), na qual PPQs se disseminam frente às demandas por produtividade. A frase "o mercado exige que passe por cima, que faça de conta que não viu certas coisas" explicita uma crítica direta ao sistema, revelando que este se vê pressionado a agir conforme as exigências externas e não conforme convicções pessoais. Ao mesmo tempo, é reconhecido o conflito e a desconfortável sensação de "fazer de conta que não viu", demonstrando consciência das implicações éticas envolvidas nessa escolha.

Por outro lado, a ética da convicção também é caracterizada, em menor abrangência, quase como um valor ideal que não encontra espaço para plena realização – estando vinculado a posturas deontológicas (Mill, 2009; Kant, 2002). Entende-se que sua aplicação literal poderia, inclusive, inviabilizar a permanência institucional do participante em sua posição profissional. A própria admissão de que “se tentar ser ético demais, não consegue atingir os objetivos” demonstra que agir com base em princípios fixos, como o compromisso com uma avaliação rigorosa dos artigos, pode inviabilizar metas institucionais. Esse relato, portanto, se encaixa no perfil pragmático-adaptativo, em que o participante não nega a importância da ética, mas age de forma estratégica, tentando equilibrar valores morais com metas institucionais.

4.7 Síntese do mapeamento e comparação de perfis éticos

A Tabela 20 resume os perfis éticos identificados entre os pesquisadores juniores em diferentes níveis de formação, com base nos dados coletados e analisados em grupos focais e na discussão teórica realizada. O esforço de uma análise comparativa revelou alterações nos perfis éticos, englobando desde o perfil de convicção entre os graduandos ao perfil pragmático e adaptativo entre os egressos, com mestrandos representando um perfil de posicionamento em formação, e, os doutorandos, um perfil ético de responsabilidade mais evidente. Assim, são destacados os perfis éticos predominantes em cada grupo de pesquisadores juniores, as interpretações postas e as comparações relevantes entre os grupos, buscando oferecer uma visão das dinâmicas éticas ao longo da trajetória acadêmica dos participantes.

Tabela 20
Síntese do mapeamento e comparação de perfis éticos

Nível de Formação	Perfil Ético Predominante	Interpretações Postas	Comparações
Graduandos	Ética da convicção	Perfil ético orientado por valores e ideais; sensibilidade ética elevada; julgamento crítico sobre desvios.	Mais idealistas e normativos em comparação aos demais; demonstram maior sensibilidade às PPQs.
Mestrandos	Posicionamento em formação	Perfil oscilando entre adesão ética e pressão por resultados; formação ética em desenvolvimento.	Mais reflexivos que doutorandos, tão críticos quanto graduandos.
Doutorandos	Ética da responsabilidade	Consciência ética e crítica mais desenvolvida, amadurecimento de reflexões éticas sobre o sistema.	Mais adaptados às pressões do sistema do que mestrandos e egressos.
Egressos	Complexidade ética, envolvendo responsabilidade e convicção	Perfil ético pragmático e reflexivo; decisões pautadas por responsabilidades e impactos sociais.	Mais conscientes das consequências; distanciam-se do idealismo dos graduandos e da adaptação dos doutorandos.

Fonte: Elaborada pela autora.

As análises desenvolvidas ao longo desta subseção evidenciaram a complexidade das orientações éticas, associadas aos pesquisadores juniores no campo da Administração, no contexto deste caso, em relação às PPQs e ao sistema acadêmico de modo mais abrangente. A partir da articulação com as éticas da convicção e da responsabilidade, foi possível compreender como diferentes racionalidades orientam as decisões desses pesquisadores frente às demandas que emergem no cotidiano acadêmico. Observa-se que essas orientações refletem combinações entre princípios normativos, avaliações de consequências e interpretações contextuais, mediadas pelas dinâmicas formativas em que esses pesquisadores estão inseridos.

4.8 Relação dos resultados com objetivos específicos 3 e 4

Considerando o objetivo específico de nº 3 (mapear os perfis de pesquisadores juniores do campo de Administração em relação à dimensão ética), foi realizado o esforço de mapear os perfis éticos predominantes em cada grupo de participantes, conforme sintetizado na Tabela 20. Os resultados revelaram uma evolução interpretativa ao longo da trajetória acadêmica em termos de quatro perfis: o com foco na **ética da convicção**, predominante entre os graduandos; o de **posicionamento em formação**, observado entre mestrandos; o com foco na **ética da responsabilidade**, mais evidente entre doutorandos; e o da **complexidade ética**, que combina elementos de convicção e responsabilidade entre egressos. Estes perfis foram construídos a

partir da análise dos relatos compartilhados e da articulação com conceitos weberianos, oferecendo uma tipologia empírica com base na pesquisa conduzida.

Quanto ao objetivo específico de nº 4, envolvendo a comparação dos perfis éticos identificados, foram explicitadas as principais convergências e divergências entre os diferentes níveis de formação, destacando as mudanças ao longo da trajetória acadêmica. Como exemplo, foi identificado um movimento do idealismo normativo dos graduandos para posturas mais adaptativas e pragmáticas nos doutorandos e egressos. Os mestrandos, por sua vez, representam uma fase posicionamento ético em formação, ainda atravessada por ambivalências. As comparações reforçaram que o desenvolvimento da carreira acadêmica, em termos de maturidade destes pesquisadores juniores, impactou os julgamentos sobre decisões éticas que envolvem as PPQs. Assim sendo, foi elaborada a Tabela 21 para apresentar a síntese da relação dos resultados com os quatro objetivos específicos da pesquisa.

Tabela 21

Síntese da relação de resultados e objetivos específicos

Objetivo Específico	Síntese dos Resultados Relacionados
1. Investigar o entendimento que pesquisadores juniores do campo de Administração possuem em relação às PPQs	Heterogeneidade na compreensão das PPQs. Graduandos e mestrandos demonstram dúvidas; doutorandos e egressos apresentam reflexão crítica. Documentos revelam lacunas na formação institucional.
2. Descrever os julgamentos de pesquisadores juniores sobre as justificativas ao envolvimento em PPQs	Julgamentos éticos influenciados por pressões institucionais e ausência de diretrizes claras. Postura próxima à ética da responsabilidade.
3. Mapear os perfis de pesquisadores juniores em relação à dimensão ética	Identificados quatro perfis éticos (convicção, posicionamento em formação, responsabilidade e complexidade), indicando alterações ao longo da formação.
4. Comparar os perfis de pesquisadores juniores em relação à dimensão ética	Comparação revela alterações éticas, navegando da convicção à responsabilidade. Mestrandos vivem tensões; egressos demonstram ambivalência crítica.

Fonte: elaborada pela autora.

Com esta síntese posta na Tabela 21, englobando a consolidação dos resultados à luz dos objetivos propostos inicialmente, encerra-se a seção de apresentação e discussão de resultados. Na sequência, serão apresentadas as considerações finais da pesquisa, nas quais se retomam os principais resultados discutidos, as contribuições do estudo, as limitações e possibilidades para investigações futuras.

5 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção ética de pesquisadores juniores em relação ao uso PPQs no campo da Administração. Visando atingir este objetivo, foram investigados os entendimentos sobre as PPQs, descritos os julgamentos frente às justificativas ao uso de tais práticas, além de mapeados e comparados os distintos perfis éticos dos pesquisadores juniores participantes. De modo abrangente, a pesquisa possibilitou a compreensão aprofundada e contextualizada das racionalidades éticas que orientam a tomada de decisão destes pesquisadores. Entende-se, ainda, que os objetivos específicos se complementaram ao permitir a visão ampla das estruturas que influenciam o comportamento ético em relação ao fenômeno de interesse.

No que se refere ao objetivo específico de investigar o entendimento que pesquisadores juniores do campo de Administração possuem em relação às PPQs, revelou-se que houve heterogeneidade na compreensão sobre o que constitui uma PPQ. Graduandos e mestrandos, em particular, demonstraram dificuldade na identificação ou aceitação de certas práticas enquanto PPQs, igualando-as a má conduta (graduandos) ou, questionando condutas consideradas comuns devido à repetição (mestrandos) ou, ainda, revelando maior consciência ética e visão crítica frente a tais práticas (doutorandos e egressos).

Sobre o objetivo específico de descrever os julgamentos de pesquisadores juniores sobre as justificativas apresentadas ao envolvimento em PPQs, os resultados sugeriram que tais julgamentos seriam mediados por fatores contextuais, como pressões institucionais por produtividade, exigências de publicação, assimetrias nas relações com orientadores e revisores e critérios avaliativos quantitativos. Esses dados dialogam com a literatura científica apresentada nesta pesquisa e que apontam os impactos das estruturas institucionais nas decisões éticas. Adicionalmente, indicam a adoção de uma postura compatível com a ética da responsabilidade nesse cenário, envolvendo a ponderação de consequências e potenciais limites em suas decisões.

Já em relação ao terceiro objetivo específico de mapear os perfis éticos dos participantes, foi possível identificar quatro perfis, a partir dos dados empíricos, desenvolvidos ao longo da trajetória acadêmica: o perfil ético de convicção (graduandos), o perfil de posicionamento em formação (mestrandos), o perfil de responsabilidade (doutorandos) e o perfil de complexidade, com nuances das éticas da convicção e responsabilidade (egressos). Após, considerando o quarto objetivo específico de comparar esses perfis, foram destacadas as convergências e divergências que ficaram mais explícitas quando considerados os diferentes níveis de

formação. Identificou-se um movimento de alterações em posicionamentos éticos ao longo da trajetória, marcado pela transição de um idealismo para posturas mais pragmáticas e reflexivas. Tal movimento foi particularmente relevante para compreender o modo como esses pesquisadores juniores lidam com as tensões entre valores pessoais e exigências institucionais.

Tendo isto posto, cabe destacar as contribuições da presente pesquisa. Em termos teóricos, a pesquisa contribui ao aprofundar o entendimento sobre PPQs com base em uma abordagem ética normativa, utilizando as éticas de Max Weber como lente analítica principal. A articulação entre categorias empíricas e conceitos teóricos amplia o debate sobre a construção e solidificação da postura ética de pesquisadores em formação, oferecendo uma tipologia original de perfis éticos que poderá ser comparada e mais amplamente testada no campo da Administração e em outros campos envolvendo o estudo das PPQs.

Metodologicamente, a adoção de uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa e a triangulação entre dados de grupos focais e documentos institucionais mostrou-se eficaz para captar as nuances e contradições nos discursos dos participantes, bem como para interpretar a influência de fatores institucionais em seus julgamentos e decisões acerca do fenômeno estudado. Ainda, ressalta-se que a utilização de vinhetas se mostrou uma relevante estratégia para fomentar debates e reflexões éticas em profundidade nos grupos focais conduzidos

Do ponto de vista prático, os resultados podem subsidiar ações pedagógicas e institucionais voltadas à formação ética de pesquisadores na graduação e pós-graduação, com atenção às práticas de orientação, desenvolvimento de políticas de integridade científica e revisão de critérios avaliativos. A caracterização dos perfis éticos também possui o potencial de apoiar programas de formação continuada para pesquisadores. As análises realizadas evidenciam, ainda, implicações relevantes sobretudo no papel desempenhado pelos professores orientadores. Considerando que a socialização acadêmica exerce forte influência sobre o entendimento e os julgamentos éticos de pesquisadores juniores, o orientador emerge como agente importante na mediação entre valores institucionais e práticas cotidianas de pesquisa.

Nesse sentido, entende-se que processos formativos que incentivem a reflexão crítica sobre as PPQs, aliados a práticas pedagógicas que priorizem a transparência metodológica e o debate ético, podem contribuir para reduzir a naturalização dessas práticas. Assim, em especial na pós-graduação, reforça-se a necessidade de políticas institucionais que articulem critérios de avaliação mais equilibrados entre qualidade e quantidade, permitindo que os orientadores desempenhem sua função formadora sem reproduzir exclusivamente as pressões por produtividade. Essa perspectiva aponta caminhos para que a pós-graduação, para além de

qualificar tecnicamente os estudantes, fortaleça a dimensão ética como parte constitutiva da formação científica.

Em termos sociais, este estudo contribui para o debate público sobre a qualidade e a legitimidade da ciência, ao explicitar como os sistemas de recompensa e avaliação podem influenciar comportamentos éticos e, por vezes, induzir à normalização de PPQs. A valorização da responsabilidade coletiva emerge como um caminho necessário para o fortalecimento da integridade científica. Trata-se de reconhecer que a ciência não se sustenta apenas por resultados e indicadores, sendo necessário que se mantenha a legitimidade de seus processos, o diálogo com a sociedade e o compromisso ético que garante sua relevância.

Em que pese este estudo tenha contribuído teoricamente, metodologicamente, em termos da prática e socialmente, também possui suas limitações (como todo trabalho que envolve dados empíricos). Esta pesquisa, por sua natureza qualitativa e exploratória, apresenta uma limitação principal em termos de generalização. Os achados dizem respeito a um contexto específico, o que enseja cautela ao extrapolar os resultados para outras instituições e áreas do conhecimento. Além disso, a coleta de dados restringiu-se a pesquisadores juniores, o que deixa em aberto a investigação de percepções éticas de pesquisadores seniores.

Uma última limitação envolve a condução de grupos focais com pesquisadores juniores de mesmo nível de formação, em cada caso. À época da coleta de dados, essa opção foi realizada considerando que a heterogeneidade dos grupos já estaria parcialmente englobada em suas diferentes áreas de atuação, conforme subcampos de estudo, bem como distinções nas atuações profissionais e em faixa etária. No entanto, após a análise de dados, percebe-se que pode haver substancial ganho no debate sobre o fenômeno por meio da mescla de pesquisadores juniores de todos os níveis em um mesmo grupo focal. Assim, esta torna-se a primeira sugestão para investigações futuras sobre PPQs que adotem a coleta via grupos focais.

Para pesquisas futuras, sugere-se, ainda, ampliar a análise para outras áreas do conhecimento, bem como para diferentes regiões e tipos de instituições, de modo a explorar variações contextuais e culturais na compreensão e julgamento sobre PPQs. Outra possibilidade seria investigar, longitudinalmente, como se desenvolvem os perfis éticos ao longo da trajetória acadêmica, ou ainda, realizar estudos quantitativos com base nos perfis aqui identificados. Futuras investigações podem explorar, também, os efeitos de programas institucionais de integridade científica sobre a percepção e comportamento ético de pesquisadores.

Ademais, um esclarecimento: a escolha da expressão “ética em suspenso” para o título desta tese carrega um caráter propositalmente ambíguo. Trata-se de uma metáfora que busca traduzir o cenário incerteza e relativização ética vivenciado pelos pesquisadores juniores participantes. Nos relatos, observou-se que princípios éticos precisam ser colocados “em espera” ou “segundo plano”, diante de pressões institucionais, incentivos contraditórios e exigências produtivistas que englobam a formação acadêmica. A ética, nesse contexto, permanece em suspensão, entre convicções pessoais e exigências do sistema. Inspirada pelas formulações de Max Weber sobre a tensão entre as éticas da convicção e da responsabilidade, esta metáfora aponta à dificuldade de ação ética coerente em contexto institucionalmente ambíguo. Assim, a ética em suspenso provoca uma reflexão crítica: o que significa agir eticamente em um ambiente que desestimula tal postura?

Ao refletir sobre os resultados desta pesquisa, adoto, particularmente, uma posição alinhada à ética da responsabilidade, compreendendo que a análise da realidade investigada não pode se limitar a constatações descritivas. É necessário assumir o compromisso de considerar as consequências das práticas acadêmicas. Os dados nos apresentam um cenário em que pesquisadores juniores são constantemente atravessados por pressões institucionais, lacunas formativas e relações assimétricas de poder que favorecem a naturalização e, por vezes, a adoção de PPQs. Reconhecer tais condicionantes não significa relativizar a responsabilidade individual, mas, ao contrário, implica situar as escolhas éticas no entrelaçamento entre agência e estrutura. Nesse sentido, cabe salientar que a manutenção de sistemas avaliativos centrados em métricas de produtividade pode gerar impactos que ultrapassam a dimensão individual, podendo afetar a credibilidade da própria produção científica.

Assim sendo, o posicionamento ético adotado por esta pesquisadora busca reafirmar que compreender as PPQs exige, para além de classificá-las em termos de certo ou errado, avaliar suas implicações para a ciência, para os sujeitos envolvidos e para a sociedade que consome o conhecimento produzido. Tal postura demanda reconhecer a complexidade das decisões éticas dos pesquisadores juniores, ao mesmo tempo em que reforça o papel de instituições e pesquisadores seniores em termos da responsabilidade compartilhada pela formação ética e pela criação de ambientes acadêmicos que valorizem a integridade. Como pesquisadora, defendo que a ética não deveria ser reduzida a apenas um conjunto de normas formais, mas concebida como prática reflexiva e situada, capaz de enfrentar as tensões da vida acadêmica sem abdicar da responsabilidade pelas consequências que as decisões produzem.

REFERÊNCIAS

- Abrams, K. & Gaiser, T. Online focus group. In Fielding, N., Lee, R. & Blank, G. (Eds.), *The SAGE Handbook of Online Research Methods* (pp. 435-449). SAGE Publications.
<https://doi.org/10.4135/9781473957992.n25>
- Aguinis, H., Cummings, T. G., Ramani, R. S., & Cummings, T. G. (2020). “An A is an A”: The new bottom line for valuing academic research. *Academy of Management Perspectives*, 34(1), 135–154. <https://doi.org/10.5465/amp.2017.0193>
- Aguinis, H., Ramani, R. S., & Alabduljader, N. (2018). What you see is what you get? Enhancing methodological transparency in management research. *Academy of Management Annals*, 12(1), 83–110. <https://doi.org/10.5465/annals.2016.0011>
- Alcadipani, R. (2011a). Academia e a fábrica de sardinhas. *Organizações e Sociedade*, 18(57), 345–348. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11155>
- Alcadipani, R. (2011b) Resistir ao produtivismo: Uma ode à Perturbação Acadêmica. *Cadernos Ebape*, 9(4), 1174–1178. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000400015>
- Allum N., Reid A., Bidoglia M. et al. (2023). Researchers on research integrity: A survey of european and american researchers [version 1; peer review: 3 approved]. *F1000Research*, 12-187. <https://doi.org/10.12688/f1000research.128733.1>
- Almeida, J., & Porto, J. (2019). Índice de clima ético: Evidências de validade da versão brasileira. *Revista de Administração Mackenzie*, 20(3), eRAMG190030.
<https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG190030>
- Antonakis, J. (2017). On doing better science: From thrill of discovery to policy implications. *The Leadership Quarterly*, 28(1), 5–21. <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2017.01.006>
- Arnaud, A. (2010). Conceptualizing and measuring ethical work climate. *Business & Society*, 49(2), 345-358. <https://doi.org/10.1177/0007650310362865>
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD (2022a). *Apresentação*. <https://anpad.org.br/quem-somos/>
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD (2022b). *Eventos*. <https://anpad.org.br/sobre-eventos/>
- Banks, G. C., O’Boyle, E. H., Pollack, J. M., White, C. D., Batchelor, J. H., Whelpley, C. E., Abston, K. A., Bennett, A. A., & Adkins, C. L. (2016). Questions about questionable research practices in the field of management. *Journal of Management*, 42(1), 5–20.
<https://doi.org/10.1177/0149206315619011>
- Barbour, R. (2009). *Grupos Focais*. Artmed.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. (3ª reimpressão da 1ª ed. de 2016). Edições 70.
- Barter, C., & Renold, E. (1999). The use of vignettes in qualitative research. *Social Research Update*, 25(4), 1-7. <https://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU25.html>
- Beauchamp, D., & Bowie, N. (2014). Ethical theory and business practice. In D. Arnold, T. Beauchamp, & N. Bowie (Eds.), *Ethical theory and business* (9th ed., pp. 1–46). Pearson New.

- Bergh, D. D., Sharp, B. M., Aguinis, H., & Li, M. (2017). Is there a credibility crisis in strategic management research? Evidence on the reproducibility of study findings. *Strategic Organization*, 15(3), 423–436. <https://doi.org/10.1177/1476127017701076>
- Bispo, M. & Costa, F. (2016). Artigos como avaliação discente em disciplinas de pós-graduação: Instrumento educativo ou subsistema de linha de montagem? *Cadernos EBAPE.BR*, 14(4), 1001–1010. <https://doi.org/10.1590/1679-395141927>
- Bispo, M. (2020). Contradições da Pós-graduação em Administração brasileira. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 19(2), 169–180. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2020007>
- Bispo, M. S., & Vieira, A. M. (2024). Pirataria intelectual nas práticas de pesquisa em Administração. *Cadernos EBAPE.BR*, 22(1), 0-50. <https://doi.org/10.1590/1679-395120230050>
- Bouter, L. (2023). Why research integrity matters and how it can be improved. *Accountability in Research*, 1-10. <https://doi.org/10.1080/08989621.2023.2189010>
- Brasil, A. (2025). *A inteligência artificial na pesquisa e no fomento: desafios e oportunidades*. CAPES, 1–18. <https://doi.org/10.21713/IApesquisa>
- Brown, M. E., & Treviño, L. K. (2006). Ethical leadership: A review and future directions. *The Leadership Quarterly*, 17(6), 595–616. <https://doi.org/10.1016/j.leaqua.2006.10.004>
- Bruton, S. V., Brown, M., Sacco, D. F. (2019). Ethical consistency and experience: An attempt to influence researcher attitudes toward questionable research practices through reading prompts. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 15(3), 1–11. <https://doi.org/10.1177/1556264619894435>
- Bruton, S. V., Medlin, M., Brown, M., & Sacco, D. F. (2020). Personal motivations and systemic incentives: Scientists on questionable research practices. *Science and Engineering Ethics*, 26(3), 1531–1547. <https://doi.org/10.1007/s11948-020-00182-9>
- Bruun, H. H. (2016). *Science, Values and Politics in Max Weber's Methodology*. Routledge.
- Butler, N., Delaney, H., & Spoelstra, S. (2017). The gray zone: Questionable research practices in the business school. *Academy of Management Learning & Education*, 16(1), 94–109. <https://doi.org/10.5465/amle.2015.0201>
- Butterfield, K. D., Treviño, L. K., & Weaver, G. R. (2000). Moral awareness in business organizations: Influences of issue-related and social context factors. *Human Relations*, 53(7), 981–1018. <https://doi.org/10.1177/0018726700537004>
- Byington, E., & Felps, W. (2017). Solutions to the Credibility Crisis in Management Science. *Academy of Management Learning & Education*, 16(1), 142–162. <https://doi.org/10.5465/amle.2015.0035>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas Em Psicologia*, 21(2), 513–518. <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>
- Camargo, B., & Justo, A. (2021). *Tutorial para uso do software IRAMUTEQ*, 73 p. http://iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_22.11.2021.pdf

- Castro, T., Abs, D., & Sarriera, J. (2011). Análise de conteúdo em pesquisas em psicologia. *Psicologia: ciência e profissão*, 31(4), 814–825. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932011000400011>
- Cervo, A., Bervian, P., & Silva, R. (2007). *Metodologia Científica*. Pearson Prentice Hall.
- Chartier, J., & Meunier, J. (2011). Text mining methods for social representation analysis in large corpora. *Papers on Social Representations*, 20(2), 37-1. <https://psr.iscte-iul.pt/index.php/PSR/article/view/452>
- Clarivate Analytics, (2018). Research in Brazil: A report from CAPES by Clarivate Analytics. Recuperado de <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/17012018-capes-incitesreport-final-pdf>
- Clarivate Analytics, (2019). *A Pesquisa no Brasil: Promovendo a Excelência*. Web of Science Group, 42 p. Recuperado de https://discover.clarivate.com/Research_Excellence_Awards_Brazil_Download
- Conroy, G. (2023, 11 de dezembro). *Surge in number of 'extremely productive' authors concerns scientists*. Nature. <https://www.nature.com/articles/d41586-023-03865-y>
- Constantinou, C., Georgiou, M., & Perdikogianni, M. (2017). A comparative method for themes saturation (Comets) in qualitative interviews. *Qualitative Research*, 19(5), 571-588. <https://doi.org/10.1177/1468794116686650>
- Conway, P., & Gawronski, B. (2013). Deontological and utilitarian inclinations in moral decision making: A process dissociation approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 104(2), 216–235. <https://doi.org/10.1037/a0031021>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2012). *História e missão*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao#:~:text=A%20CAPES%20nasceu%20de%20uma,do%20governo%20e%20entidades%20privadas>.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2021). *GEOCAPES – Sistema de Informações Georreferenciadas*. <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2024). *CAPES adotará classificação de artigos na avaliação quadrienal*. <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrienal>
- Costa, F., Machado, M., & Câmara, S. (2022). Por uma orientação ao impacto societal da Pós-graduação em Administração no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*. Ahead of print. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/85549>
- Craft, J. L. (2013). A review of the empirical ethical decision-making literature: 2004–2011. *Journal of Business Ethics*, 117(2), 221–259. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1518-9>
- Creswell, J. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Artmed.
- Cruz, A., Baptista, F., Dutt-Ross, S., & Pimenta, S. (2022). Avaliadores online: ética da convicção versus ética da responsabilidade na construção de avaliações. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 24(3), 439-457.

- de Colle, S., & Werhane, P. (2008). Moral motivation across ethical theories: What can we learn for designing corporate ethics programs? *Journal of Business Ethics*, 81(4), 751–764. <https://doi.org/10.1007/s10551-007-9545-7>
- Demo, P. (1995) *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. (3ª ed). Atlas.
- Denzin, N., Lincoln, Y. (2000). *Handbook of Qualitative Research*. Sage Publications.
- Departamento de Administração da Universidade de Brasília – ADM/UnB (2024). *Informações sobre o curso*. Recuperado de <https://adm.unb.br/informacoes-sobre-o-curso/>
- Departamento de Administração da Universidade de Brasília – ADM/UnB (2021). *Trabalho de Conclusão de Curso, PPA e ETC*. <https://adm.unb.br/ppa-e-etc/>
- Drašček, M., Rejc Buhovac, A., & Mesner Andolšek, D. (2021). Moral pragmatism as a bridge between duty, utility, and virtue in managers' ethical decision-making. *Journal of Business Ethics*, 172(4), 803–819. <https://doi.org/10.1007/s10551-020-04489-2>
- Eisenhardt, K. (1989). Building theories from case study research. *Academy of Management Review*, 14(4), 532–550. <https://doi.org/10.2307/258557>
- Evans, S., & Tourish, D. (2017). Agency theory and performance appraisal: How bad theory damages learning and contributes to bad management practice. *Management Learning*, 48(3), 271–291. <https://doi.org/10.1177/1350507616672736>
- FACE (2024). *Apresentação*. https://face.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=592
- Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas –
- Fanelli, D. (2009). How many scientists fabricate and falsify research? A systematic review and meta-analysis of survey data. *PLoS ONE*, 4(5), e5738. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0005738>
- Finch, J., & Lewis, J. (2003). Focus groups. In J. Ritchie & J. Lewis (Ed.), *Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers* (pp. 170-198). Sage Publications.
- Flick, U. (2009a). *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Artmed.
- Flick, U. (2009b). *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Artmed.
- Folha de São Paulo (2024). *Ranking de Universidades*. <https://ruf.folha.uol.com.br/2024/ranking-de-universidades/principal/>
- Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAPDF (2025). *Sobre a Fundação*. Recuperado de <https://www.fap.df.gov.br/sobre-a-fundacao/>
- Gatti, B. (2005). *Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Líber Livro.
- Gaus, G. (2001). What is deontology? Part two: Reasons to act. *Journal of Value Inquiry*, 35(2), 179–193. <https://doi.org/10.1023/A:1010351814780>
- Gensler, H., Spurgin, E., & Swindal, J. (2003). *Ethics: Contemporary readings*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203495667>
- Gil, A. (2019). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (6ª ed.). Atlas.

- Glaser B., Strauss, A. (2006). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for qualitative research*. Aldine de Gruyter.
- Gopalakrishna, G., ter Riet, G., Vink, G., Stoop, I., Wicherts, J., Bouter, L. (2022). Prevalence of questionable research practices, research misconduct and their potential explanatory factors: A survey among academic researchers in The Netherlands. *PLoS ONE* 17(2), e0263023. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0263023>
- Gourlay, S. (2019). *Preparing IRaMuTeQ input files*. Available at: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/preparing-iramuteq-input-files>
- Graham, G. (2004). *Eight Theories of Ethics*. Routledge.
- Granitz, N., & Loewy, D. (2007). Applying ethical theories: Interpreting and responding to student plagiarism. *Journal of Business Ethics*, 72(3), 293–306. <https://doi.org/10.1007/s10551-006-9171-9>
- Grant, D., Kovács, G., & Spens, K. (2018). Questionable research practices in academia: Antecedents and consequences. *European Business Review*, 30(2), 101–127. <https://doi.org/10.1108/EBR-12-2016-0155>
- Hall, J., & Martin, B. R. (2019). Towards a taxonomy of research misconduct: The case of business school research. *Research Policy*, 48(2), 414–427. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.03.006>
- Haven, T. L., Tjldink, J. K., Martinson, B. C., & Bouter, L. M. (2019). Perceptions of research integrity climate differ between academic ranks and disciplinary fields: Results from a survey among academic researchers in Amsterdam. *PLoS One*, 14(1), e0210599.
- Hoffmann, V. E., Belussi, F., Martínez-Fernández, M. T., & Reyes, E. (2017). United we stand, divided we fall? Clustered firms' relationships after the 2008 crisis. *Entrepreneurship & Regional Development*, 29(7-8), 735–758. <https://doi.org/10.1080/08985626.2017.1343869>
- Honig, B., Lampel, J., Baum, J., Glynn, M., Jing, R., Lounsbury, M., Schüßler, E., Sirmon, D., Tsui, A., Walsh, J., & van Witteloostuijn, A. (2018). Reflections on scientific misconduct in management: Unfortunate incidents or a normative crisis? *Academy of Management Perspectives*, 32(4), 412–442. <https://doi.org/10.5465/amp.2015.0167>
- Horbach, S., Breit, E., Halffman, W., & Mamelund, S. (2020). On the willingness to report and the consequences of reporting research misconduct: The role of power relations. *Science and engineering ethics*, 26(3), 1595–1623. <https://doi.org/10.1007/s11948-020-00202-8>
- Imasato, T., Perlin, S., & Borenstein, D. (2017). Análise do Perfil dos Acadêmicos e de suas Publicações Científicas em Administração. *Revista de Administração Contemporânea*, 21(1), 62–83. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2017150329>
- John, L., Loewenstein, G., & Prelec, D. (2012). Measuring the prevalence of questionable research practices with incentives for truth telling. *Psychological Science*, 23(5), 524–532. <https://doi.org/10.1177/0956797611430953>
- Jones, C. (2022). Die gebrek aan behoorlike sanitasie en toegang tot water in Suid-Afrikaanse skole: Hoe 'n etiek van verantwoordelikheid kan help. *Tydskrif vir Geesteswetenskappe*, 62(3), 476–497. <https://dx.doi.org/10.17159/2224-7912/2022/v62n3a3>

- Jones, T. M. (1991). Ethical decision making by individuals in organizations: An issue-contingent model. *Academy of Management Review*, 16(2), 366–395. <https://doi.org/10.5465/amr.1991.4278958>
- Kagan, S. (2018). *Normative Ethics*. Routledge.
- Kant, I. (2002). Groundwork for the metaphysics of morals, edited and translated by Allen W. Wood. Vail-Ballou Press.
- Kepes, S., Keener, S. K., McDaniel, M. A., & Hartman, N. S. (2022). Questionable research practices among researchers in the most research-productive management programs. *Journal of Organizational Behavior*, 43(7), 1190–1208. <https://doi.org/10.1002/job.2623>
- Kish-Gephart, J., Harrison, D., & Treviño, L.. (2010). Bad apples, bad cases, and bad barrels: Meta-analytic evidence about sources of unethical decisions at work. *Journal of Applied Psychology*, 95(1), 1–31. <https://doi.org/10.1037/a0017103>
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage.
- Krueger, R. (2014). *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. SAGE Publications.
- Lahlou, S. (2001). Text mining methods: an answer to Chartier and Meunier. *Papers on Social Representations*, 20(38), 1-7. <http://eprints.lse.ac.uk/46728/>
- Lämsä, A., & Takala, T. (2000). Downsizing and ethics of personnel dismissals: The case of finnish managers. *Journal of Business Ethics*, 23(4), 389–399. <https://doi.org/10.1023/A:1006134617764>
- Latan, H., Chiappetta Jabbour, C., Jabbour, A., & Ali, M. (2021). Crossing the red line? Empirical evidence and useful recommendations on questionable research practices among business scholars. *Journal of Business Ethics*, 0123456789. <https://doi.org/10.1007/s10551-021-04961-7>
- Letwin, C., Wo, D., Folger, R., Rice, D., Taylor, R., Richard, B., & Taylor, S. (2016). The “right” and the “good” in ethical leadership: Implications for supervisors’ performance and promotability evaluations. *Journal of Business Ethics*, 137(4), 743–755. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2747-5>
- Linder, C., & Farahbakhsh, S. (2020). Unfolding the black box of questionable research practices: Where is the line between acceptable and unacceptable practices? *Business Ethics Quarterly*, 30(3), 335–360. <https://doi.org/10.1017/beq.2019.52>
- Lindkvist, A.M., Koppel, L. & Tinghög, G. (2024) Bounded research ethicality: researchers rate themselves and their field as better than others at following good research practice. *Scientific Reports* 14, 3050. <https://doi.org/10.1038/s41598-024-53450-0>
- Loubère, L. & Ratinaud, P. (2014). *Documentation IRaMuTeQ 0.6 alpha 3 version 0.1*. http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/documentation_19_02_2014.pdf
- Lynn, M. (1986). Determination and quantification of content validity. *Nursing Research*, 35(6), 382–385. <https://doi.org/10.1097/00006199-198611000-00017>
- Macdonald, J., & Beck-Dudley, C. (1994). Are deontology and teleology mutually exclusive? *Journal of Business Ethics*, 13(8), 615–623. <https://doi.org/10.1007/BF00871809>
- Magnin, L., Faria, J., Pentead, R., Takahashi, A. (2020). Produtivismo na Pós-graduação em Administração: Posicionamentos dos pesquisadores brasileiros, estratégias de

- produção e desafios enfrentados. *Revista Eletrônica de Administração*, 26(2), 265–299. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.284.95633>
- Mallapaty, S. (2020, 28 de fevereiro). *China bans cash rewards for publishing papers*. Nature. Recuperado de <https://www.nature.com/articles/d41586-020-00574-8>
- Mallapaty, S. (2024, 6 de março). *China has a list of suspect journals and it's just been updated*. Nature. Recuperado de <https://www.nature.com/articles/d41586-024-00629-0>
- Marconi, M., Lakatos, E. (2016). *Técnicas de Pesquisa*. Atlas.
- Marshall, B., Cardon, P., Poddar, A. and Fontenot, R. (2013). Does sample size matter in qualitative research? A review of qualitative interviews in IS research. *Journal of Computer Information Systems*, 54(1), 11-22. <https://doi.org/10.1080/08874417.2013.11645667>
- Martins, G. (2008). Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(2), 9–18. <https://doi.org/10.11606/rco.v2i2.34702>
- Mattos, P. (2005). Sobre a ética do pesquisador: Uma dimensão pouco explorada. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 3(1), 274 –280. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21582>
- Mattos, P. (2008). Nós e os índices: a propósito da pressão institucional por publicação. *Revista de Administração de Empresas*, 52(5), 566–573. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/36620>
- McLeod, M., Payne, G., & Evert, R. (2016). Organizational ethics research: A systematic review of methods and analytical techniques. *Journal of Business Ethics*, 134(3), 429–443. <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2436-9>
- Menezes, L. (2022). Weber: entre convicção e responsabilidade. *Argumentos – Revista de Filosofia*, 28(2), 67-73. <https://doi.org/10.36517/Argumentos.28.6>
- Mill, J. S. (2009). *Utilitarianism: from an 1879 edition*. The Floating Press.
- Miller, J., Rodgers, Z., & Bingham, J. (2014). Moral awareness. In B. Agle, D. Hart, J. Thompson, & H. Hendricks (Eds.), *Research Companion to Ethical Behavior in Organizations* (pp. 1–43). Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781782547471.00008>
- Morgan, D. (1996). *Focus Groups as Qualitative Research* (2ª Ed.). SAGE Publications.
- Morse, J. (2015). Data were saturated. *Qualitative Health Research*, 25(5), 587–588. <https://doi.org/10.1177/1049732315576699>
- Nascimento, L. (2010). Modelo CAPES de avaliação: Quais as consequências para o triênio 2010-2012? *Administração: Ensino e Pesquisa*, 11(4), 579–600. <https://doi.org/10.13058/raep.2010.v11n4.130>
- Neuendorf, K. (2002). *The content analysis guidebook*. Sage.
- Nielsen, R., & Massa, F. (2013). Reintegrating ethics and institutional theories. *Journal of Business Ethics*, 115(1), 135–147. <https://doi.org/10.1007/s10551-012-1384-5>

- Nosek, B. A., Spies, J. R., & Motyl, M. (2012). Scientific utopia: II. Restructuring incentives and practices to promote truth over publishability. *Perspectives on Psychological Science*, 7, 615–631. <https://doi.org/10.1177/1745691612459058>
- O’Boyle, E., Banks, G., & Gonzalez-Mulé, E. (2017). The chrysalis effect: How ugly initial results metamorphosize into Beautiful Articles. *Journal of Management*, 43(2), 376–399. <https://doi.org/10.1177/0149206314527133>
- Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação – OCTI (2021). *Panorama da ciência brasileira: 2015 – 2020*. Boletim Anual OCTI, Brasília, 1, 196 p. https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009696/CGEE_OCTI_Boletim_Anual_do_OCTI_2020.pdf
- Observatório de Ciência, Tecnologia e Inovação – OCTI (2023). Boletim Anual OCTI 2022, Brasília, 3, 122 p. https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009696/CGEE_OCTI_Boletim_Anual_do_OCTI_2022.pdf
- Oliveira, L., Silva, G. (2012). Sucessão em uma empresa familiar: Valores, racionalidades e dilemas. *Revista de Administração FACES Journal*, 2(2), 28-42. <https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2012V11N2ART1214>
- Patrus, R., Dantas, D., & Shigaki, H. (2015). O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: Uma ameaça à solidariedade entre pares? *Cadernos EBAPE.BR*, 13(1), 1–18. <https://doi.org/10.1590/1679-39518866>
- Patrus, R., Shigaki, H., Dantas, D. (2018). Quem não conhece seu passado está condenado a repeti-lo: distorções da avaliação da pós-graduação no Brasil à luz da história da Capes. *Cadernos EBAPE.BR*, 16(4), 642–655. <https://doi.org/10.1590/1679-395166526>
- Peruzzo, C. M. K. (2023). Contradições e Busca da Cultura de Integridade em Pesquisa. Investigar e Publicar Para Quê e Para Quem? In *Políticas de Ciência e da Língua, Publicação Científica e Rankings Acadêmicos* (pp. 77–93). UMinho Editora/CECS. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.66.3>
- Plataforma Sucupira (2024). *Qualis*. <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/#>
- Programa de Iniciação Científica – ProIC (2024). *A Iniciação Científica*. https://proic.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=542&Itemid=316
- Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília – PPGA (2021). *Planejamento Estratégico 2021-2025*. https://www.ppga.unb.br/images/Documentos/planejamento-PPGA_2021-2025.pdf
- Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília – PPGA (2022). *Regulamento do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração (PPGA)*. https://www.ppga.unb.br/images/Normas/Regulamento_PPGA_2022_Ajustado31jan23.pdf
- Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília – PPGA (2024). *Sobre nós*. Recuperado de <https://www.ppga.unb.br/>
- QS World University Rankings (2025). *QS World University Rankings 2025: Top global*

- universities. <https://www.topuniversities.com/world-university-rankings>
- Qu, S., & Dumay, J. (2011). The qualitative research interview. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 8(3), 238–264. <https://doi.org/10.1108/11766091111162070>
- Rabelo, A., Farias, J., Sarmet, M., Joaquim, T., Hoerstring, R., Victorino, L., Modesto, J., Pilati, R. (2020). Questionable research practices among Brazilian psychological researchers: Results from a replication study and an international comparison. *International Journal of Psychology*, 55(4), 674–683. <https://doi.org/10.1002/ijop.12632>
- Ratinaud, P. (2014). IRAMUTEQ: *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires 0.7 alpha 2*. [Computer software]. <http://www.iramuteq.org>
- Ratinaud, P., & Marchand, P. (2012). Application de la méthode ALCESTE à de «gros» corpus et stabilité des «mondes lexicaux»: analyse du «CableGate» avec IraMuTeQ. Em Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles (pp. 835–844). Presented at the 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles. JADT 2012, Liège. <http://lexicometrica.univ-paris3.fr/jadt/jadt2012/Communications/Ratinaud,%20Pierre%20et%20al.%20-%20Application%20de%20la%20methode%20Alceste.pdf>
- Reinert, M. (1987). Classification descendante hierarchique et analyse lexicale par contexte-application au corpus des poesies D'A. Rihbaud. *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 13(1), 53-90. <https://doi.org/10.1177/07591063870130010>
- Reinert, M. (1990). Alceste une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurelia De Gerard De Nerval. *Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de méthodologie sociologique*, 26(1), 24-54. <https://doi.org/10.1177/075910639002600103>
- Resnik, D. B. (2003). From baltimore to bell labs: Reflections on two decades of debate about scientific misconduct. *Accountability in Research*, 10(2), 123–135. <https://doi.org/10.1080/08989620300508>
- Reuter, S. Z. (2018). Intersecting ethics of responsibility: Childless academic women and their ambivalence in reproductive decision-making. In *Women's Studies International Forum* 70, 99-108. Pergamon. <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2018.07.011>
- Ribeiro, P., Porto, J., Puente-Palacios, K., & Resende, M. (2016). Clima ético nas organizações: evidências de validade de uma escala de medida. *Temas em Psicologia*, 24(2), 415–425. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-02>
- Richardson, R. (2009). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. Atlas.
- Riffe, D.; Lacy, S.; Fico, F. (2014). *Analyzing media messages: Using quantitative content analysis in research*. Routledge.
- Rossi, G., Serralvo, F., & João, B. (2014). Análise de conteúdo. *Revista Brasileira de Marketing*. 13(4), 39–48. <https://doi.org/10.5585/remark.v13i4.2701>
- Rossoni, L. (2018). Editorial: Produtivismo e Coautoria Cerimonial. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 17(2), I–VIII. <https://doi.org/10.21529/RECADM.2018ed2>

- Rubio, D. M., Berg-Weger, M., Tebb, S. S., Lee, E. S., & Rauch, S. (2003). Objectifying content validity: Conducting a content validity study in social work research. *Social Work Research*, 27(2), 94–104. <https://doi.org/10.1093/swr/27.2.94>
- Sacco, D., Brown, M., & Bruton, S. (2019). Grounds for ambiguity: Justifiable bases for engaging in questionable research practices. *Science and Engineering Ethics*, 25(5), 1321–1337. <https://doi.org/10.1007/s11948-018-0065-x>
- Sacco, D., Bruton, S., & Brown, M. (2018). In defense of the questionable: Defining the basis of research scientists' engagement in questionable research practices. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 13(1), 101–110. <https://doi.org/10.1177/1556264617743834>
- Saldaña, J. (2016). *The coding manual for qualitative researchers* (3^a ed). Sage.
- Salviati, M. (2017). *Manual do Aplicativo Iramuteq (versão 0.7 Alpha 2 e R Versão 3.2.3)*, 93 p. Available at: <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>
- Sampaio, R. & Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: Manual de aplicação*. Escola Nacional de Administração Pública – Enap. https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf
- Sampaio, R., Lycarião, D., Codato, A., Marioto, D., Bittencourt, M., & Nichols, B. (2021). Uma técnica parada no tempo? Mapeamento da produção científica baseada em análise de conteúdo na SciELO Brasil (2002-19). In *Scielo Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1913>
- Scarre, G. (1996). *Utilitarianism*. Routledge.
- Schröder, C., & Klerin, L. (2009). On-line focus group: uma possibilidade para a pesquisa qualitativa em Administração. *Cadernos EBAPE.BR*, 7(2), 332–348. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512009000200010>
- Seminários em Administração – SemeAd (2022). *Página inicial do evento*. <https://semead.com.br/25/>
- Seramim, R., & Walter, S. (2017). O que Bardin diz que os autores não mostram? Estudo das produções científicas brasileiras do período de 1997 a 2015. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 18(2), 271–299. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=533560863003>
- Severiano Junior, E., Cunha, D., Zouain, D. & Golçalvez, C. (2021) Produtivismo acadêmico e suas consequências para a produção científica na área de Administração. *Revista Eletrônica de Administração*, 27(2), 343–374. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.317.103796>
- Sguissardi, V. (2010). Produtivismo acadêmico. In D. Oliveira, A. Duarte, & L. Vieira, (Eds.). *Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente*. UFMG. <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/336-1.pdf>
- Silva, A. (2019). Produtivismo acadêmico multinível: Mercadoria performativa na pós-graduação. *Revista de Administração de Empresas*, 59(5), 341–352. <https://doi.org/10.1590/s0034-759020190504>

- Sistema de Informações Georreferenciadas – GEOCAPES (2024). *Distribuição de programas de pós-graduação no Brasil por Área de Avaliação*. Available at <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>
- Sosa, N., & Rios, K. (2019). The utilitarian scientist: The humanization of scientists in moral dilemmas. *Journal of Experimental Social Psychology*, 84, 103818. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2019.103818>
- Stake, R. (2011). *Pesquisa qualitativa: Estudando como as coisas funcionam*. Penso.
- Starr, B. E. (1999). The Structure of Max Weber's Ethic of Responsibility. *Journal of Religious Ethics*, 27(3), 407–434. <https://doi.org/10.1111/0384-9694.00025>
- Tang, T.L.P., Liu, H. (2012) Love of Money and Unethical Behavior Intention: Does an Authentic Supervisor's Personal Integrity and Character (ASPIRE) Make a Difference? *J Bus Ethics* 107, 295–312. <https://doi.org/10.1007/s10551-011-1040-5>
- The Atlantic. (2025, janeiro). *The business-school scandal that just keeps getting bigger*. The Atlantic. <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2025/01/business-school-fraud-research/680669/>
- Thiry-Cherques, H. R. (1997). Max Weber e a ética nas organizações: cinco hipóteses sobre a cultura e a moral a partir de conceitos de Max Weber. *Revista De Administração Pública*, 31(2), 5 a 21. Recuperado de <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7926>
- Times Higher Education (2023). *World University Rankings 2023*. <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2023/world-ranking>
- Times Higher Education Latin America (2024). *Latin America University Rankings 2024*. <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2024/latin-america-university-rankings>
- Timmermann, J. (2014). Kantian ethics and utilitarianism. In B. Eggleston & D. Miller (Eds.), *The Cambridge Companion to Utilitarianism* (pp. 239–257). Cambridge University Press.
- Torlig, E., Resende Junior, P., Fujihara, R., Demo, G., & Montezano, L. (2022). Proposta de Validação para Instrumentos de Pesquisa Qualitativa (Vali-Quali). *Administração: Ensino E Pesquisa*, 23(1). <https://doi.org/10.13058/raep.2022.v23n1.2022>
- Tourish, D. (2020). The triumph of nonsense in management studies. *Academy of Management Learning & Education*, 19(1), 99–109. <https://doi.org/10.5465/amle.2019.0255>
- Tourish, D., & Craig, R. (2020). Research misconduct in business and management studies: Causes, consequences, and possible remedies. *Journal of Management Inquiry*, 29(2), 174–187. <https://doi.org/10.1177/1056492618792621>
- Triviños, A. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação*. Atlas.
- Urmson, J. (1976). The interpretation of the moral philosophy of J. S. Mill. In P. Foot (Ed.) *Theories of ethics* (pp. 137–143). Oxford University Press.
- Van Noorden, R. (2023, 12 de dezembro). *More than 10,000 research papers were retracted in 2023 – a new record*. Nature. <https://www.nature.com/articles/d41586-023-03974-8>
- Vergara, S. (2007). *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração* (8ª ed.). Atlas.

- Villiers, E. (2018). *Revisiting Max Weber's Ethic of Responsibility*. Mohr Siebeck.
- Vox. (2025, abril). *Harvard just fired a tenured professor for the first time in 80 years*. Good. Vox. <https://www.vox.com/future-perfect/414929/harvard-francesco-gino-academic-science-fraud-honesty-research-dan-ariely>
- Weber, M. (1982). *Conceitos Básicos de Sociologia*. Editora Moraes.
- Weber, M. (1996). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2ª ed.). Pioneira.
- Weber, M. (1998). *Ciência e Política: Duas Vocações*. Cultrix.
- Weber, M. (2012). *Economia e Sociedade* (4ª ed.). Editora Universidade de Brasília.
- Wired. (2025, agosto). *The black market for fake science is growing faster than legitimate research, study warns*. Wired. <https://www.wired.com/story/black-market-for-fraudulent-science-growing-faster-than-legitimate-research>
- Wood, A. W. (2002). What is kantian ethics? In A. Wood (Ed.) *Groundwork for the metaphysics of morals*, (pp. 157–181). Vail-Ballou Press.
- Xie, Y., Wang, K., & Kong, Y. (2021). Prevalence of research misconduct and questionable research practices: A systematic review and meta-analysis. *Science and engineering ethics*, 27(4), 41. <https://doi.org/10.1007/s11948-021-00314-9>
- Xu, Z., & Ma, H. (2016). How can a deontological decision lead to moral behavior? The moderating role of moral identity. *Journal of Business Ethics*, 137(3), 537–549. <https://doi.org/10.1007/s10551-015-2576-6>

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TCLE de grupo focal exploratório**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Nome do (a) pesquisador (a);

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Questionable Research Practices in the Management Field: Who? When? Why?” de responsabilidade da pesquisadora Caroline Cordova Bicudo da Costa, estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília. O objetivo com a pesquisa é analisar as diferentes lógicas que englobam a temática de práticas questionáveis de pesquisa na área de Administração. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Asseguro que a sua identidade não será divulgada, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como transcrições de áudios e arquivo de filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados da etapa em que você participará será realizada por meio de um grupo focal on-line síncrono, a ser realizado virtualmente na data de 27/07/2021 iniciando às 17h e com previsão de finalização às 18h30min. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco, é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade.

No caso dúvidas em relação à pesquisa, você pode me contatar pelo e-mail [OCULTO]. A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um relatório descritivo, podendo também ocorrer a publicação posterior no contexto acadêmico/científico.

Sua presença de modo síncrono na sala virtual de realização do Grupo Focal será entendida como plena concordância e esclarecimento quanto às informações postas.

Brasília, 20 de julho de 2021.

Caroline Cordova Bicudo da Costa

Doutoranda em Administração – PPGA/UnB

APÊNDICE 2 – Plano de condução de grupo focal exploratório

PLANO DE CONDUÇÃO PARA GRUPO FOCAL EXPLORATÓRIO

Momento Inicial – 5 minutos

Apresentação de moderadores do grupo focal e objetivo da pesquisa.

Apresentação de normas e boas práticas para a discussão.

Rodada de apresentação dos participantes (nome, afiliação e área).

Contextualização – 5 minutos

Apresentação sobre a área cinzenta das práticas questionáveis de pesquisa.

Questionamento de abertura – 10 minutos

Quais práticas se enquadram na contextualização apresentada? Elencar.

Questionamentos de aprofundamento – 20 minutos

Quais os benefícios ou motivadores para o engajamento de pesquisadores da área em tais práticas?

Quais os malefícios consequentes do engajamento de pesquisadores em tais práticas?

Questionamento para finalização – 10 minutos

Quais são suas sugestões para um processo de pesquisa e publicação mais transparente?

Síntese das discussões, agradecimentos e finalização.

APÊNDICE 3 – Instrumento de Coleta de Dados da Etapa Qualitativa

Roteiro para Grupo Focal				
Objetivo Específico	Tema	Questões	Explicação	Base Teórica
1. Investigar o entendimento que pesquisadores juniores do campo de Administração possuem em relação às PPQs.	PPQs	1. Já conheciam essas práticas de pesquisa questionáveis? Comentem. 2. Quais outros comportamentos consideram que se encaixam neste conceito? 3. Já soube da utilização de práticas de pesquisa questionáveis na academia? Explique como aconteceu.	O interesse é investigar a concepção dos participantes sobre o que constitui uma prática de pesquisa questionável, além de verificar se eles têm consciência de tais práticas no seu ambiente acadêmico, sem direcioná-los, ainda, para julgamentos éticos mais explícitos.	Fanelli (2009) John et al. (2012) Banks et al. (2016) Bergh et al. (2017) Butler et al. (2017) Byington & Felps (2017) Allum et al. (2023)
2. Descrever os julgamentos de pesquisadores juniores do campo de Administração sobre as justificativas apresentadas ao envolvimento em PPQs.	Justificativas	4. Avaliem e comentem as situações a seguir (apresentação de vinhetas para discussão). 5. O que distingue uma boa prática de um comportamento questionável em uma pesquisa acadêmica? 6. “Para uma prática ser considerada questionável ou não, depende das circunstâncias”. Comentem.	Procura-se entender como os participantes interpretam as justificativas de determinadas ações e se estes consideram a influência de circunstâncias na avaliação de justificativas para o uso de práticas questionáveis. Ainda, incentiva-se a reflexão por meio de vinhetas, para analisar a flexibilidade ou rigidez dos seus juízos.	Sacco et al. (2018) Bruton et al. (2019) Sacco et al. (2019) Linder & Farahbakhsh (2020) Latan et al. (2021)
3. Mapear os perfis de pesquisadores juniores do campo de Administração em relação à dimensão ética. 4. Comparar os perfis de pesquisadores juniores do campo de Administração em relação à dimensão ética.	Perfil Ético	7. O que consideram importante ao tomar decisões de pesquisa? O que guia suas escolhas? Comentem. 8. Como definir os limites entre o que é aceitável fazer ou não quando for preciso tomar essas decisões? 9. Em situações em que as normas de pesquisa não estão claras, você prefere seguir conforme o que acredita ou conforme as práticas da maioria? Por quê? 10. Como se sentem em relação às consequências futuras da pesquisa que conduzem e das práticas que adotam? Pensam sobre isso?	Explora-se o processo de decisão, os valores que orientam as ações, a influência de normas e a reflexão sobre os impactos futuros de suas pesquisas. Neste bloco de questões, busca-se por uma visão ampla dos aspectos éticos relacionados a convicção e responsabilidade de pesquisadores juniores.	Kant (2002) Mill (2009) Weber (1986) Weber (1998) Starr (1999) Bruun (2016) Villiers (2018)

APÊNDICE 4 – Vinhetas Utilizadas nos Grupos Focais

PPQ	Vinheta	Explicação / Contexto
Coautoria Fantasma	O orientador de um estudante sugere que ele adicione um pesquisador como coautor em seu artigo, apesar deste não ter contribuído para o desenvolvimento do estudo. O orientador argumentou que enviou o trabalho para esse pesquisador revisar o texto. Assim, o estudante sente-se pressionado a seguir a sugestão de seu orientador, uma vez que ele é um pesquisador mais experiente, e adiciona o coautor sugerido.	O uso da prática questionável pelo estudante está imersa no contexto de uma assimetria de poder na relação entre estudante e orientador, com a tentativa de o orientador manipular o processo de autoria para ganhos estratégicos e acadêmicos, sem considerar a integridade da atribuição de autoria e as consequências deste comportamento.
Relato Seletivo de Casos	Um estudante está escrevendo seu trabalho sobre estilos de liderança nas organizações. Ao revisar os resultados da pesquisa, ele percebe que, embora tenha encontrado casos que corroboram sua base teórica, também houve casos que mostram o oposto. Nesse contexto, o estudante opta por omitir os casos “negativos”, acreditando que isso aumentaria as chances de aceitação do estudo.	O estudante visa fortalecer o argumento e aceitação de sua pesquisa, mesmo comprometendo a transparência e a integridade da pesquisa. Espera-se gerar reflexões sobre a intenção, bem como a racionalização sobre as possíveis consequências deste comportamento.
Arredondar p -valor	Em um estudo, um estudante encontra um p -valor de 0,053 e entende que poderia arredondar os p -valores ligeiramente acima de 0,05 para 0,05, desde que os dados justifiquem a interpretação de que o resultado está muito próximo da significância. O estudante, então, decide arredondar, acreditando que a diferença é pequena demais para alterar a essência dos resultados e a conclusão da pesquisa, além de ser comum fazer esse arredondamento em algumas áreas.	A intenção da vinheta é levantar questões éticas sobre a transparência e a fidelidade dos resultados. Embora o arredondamento possa ser considerados comum em algumas áreas, ele sempre deve ser realizado com cautela e acompanhado de uma justificativa transparente, para preservar a validade dos resultados.
<i>HARKing</i>	Um estudante está realizando uma pesquisa para testar hipóteses sobre o comportamento de consumidores. Após a análise dos dados foi observado um padrão inesperado que sugere a relação entre fatores que não haviam sido considerados originalmente. Entusiasmado com o resultado, o estudante decide criar uma hipótese, agora baseada nesse padrão, e a inclui na versão final do trabalho como se fosse uma hipótese formulada antes da coleta dos dados, sem mencionar que ela surgiu após a análise dos resultados.	Resultados e padrões observados após a análise de dados podem ser apresentados de maneira a dar a falsa impressão de que eram hipóteses originais. A prática é considerada questionável porque pode comprometer a integridade do processo científico, já que a hipótese não foi testada de forma prospectiva e, portanto, não reflete um verdadeiro teste confirmatório.
Relato Seletivo de Condições do Estudo	Um aluno submete seu artigo científico, destacando suas conclusões sobre entrevistas analisadas em um estudo de caso. Contudo, omite informações importantes da etapa de codificação e interpretação dos dados, como a falta de um critério específico para definição clara e padronizada de categorias de análise, o que levou a uma sobreposição de códigos. Ele apresenta seus resultados como definitivos, sem reconhecer a possibilidade de ambiguidade como uma limitação.	Ao focar no relato de conclusões consideradas interessantes, cria-se a impressão de um estudo sem limitações, apesar de aspectos que poderiam levantar questionamentos. A situação alerta para a importância de um relato completo das limitações, visto que o processo de codificação e interpretação em pesquisas qualitativas também é vulnerável a vieses.

APÊNDICE 5 – TCLE de grupos focais de aprofundamento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

[Nome do Participante];

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Práticas de Pesquisa Questionáveis no campo da Administração: Como e por quê?” de responsabilidade da pesquisadora Caroline Cordova Bicudo da Costa, estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília. O objetivo com a pesquisa é analisar a percepção ética de pesquisadores juniores em relação ao uso de PPQs no campo de Administração.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa. Asseguro que, após o grupo focal, a sua identidade não será divulgada no estudo, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações na análise que permitam sua identificação. Os dados provenientes de sua participação, tais como transcrições de áudios e arquivo de filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados da etapa em que você participará será realizada por meio de um grupo focal on-line síncrono, a ser realizado virtualmente na data de [OCULTO], iniciando às 10h e com previsão de finalização às 11h15. Sua participação na pesquisa pode implicar em risco de constrangimento frente a algum questionamento durante o grupo focal e risco de gatilhos emocionais que estejam relacionados com a temática tratada no estudo. Estes riscos serão minimizados com as seguintes estratégias: apresentação do objetivo de cada bloco de questões da entrevista, esclarecimentos sobre cada questionamento realizado e utilização de situações hipotéticas como exemplos motivadores.

Ressalto que sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade. Os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de um relatório descritivo (tese de doutorado), podendo também ocorrer a publicação de resultados agregados no contexto acadêmico/científico.

No caso de dúvidas em relação à pesquisa, você pode contatar a pesquisadora responsável pelo telefone [OCULTO] ou pelo e-mail [OCULTO]@aluno.unb.br. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação ao TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS, cep_chs@unb.br, ou pelo telefone (61) 3107 1592.

Sua presença de modo síncrono na sala virtual de realização do grupo focal será entendida como plena concordância e esclarecimento quanto às informações aqui postas.

Brasília, 9 de dezembro de 2024.
Caroline Cordova Bicudo da Costa
Doutoranda em Administração – PPGA/UnB

APÊNDICE 6 – Lista de alterações do *corpus* textual

Nº	Tipo	Forma	Padrão
1	autoafirmação	aí	exclusão
2	autoafirmação	ali	exclusão
3	autoafirmação	eu acho que	exclusão
4	autoafirmação	eu acredito que	exclusão
5	autoafirmação	eu penso que	exclusão
6	autoafirmação	na minha opinião	exclusão
7	autoafirmação	né	exclusão
8	autoafirmação	tá	exclusão
9	gíria	assim	exclusão
10	gíria	digamos assim	exclusão
11	gíria	tipo	exclusão
12	gíria	tipo assim	exclusão
13	junção	boa prática (s)	boa prática
14	junção	casos negativos	casos negativos
15	junção	coautoria cerimonial ou fantasma	coautoria cerimonial
16	junção	grupo de pesquisa	grupo de pesquisa
17	junção	inteligência artificial	int art
18	junção	má conduta	má conduta
19	junção	muro do conhecimento	muro do conhecimento
20	junção	p valor	p_valor
21	junção	ponto de vista	ponto de vista
22	junção	pós-graduação	pós_graduação
23	junção	público-alvo	público alvo
24	junção	zona cinzenta	zona_cinzenta
25	sigla	iniciação científica	ic
26	sigla	práticas de pesquisa questionáveis	PPQ
27	sinônimo	a gente	nós
28	sinônimo	alguma coisa	algo
29	sinônimo	amigo	colega
30	sinônimo	botar	colocar
31	sinônimo	caminhada	jornada
32	sinônimo	distanciamento	afastamento
33	sinônimo	enxergo	vejo
34	sinônimo	estudante	aluno
35	sinônimo	estudo (referência a pesquisa)	pesquisa
36	sinônimo	journal ou periódico	revista
37	sinônimo	limbo	zona_cinzenta
38	sinônimo	matéria	disciplina
39	sinônimo	obscuridade	zona_cinzenta
40	sinônimo	paper	artigo
41	sinônimo	pessoa (quando aplicável)	orientador ou revisor ou aluno
42	sinônimo	porquê	motivo
43	sinônimo	regra	norma
44	sinônimo	uma coisa	algo
45	sinônimo	visão	ponto_de_vista

ANEXOS

ANEXO 1 – Instruções para Validação de Roteiro Semiestruturado

	Atributos	Diretriz	1 (Nenhum)	2 (Baixo)	3 (Médio)	4 (Alto)	5 (Total)
Dimensão de conteúdo	Alinhamento com os objetivos (Consistência com o problema da pesquisa e os objetivos indicados)	A pergunta está alinhada com o(s) objetivo(s)?	A pergunta não apresenta nenhum grau de alinhamento com o objetivo da pesquisa.	A pergunta apresenta baixo grau de alinhamento com o objetivo da pesquisa.	A pergunta apresenta um grau médio de alinhamento com o objetivo da pesquisa.	A pergunta apresenta um alto grau de alinhamento com o objetivo da pesquisa.	A pergunta apresenta um alinhamento total com o objetivo da pesquisa.
	Aderência às Categorias (Consistência com paradigmas analíticos e categorias)	A pergunta é aderente à(s) categoria(s) investigada(s)?	A pergunta não apresenta nenhum grau de adesão à categoria investigada.	A pergunta apresenta baixo grau de adesão à categoria investigada.	A pergunta apresenta um grau médio de adesão à categoria investigada.	A pergunta apresenta alto grau de adesão à categoria investigada.	A pergunta apresenta total adesão à categoria investigada.
Dimensão de semântica	Clareza da linguagem (Considerar o público-alvo; usar frases curtas e simples; avaliação de uma única ação observável, explícita e clara)	A pergunta está clara?	O conteúdo da pergunta não apresenta nenhum grau de clareza.	O conteúdo da pergunta apresenta um baixo grau de clareza.	O conteúdo da pergunta apresenta um grau médio de clareza.	O conteúdo da pergunta apresenta um alto grau de clareza.	A pergunta é totalmente clara em todo o seu conteúdo.
	Expectativa de resposta qualitativa (Interpretação encorajadora e discussão de resultados)	A pergunta é capaz de extrair uma resposta qualitativa?	A pergunta não indica nenhum grau de expectativa de que a resposta terá características qualitativas-exploratórias.	A pergunta indica um baixo grau de expectativa de que a resposta terá características qualitativas-exploratórias.	A pergunta indica um grau médio de expectativa de que a resposta terá características qualitativas-exploratórias.	A pergunta indica um alto grau de expectativa de que a resposta terá características qualitativas-exploratórias.	A pergunta indica uma expectativa total de que a resposta terá características qualitativas-exploratórias.

Fonte: Torlig et al. (2022).